

REINALDO SANTOS DE ALMEIDA JÚNIOR

**A política criminal alternativa:
a proteção libertária de bens jurídicos na vida concreta
da América Latina**

**CURITIBA
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
CURSO DE MESTRADO**

**A política criminal alternativa:
a proteção libertária de bens jurídicos na vida concreta
da América Latina**

**Dissertação apresentada pelo Mestrando
Reinaldo Santos de Almeida Júnior ao
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de
Direito da Universidade Federal do Paraná
(UFPR) como requisito parcial para outorga
do título de Mestre em Direito do Estado.**

**Orientador: Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos
Co-orientador: Prof. Dr. Juarez E. X. Tavares**

**CURITIBA
2011**

TERMO DE APROVAÇÃO

Reinaldo Santos de Almeida Júnior

A política criminal alternativa: a proteção libertária de bens jurídicos na vida concreta da América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para outorga do título de Mestre em Direito do Estado e aprovada pela seguinte banca examinadora:


Banca Examinadora

Orientador

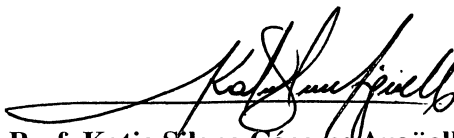


Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos
Professor Adjunto do Departamento de
Direito Penal e Processual Penal da
Universidade Federal do Paraná
(UFPR).

Co-orientador:



Prof. Juarez Estevam Xavier Tavares
Professor Titular de Direito Penal da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
(UERJ).



Prof. Katie Silene Cáceres Argüello
Professora Adjunta do Departamento de
Direito Penal e Processual Penal da
Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Curitiba, 1º de dezembro de 2011.

**Com amor e saudades,
em memória da minha querida irmã.**

AGRADECIMENTOS

Durante o curto e intenso período de estudo e pesquisa que resultou neste trabalho, tenho por justo agradecer:

Aos meus pais, Reinaldo e Corina, pelas lições primeiras de integridade, perseverança, compaixão, justiça, coragem e solidariedade.

À minha querida irmã Christiane Adriana, por razões distintas: pela alegria infinita que me inspira sua memória, por todas as inesquecíveis lembranças e ensinamentos que guardo de nossa infância e pela fé inabalável de nosso reencontro.

À minha querida Gabriela, pelo amor que me dedica, por todo o apoio e cuidado e por manter vivo em mim o espírito revolucionário.

Ao mestre, sócio e amigo, Juarez Cirino dos Santos, pelas lições de resistência e pelo incentivo à docência comprometida com a democracia e a libertação da opressão.

À professora e amiga, Katie Silene Cáceres Argüello, com a minha eterna gratidão pelas primeiras lições de Criminologia, por compartilhar as alegrias e angústias da minha trajetória, e por sempre apostar em mim.

Ao professor e amigo, Juarez Tavares, pelo ensino crítico, o exemplo e as contribuições teóricas e bibliográficas.

Aos professores Nilo Batista, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Rolf Koerner Junior, Celso Ludwig, Luiz Edson Fachin, Ana Lúcia Sabadell, Vera Regina Pereira de Andrade, Sebastian Scheerer, Massimo Pavarini, Eroulths Cortiano Júnior, Manoel Caetano Ferreira Filho, Luiz Guilherme Marinoni e Egon Bockmann Moreira pelo que representam em minha formação acadêmica.

Ao sócio e amigo, Jair Cirino dos Santos, presidente do nosso Coritiba Foot Ball Club.

Aos meus camaradas de movimento estudantil do Coletivo Maio, o grupo político de esquerda da Faculdade de Direito da UFPR, por sua rebeldia, combatividade e potencial para a formação política de novos quadros.

Aos meus amigos, que elegi como irmãos, Diego, Felipe, Eriston, Juliano, Tiago e Victor, por nossa amizade, cumplicidade e camaradagem.

Ao Max-Planck Institut für ausländisches und internationales Strafrecht pelas lições como pesquisador vividas em Freiburg im Breisgau, Baden Württemberg, na Alemanha, no inverno de 2011.

Ao Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), pela minha formação crítica e libertária e por todo apoio e suporte, com a concessão de bolsa de estudos.

Por fim, ao Centro de Apefeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos, com a esperança de que eu possa contribuir como um agente de pensamento crítico e ação transformadora na militância política, na advocacia e na docência.

Muito obrigado!

"Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam."

(FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1985, p. 17)

RESUMO

O nascimento da modernidade em 1492 constitui o primeiro ‘sistema-mundo’ a partir da relação centro-periferia, pela negação da América Latina, da Ásia e da África pela Europa como centro e fim da história universal.

O estudo da negatividade exigirá o método analético como momento positivo anterior à dialética, pela afirmação da comunidade de vítimas negadas que irrompem em sua exterioridade a partir da alteridade.

Na primeira parte, a vida concreta e o princípio ético-material será estudado em três momentos:

a) o momento material, como o aspecto material ou de conteúdo que constitui a verdade prática, a ser estudada especialmente em Karl Marx;

b) o momento formal, como o aspecto formal de validação intersubjetiva do conteúdo, a ser estudada especialmente em Jürgen Habermas;

c) o momento da factibilidade, como momento estratégico de realização do factível e possível da verdade prática válida, a ser estudada especialmente em Franz Hinkelammert.

Na segunda parte, a contribuição teoria da Ética da Libertação surgirá pela:

a) crítica da ética do sistema vigente, como produção, reprodução e desenvolvimento da vida, a partir da negatividade das vítimas, especialmente a partir de Karl Marx e da Escola de Frankfurt;

b) da validade anti-hegemônica da comunidade de vítimas, como princípio ético-discursivo comunitário de validade, especialmente a partir de Paulo Freire e de Ernst Bloch;

c) do princípio libertação, na análise estratégica da questão da organização pela participação simétrica e da violência no processo de transformação social, especialmente a partir de Rosa Luxemburgo.

Na terceira parte, analisaremos as teorias criminológicas desde a criminologia etiológica-individual até a criminologia crítica sócio-estrutural; a política penal na América Latina como violência estrutural e institucional; e as propostas abolicionistas no horizonte epistemológico da razão eurocêntrica.

Na quarta parte, o estudo se concentra na política criminal alternativa como projeto de construção tática de um direito penal mínimo orientado para a proteção de bens jurídicos individuais (a vida, a integridade física, a liberdade e a sexualidade), com medidas de redução do sistema penal, pela descriminalização e despenalização, e de humanização do sistema penal, com a descarcerização, evidentemente, como programa tático dirigido ao objetivo estratégico final de abolição do sistema penal vinculado ao um projeto político de construção de um novo modelo de sociedade.

Palavras-chave: Vida concreta; analética; princípio ético-material; positivismo criminológico; criminologia crítica; violência; abolicionismo; política criminal alternativa.

ABSTRACT

The birth of modernity in 1492 is the first 'world system' from the center-periphery relationship, the denial of Latin America, Asia and Africa to Europe as the center and end of history.

The study will require the method of negativity Analects as positive momentum before the dialectic, the affirmation of the community of victims and denied that erupt in its externality as otherness.

In the first part, the concrete life and ethical principle-material will be studied in three stages:

a) when the material as the material aspect or content which is the practical truth, to be studied especially in Karl Marx;

b) the formal moment, as the formal aspect of intersubjective validation of content to be studied especially in Jürgen Habermas;

c) the feasibility moment, as a strategic moment of realization of feasible and possible valid practice to the truth, to be studied especially in Franz Hinkelammert.

In the second part, the contribution arise of the theory of Ethics for Liberation:

a) critical of the current system of ethics, such as production, reproduction and development of life from the negativity of the victims, especially from Karl Marx and the Frankfurt School;

b) the validity of anti-hegemonic community of victims, as an ethical principle of Community-discursive validity, especially from Paulo Freire and Ernst Bloch;

c) the liberation principle, in the strategic analysis of the issue of symmetrical organization for participation and violence in the process of social transformation, especially from Rosa Luxemburg.

In the third part, we analyze criminological theories from etiologic-individual criminology to socio-structural critical criminology; penal policy in Latin America as institutional and structural violence; and the proposals abolitionists in eurocentric epistemological horizon of reason.

In the fourth part, the study focuses on criminal policy as an alternative project to build a criminal tactic minimum oriented individual legal protection of property (life, physical integrity, freedom and sexuality), with measures to reduce system criminal, for the decriminalization and legalization, and humanization of the penal system, with decarceration and directed to the strategic objective of the final abolition of the penal system linked to a political project of building a new model of society.

Keywords: material life; analects; ethical principle-material; criminological positivism; critical criminology; violence; abolitionism; criminal policy alternative.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

| | |
|--|----|
| §1º O sistema-mundo eurocêntrico: a relação “centro-periferia” | 10 |
| §2º O método analético: um momento dialético para além da totalidade | 22 |

PRIMEIRA PARTE

O princípio ético-material e a vida concreta na América Latina

| | |
|--|----|
| 1. O momento material da ética em Karl Marx | 27 |
| 2. A moralidade formal como validade intersubjetiva em Jürgen Habermas | 32 |
| 3. A factibilidade ética como práxis do “bem” em Frank Hinkelammert | 37 |

SEGUNDA PARTE

A crítica ética, a validade anti-hegemônica e a práxis de libertação em Enrique Dussel

| | |
|---|----|
| 1. A crítica ética do sistema vigente: a partir da negatividade das vítimas | 45 |
| 2. A validade anti-hegemônica da comunidade de vítimas | 54 |
| 3. O princípio libertação | 61 |

TERCEIRA PARTE

A criminologia crítica: a crítica ao positivismo criminológico

| | |
|--|-----|
| 1. O que é a criminologia crítica? | 72 |
| 2. A política penal na América Latina: da dominação à libertação | 94 |
| 3. Estratégia: a abolição da pena | 120 |

QUARTA PARTE

A política criminal alternativa: a construção tática de um direito penal mínimo

| | |
|--|-----|
| 1. Para uma política criminal alternativa..... | 124 |
| 2. Propostas de redução do sistema de justiça criminal | 127 |
| a. Descriminalização | 127 |
| b. Despenalização | 129 |
| 3. Propostas de humanização do sistema prisional | 130 |
| a. Descarcerização | 130 |

CONCLUSÕES

| | |
|--|-----|
| §1º A proteção libertária de bens jurídicos na vida concreta da América Latina ... | 133 |
|--|-----|

| | |
|----------------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 136 |
|----------------------------------|-----|

INTRODUÇÃO

§1º O sistema-mundo eurocêntrico: a relação “centro-periferia”

O horizonte da *história planetária* nos defronta com a crise de um “*sistema-mundo*”¹, que começou a se formar há 5.000 anos², e agora se encontra em processo de *globalização* até chegar ao último rincão da Terra, com a herança inglória da exclusão, marginalização e negação das necessidades fundamentais³ (comer, beber, vestir, habitar, etc), a ponto de impor limites absolutos para a humanidade⁴.

O ponto de partida será a tese central de DUSSEL, segundo a qual, 1492 é a data de “*nascimento*” da Modernidade⁵.

¹ Chamaremos de “sistema-mundo” o “sistema inter-regional” (se por “região” se entende uma alta cultura ou sistema civilizatório) em sua fase atual, mundial ou planetária.

² Segundo a interpretação de Dussel: “Num primeiro estágio, o ‘sistema inter-regional’ foi só a estrutura das relações da região egípcio-mesopotâmica. A Índia, a China e a Ameríndia ainda não se ligavam diretamente. Num segundo estágio, o ‘sistema inter-regional’ cresceu, abarcando desde o Mediterrâneo e o norte da África até o Oriente Médio, a Índia e a China através das estepes eurasiáticas (as regiões influenciadas pelos ‘indo-europeus’, hegemonzando ou tendo como centro de ligação o mundo persa ou o helenístico dos Selêucidas ou dos Ptolomeus. Num terceiro estágio, o mundo cristão, primeiro o bizantino e depois o muçulmano substituem o helenístico e desempenham o papel de gonzo em todo o sistema (da China e Índia ao Mediterrâneo. Num quarto estágio, a Europa periférica substitui o mundo muçulmano-turco e constitui o primeiro ‘sistema-mundo’ propriamente dito, colocando a Ameríndia como sua primeira periferia.” DUSSEL, Enrique. **A Ética da Libertação**, 2007, p. 21-67; 631.

³ “Para viver é preciso poder viver, e para isso é preciso aplicar um critério de satisfação das necessidades à escolha dos fins. A satisfação das necessidades torna possível a vida; a satisfação de preferências torna a vida agradável. Mas, para poder ser agradável, tem antes que ser possível. (...) O reconhecer necessidades ou sufocar sua satisfação em nome das preferências, é o que faz hoje a diferença...” HINKELAMMERT, Franz. **Crítica a la razón utópica**, 1984, 240-241. E a esta altura, nos dá razão o Evangelho: “O jejum que eu quero é este: deixar livres os oprimidos, quebrar todos os cepos; partir teu pão com o faminto, hospedar o pobre sem teto, vestir o que está nu, e não te esconderes daquele que é tua carne.” (Isaías, 58) e “Porque tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era forasteiro e me deste hospitalidade, estava nu e me vestistes.” (Mateus, 25).

⁴ O primeiro é a destruição ecológica do planeta, que transforma a natureza em objeto de exploração infundável, em favor do capital, que pode vencer todos os limites, porém, pode tangenciar o limite insuperável quando se tornar o seu próprio limite. O segundo é a destruição da própria humanidade, pela extinção da própria vida humana na miséria e na fome da maioria dos seres humanos.

⁵ A Espanha inicia o “sistema-mundo” e com ela a modernidade: nem a China, nem Portugal. Para mais detalhes, consultar: DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 53-59.

A razão moderna⁶ que inaugura o primeiro “sistema-mundo” se fundamenta em um mito, no sentido centro-periferia, que confere a supremacia do Norte⁷ sobre o Sul, em um nível mundial⁸.

Inicialmente, cumpre avaliar que a palavra ‘Modernidade’ é ambígua.

De um lado, a modernidade possui um conteúdo primário e positivo como emancipação racional, como saída da imaturidade pelo esforço da razão como processo crítico, que abre à humanidade um novo desenvolvimento histórico do ser humano.

Porém, ao mesmo tempo, a modernidade abriga um conteúdo secundário e negativo, de natureza mítica, que deve ser superado, por constituir a Modernidade como justificação de uma práxis irracional de violência: trata-se do *eurocentrismo*⁹ - e de sua decorrente “*falácia desenvolvimentista*”¹⁰ - que se manifesta claramente na filosofia, nas artes, nas ciências, nas religiões e no saber de um modo geral.

Quanto à influência eurocêntrica, se pretenderá demonstrá-la, inicialmente, a partir do pensamento dos principais representantes da filosofia idealista ocidental alemã.

Segundo KANT, a imaturidade ou menoridade é culpável e suas causas são a preguiça e a covardia:

⁶ De início, afirma-se que a negação do mito da modernidade não se dará nos termos da linha de argumentação pós-moderna, que critica a razão moderna como razão em si⁷. Mais adiante, se mostrará que o projeto de libertação se situa no horizonte epistemológico da *trans*-modernidade. DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 7.

⁷ “Ese pueblo, el Norte, Europa (Alemania e Inglaterra en particular para Hegel), tiene así un ‘Derecho absoluto’ por ser el ‘portador’ (Träger) del Espíritu en este ‘momento de su Desarrollo’ (Entwicklungsstufe), ante el cual pueblo todo otro-pueblo ‘no tiene derecho’ (Rechtlos). Es la mejor definición no sólo de ‘eurocentrismo’ sino de la sacralización misma del poder imperial del Norte o el Centro, sobre el Sur, la Periferia, el antiguo mundo colonial y dependiente.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 20.

⁸ A perspectiva latino-americana se confronta com o sentido intra-europeu conferido à modernidade. Consultar: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialektik der Aufklärung**, 1971 e HABERMAS, Jürgen. **Der philosophische Diskurs der Moderne**, 1988.

⁹ “De todas maneras, Colón - hemos dicho - es el primer hombre ‘moderno’, o mejor, es el inicio de su historia. Es el primero que ‘sale’ oficialmente (con ‘poderes’, no siendo ya un viaje clandestino, como muchos de los anteriores) de la Europa Latina - anti-musulmana -, para iniciar la ‘constitución’ de la experiencia existencial de una Europa Occidental, atlántica, ‘centro’ de la historia. Esta ‘centralidad’ será después proyectada hasta los orígenes, en cierta manera, en el ‘mundo de la vida cotidiana’ del europeo: Europa es ‘centro’ de la historia desde Adán y Eva, los que son también considerados como europeos, o, al menos, es considerado como un mito originario de la ‘europeidad’, con exclusión de otras culturas.” **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 30.

¹⁰ A palavra “desenvolvimentismo” é intraduzível para o alemão ou inglês, pois o seu radical “desenvolvimento” (*Entwicklung*; *development*) não permite a construção de derivado como acepção negativa. Vale lembrar, a partir das lições de Dussel, que o conceito de “desenvolvimento” foi transmitido de Hegel para Marx, e deste para a economia e a sociologia do desenvolvimento, porém, com um conteúdo filosófico precedente. Assim, para Hegel, um país “subdesenvolvido”, do ponto de vista ontológico, é “não-moderno”.

“Iluminismo é a saída por si mesma da humanidade de um estado de imaturidade culpável. (...) A preguiça e a covardia são as causas pelas quais grande parte da humanidade permanece com prazer nesse estado de imaturidade.”¹¹

Para HEGEL, a história universal é a autorealização de Deus, da Razão e da Liberdade:

“A história universal vai do Oriente até o Ocidente. Europa é absolutamente o fim da história universal. Ásia é o começo. (...) A história universal é a disciplina da indômita vontade natural dirigida para a universalidade e a liberdade subjetiva“. (...) A história universal representa o desenvolvimento da consciência que o Espírito tem de sua liberdade e também da evolução da realização que esta obtém por meio de tal consciência. O desenvolvimento implica uma série de fases, uma série de determinações da liberdade, que nascem do conceito da coisa, ou seja, aqui, da natureza da liberdade ao se fazer consciente de si. (...) Esta necessidade e a série necessária das puras determinações abstratas do conceito são estudadas na Lógica.”¹²

O movimento leste-oeste a que se refere HEGEL, se encarregou, antes, de eliminar a América Latina e a África da História Mundial e, assim, situar a Ásia em um estado de “imaturidade”, por meio de um desenvolvimento histórico puramente “ideológico”¹³, imposto em todos os programas de história, na Europa, Estados Unidos, bem como na América Latina, África e Ásia.

Neste trajeto geopolítico de constituição do “sistema-mundo”, desde o oriental até o ocidental, a “civilização” européia se confrontou com os negros africanos, os indígenas, os mestiços latino-americanos: mas afinal, todos os escravizados, mortos, subjulgados e colonizados pelas potências imperialistas de seu tempo¹⁴ - se encontrariam em tal estado de “menoridade”?

Para tal pergunta, HEGEL apresentou a seguinte resposta:

“El mundo se divide en el Viejo Mundo y en el Nuevo Mundo. El nombre del Nuevo Mundo proviene del hecho de que América (...) no ha sido conocida hasta hace poco *para los europeos*. Pero no se crea que esta distinción es puramente externa. Aquí la división es esencial. Este mundo es nuevo sólo relativamente sino absolutamente; lo es con respecto a todos sus caracteres propios,

¹¹ KANT, Immanuel. **Was ist Aufklärung?**, 1974, A 481.

¹² HEGEL, Georg. **Filosofia de la historia universal**, 1946, t. I, p. 134.

¹³ “La conciencia cultural de nuestros pueblos ha sido informada por una Historia hecha, escrita y enseñada por diversos grupos que no sólo realizan la labor intelectual del investigador como un fin en sí, sino que, comprometidos en la Historia real y cotidiana, debían imprimir a la Historia un sentido de saber práctico, útil, un instrumento ideológico-pragmático de acción - y la mayoría de los casos, como es muy justificado, de acción política y económica”. DUSSEL, Enrique. **Hipotesis para el estudio de latinoamerica en la historia universal**, 1966, p. 12.

¹⁴ Por exemplo, a Ameríndia: “De 1492 a 1500 são colonizados cerca de 50 mil quilômetros quadrados (no Caribe, Terra Firme: de Venezuela ao Panamá). Em 1515, chega-se a 300 mil km² com uns três milhões de ameríndios dominados. Até 1550, mais de 25 milhões de indígenas, muitos dos quais são integrados a sistemas de trabalho que produzem valor para a Europa ‘central’ (na ‘encomienda’, mita, fazendas, etc). A partir de 1520 será preciso acrescentar os escravos das plantações que provêm da África (cerca de 14 milhões até à época final da escravidão, no século XIX, incluindo Brasil, Cuba e Estados Unidos)”. DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 58.

físicos y políticos (...) El mar de las islas, que se extiende entre América del Sur y Asia, revela cierta inmadurez por lo que toca también a su origen (...) De América y de su grado de civilización, especialmente en México y Perú, tenemos información de su desarrollo, pero como una cultura enteramente popular, que expira en el momento en que el Espíritu se le aproxima (...) La inferioridad de estos individuos en todo respecto, es enteramente evidente.”¹⁵

E assim, portanto, a América Latina, é negada pela história mundial¹⁶, embora no ano de 1492, que marca a invenção, descobrimento, invasão, conquista, colonização¹⁷ e integração da Ameríndia aos acontecimentos do nascimento da Modernidade, o continente americano não se encontrasse na pré-modernidade - porque não vivemos propriamente o modo de produção feudal - e se tampouco éramos anti-modernos¹⁸, de igual modo, não podemos ser hoje, como se costuma dizer atualmente, pós-modernos¹⁹.

Como se sabe, o mesmo acontecerá com a África²⁰, a despeito da divisão trinitária do mundo por Hegel (Europa, Ásia e África), para constituir uma totalidade²¹.

¹⁵ HEGEL, Georg. **Filosofía de la historia universal**, 1946, t. I, p. 171-172.

¹⁶ “En lo que se refiere a sus elementos, América no ha terminado aún su formación. (...) [Latino-] América es, por consiguiente, la tierra del futuro. En tiempos futuros se mostrará su importancia histórica. (...) Mas como país del futuro América no nos interesa, pues el filósofo no hace profecías”. HEGEL, Georg. **Filosofía de la historia universal**, 1946, t. I, p. 181.

¹⁷ “Distinguiremos conceptualmente entre ‘invención’, ‘descubrimiento’, ‘conquista’ y ‘colonización’. Estas son ‘figuras’ históricas que tienen contenidos teóricos, espaciales y diacrónicos distintos.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 23.

¹⁸ “Nunca fuimos ‘modernos’: siempre sufrimos la ‘modernidad’.” DUSSEL, Enrique. **Fundamentación de la Ética e Filosofía de la Liberación**, 1992, p. 48.

¹⁹ Neste sentido, DUSSEL nos alerta que não podemos ser pós-modernos “no meio da fome, da miséria e da necessidade de lutar pela vida de um povo oprimido.” DUSSEL, Enrique. **Fundamentación de la Ética e Filosofía de la Liberación**, 1992, p. 47.

²⁰ Com infinita superioridade e ares de uma ideologia fascista, Hegel teceu alguns comentários sobre a África: “Africa es en general una tierra cerrada, y mantiene este su carácter fundamental. (...) Entre los negros es, en efecto, característico el hecho de que su conciencia no ha llegado aún a la intuición de ninguna objetividad, como, por ejemplo, Dios, la ley, en la cual el hombre está en relación con su voluntad y tiene la intuición de su esencia. (...) Es un hombre en bruto. (...) Africa no tiene propiamente historia. Por eso abandonamos Africa, para no mencionarla ya más. No es una parte del mundo histórico; no presenta un movimiento ni un desarrollo histórico. (...) Lo que entendemos propiamente por Africa es algo aislado y sin historia, sumido todavía por completo en el espíritu natural, y que sólo puede mencionarse aquí, en el umbral de la historia universal.” HEGEL, Georg. **Filosofía de la historia universal**, 1946, t. I, p. 183; 187; 198-201.

²¹ Das três partes que constituem a totalidade do mundo para Hegel, duas delas se restaram desqualificadas. Sobre os prolegômenos em relação à totalidade: : “El mundo cotidiano, ingenuo y obvio dentro del cual se habita cada día es una totalidad en el tiempo y en el espacio. Como totalidad en el tiempo es una retención del pasado, un emplazamiento del proyecto fundamental futuro y un vivir las posibilidades que penden de dicho futuro. Como totalidad espacial el mundo siempre sitúa al yo, al hombre o el sujeto como centro; desde dicho centro se organiza espacialmente los entes desde los más próximos y con mayor sentido hasta los más lejanos y con menor sentido: estos últimos son los entes periféricos.” DUSSEL, Enrique. “*Mundo, tiempo, espacio*”, **Filosofía de la liberación**, 1996, p. 39.

É o encobrimento do “outro”²², pela criação do “centro” da história mundial²³, numa organização deformante da história, que apresenta a Idade Antiga (como antecedente), a Idade Média (como preparatória) e a Idade Moderna (como a enunciação da razão universal)²⁴, e termina por produzir a divisão do mundo em “centro e periferia”²⁵.

Historicamente, podemos citar pelo menos três posições teórico-argumentativas com relação ao fato de como se deve “incluir” o Outro na civilização, isto é, diz respeito à questão da justificação ou não da violência conquistadora no século XVI, quais sejam:

1. A modernidade como emancipação;
2. A modernização como utopia;
3. A crítica ao mito da modernidade, do ponto de vista intraeuropeu.

1. A modernidade como emancipação

Uma primeira posição sobre a Modernidade é representada de forma clássica por Ginés de Sepúlveda, pensador humanista espanhol e um “moderno” no sentido atual da palavra.

²² “O outro, para nós, é a América Latina em relação à totalidade européia; é o povo pobre, oprimido latino-americano em relação às oligarquias dominantes e, todavia, dependentes.” DUSSEL, Enrique. **Método para una filosofía de la liberación**, 1974, p. 182.

²³ “Ásia es la parte del mundo donde se verifica el comienzo en cuanto tal. (...) Pero Europa es absolutamente el Centro y el Fin del mundo antiguo y el Occidente en cuanto tal, el Asia el absoluto Oriente.” HEGEL, Georg. **Filosofía de la historia universal**, 1946, t. I, p. 201. E neste sentido também, posteriormente, Fukuyama pretende que o livre mercado capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, após o colapso do socialismo real do norte desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, é o modelo a ser seguido, sem nenhuma outra alternativa; é o ‘fim da história’.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 501. Para mais, consultar: FUKUYAMA, Francis. **The End of History?**, 1989.

²⁴ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 51.

²⁵ “En el siglo XV, las ecumenes coexistentes antes de la conquista española eran las siguientes: los mayas y los aztecas y los incas; el mundo latino y el mundo bizantino; el mundo árabe; la India y la China. Pero, después, España llega a América; la conquista. Y, de inmediato, Portugal primero, y luego Holanda e Inglaterra, van a dar vuelta al mundo africano y van a tocar la India, la China, el Japón. El mundo árabe rápidamente empobrece por muchas razones (...). De tal manera que después también el europeo conquistará al mundo árabe en el siglo XIX. De pronto, cambia rápidamente la fisonomía del planeta porque ha aparecido *un* ‘centro’ y, en cambio, todos los otros mundos que han recibido el impacto conquistador del centro constituirán lo que voy a llamar, de ahora en adelante, la ‘periferia’.” DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**, 1995, p. 145 e ss.

A sua argumentação é considerada como cínica por causa da sinceridade chocante com que expressa seu pensamento²⁶ ao descrever o fundamento da barbárie em razão a) do modo coletivo (não-individual) de estabelecer a sua relação com as pessoas e as coisas; b) por não possuir experiência de propriedade privada, nem de herança; e, sobretudo, c) pela ausência da determinação suprema da Modernidade, a liberdade²⁷.

De tal modo, para Ginés de Sepúlveda, é necessário compelir²⁸ - inclusive com o uso da violência, se preciso - para pacificar, civilizar e iniciar os índios segundo os mandamentos da religião cristã²⁹.

Segundo tal aceção, o processo de inclusão ou de participação na “comunidade de comunicação” é violento³⁰, porém, uma vez dentro dela, se exerceria a racionalidade argumentativa.

2. A modernização como utopia

Uma segunda posição sobre a Modernidade se expressa por intermédio de Gerónimo de Mendieta, um grande missionário franciscano no México, autor da obra “História eclesiástica indiana”.

²⁶ “La primera [razón de la justicia de esta guerra y conquista] es que siendo por naturaleza siervos los hombres bárbaros [indios], incultos e inhumanos, se niegan a admitir el imperio de los que son más prudentes, poderosos y perfectos que ellos; imperios que les traería grandísimas utilidades, siendo además cosa justa por derecho natural que la materia obedezca a la forma, el cuerpo al alma, el apetite a la razón, los brutos al hombre, la mujer al marido, lo imperfecto a lo perfecto, lo peor a lo mejor, para bien de todos.” SEPÚLVEDA, Ginés de. **De la causa justa de la guerra contra los indios**, 1987, p. 153.

²⁷ “Pero por otro lado tienen de tal modo establecida su república, que nadie posee individualmente, ni una casa, ni un campo de que pueda disponer ni dejar un testamento a sus herederos, porque todo está en poder de sus señores que con impropio nombre llaman reyes, a cuyo arbitrio viven más que al suyo propio, atenidos a su voluntad y capricho y no a su libertad, y el hacer todo esto no oprimidos por la fuerza de las armas, sino de modo voluntario y espontaneo es señal ciertísima del ánimo servil y abatido de estos bárbaros. [...] Tales son en suma la índole y costumbres de estos hombrecillos tan bárbaros, incultos e inhumanos, que sabemos que así eran antes de la venida de los españoles.” SEPÚLVEDA, Ginés de. **De la causa justa de la guerra contra los indios**, 1987, p. 109-111.

²⁸ “E disse o senhor ao servo: Sai pelos caminhos e valados, e força-os a entrar, para que a minha casa se encha.” (Lucas, 14; 23)

²⁹ “No podemos dudar que todos los que andan vagando fuera de la religión cristiana están errados y caminan infaliblemente al precipicio, no hemos de dudar en apartarlos de él por cualquier medio y aun contra su voluntad, y de no hacerlo no cumpliremos la ley de la naturaleza ni el precepto de Cristo.” SEPÚLVEDA, Ginés de. **De la causa justa de la guerra contra los indios**, 1987, p. 137.

³⁰ “[...] Y si recusan nuestro imperio podrán ser compelidos por las armas a aceptarle, y será esta guerra, como antes hemos declarado con autoridad de grandes filósofos y teólogos, justa por ley natural.” SEPÚLVEDA, Ginés de. **De la causa justa de la guerra contra los indios**, 1987, p. 135.

O missionário sustentava que os astecas viveram um tempo de paganismo e idolatria em escravidão ao demônio, de modo que Hernán Cortés, antecedido por Cristóvão Colombo, era o Moisés, que os libertou da servidão.

Por tal razão, os franciscanos aprovaram que os índios fossem objeto de uma guerra justa, caso se opusessem à evangelização, de tal modo que se inauguraria o tempo do “fim do mundo”, evidentemente, num sentido diverso do previsto nas culturas indígenas, haja vista que o Evangelho era pregado a todos os povos.

Segundo Gerónimo de Mendieta,

“[...] La vieja Europa había traicionado a Jesucristo con sus pecados, mientras que los indios, con su simplicidad y pobreza, parecía que no habían sido tocados por el pecado original, de manera que se podría fundar una Iglesia ideal, como la de los ‘primeros tiempos’ - antes de Constantino y como la que soñara Francisco de Asís.”³¹

O projeto modernizador utópico consistia na conservação das antigas tradições astecas - no que não se opusesse para os franciscanos ao cristianismo - bem como, falavam as línguas autóctones, conservavam suas vestimentas, costumes e autoridades políticas, a fim de organizar uma comunidade cristã livre da influência hispânica, como uma “República de Índios”, sob o poder do Imperador, porém, culturalmente indígena, sob o controle paternalista dos franciscanos³².

Porém, segundo Mendieta, a partir de 1564 o projeto fracassa quando os colonos espanhóis tomam o controle das comunidades indígenas e o certo respeito que se atribuía à exterioridade cultural indígena é destruído para dar lugar à exploração econômica do indígena, agrícola ou mineral, no “Reino da Prata”, que conduziria à reconstituição do reinado de Mamón³³.

³¹ DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 76.

³² “Es decir, partiendo de la Alteridad del indio, se introduce el cristianismo, la tecnología europea (uso del hierro en el arado y otros instrumentos agrícolas y técnicos, industria textil, el caballo y otros animales domésticos, escritura alfabética, arquitectura avanzada del arco de medio punto, etcétera) y los modos de ‘policía’ (políticos) urbana.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 76.

³³ Ao se considerar que Mamón é o Deus do dinheiro e da riqueza, cumpre lembrar a passagem do Evangelho com especial relevância para a ordem franciscana em que Jesus Cristo afirma: “Não podeis servir a dois senhores, não podeis servir a Deus e a Mamón.” (Lucas, 16; 13).

3. A crítica ao “mito da modernidade”

A posição intra-européia de crítica do mito da Modernidade é empreendida por Bartolomé de las Casas, para além de um sentido crítico da Modernidade como emancipação - tal como entendiam Ginés de Sepúlveda ou ainda Gerónimo de Mendieta - porque descobre a falsidade de julgar o sujeito pretensamente ‘imaturado’ com uma culpabilidade que o “moderno” tenta imputar para justificar a sua agressão³⁴.

Para Bartolomé, nega-se a validade de todo argumento em favor da legitimação da violência para compelir o Outro a fazer parte da comunidade de comunicação³⁵ e corrige a inversão ao apontar os responsáveis pela dominação colonizadora³⁶.

Assim, o debate não se estabelece sobre a necessidade da participação em comunidade, sobre a qual todos concordam, mas sobre o modo de ingresso para a participação inicial, como *a priori* absoluto da condição de possibilidade da participação racional.

Segundo Bartolomé las Casas, exige-se que seja racional desde o início o “diálogo” com o Outro³⁷.

Por conseguinte, parece-nos que Bartolomé alcançou o limite da consciência crítica possível em suas condições materiais, ao se colocar do lado do Outro, dos oprimidos, e por questionar as premissas da Modernidade como violência civilizadora.

³⁴ “Pero el pueblo infiel que vive en su patria separada de los confines de los cristianos [...] no le ha hecho al pueblo cristiano ninguna injuria por la que merezca ser atacado con la guerra. Luego esa guerra es injusta.” LAS CASAS, Bartolomé. **De único modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión**, 1975, p. 431.

³⁵ “Para Bartolomé se debe intentar ‘modernizar’ al indio sin destruir su Alteridad; asumir la Modernidad sin legitimar su mito. Modernidad no enfrentada a la pre-Modernidad o a la anti-Modernidad, sino como modernización desde la Alteridad y no desde lo Mismo del ‘sistema’.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 79.

³⁶ “Por todos los textos citados se ve que los que mandan son los principales culpables en cuanto a la gravedad de los crímenes y de los daños que se hacen en la guerra contra los infieles, pecando más gravemente que los demás.” LAS CASAS, Bartolomé. **De único modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión**, 1975, p. 446. E ainda, no mesmo sentido: “Para Bartolomé son culpables desde el Rey y los obispos, hasta los capitanes, pero igualmente los soldados, y hasta los que aconsejan hacer tales actos. Es un Nürenberg de la cultura moderna ante el holocausto de la conquista y de las violencias futuras del siglos XVI al XX.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 79.

³⁷ “La Providencia divina estableció, para todo el mundo y para todos los tiempos, un solo, mismo y único modo de enseñarles a los hombres la verdadera religión, a saber: la persuasión del entendimiento por medio de razones y la invitación y suave moción de la voluntad.” LAS CASAS, Bartolomé. **De único modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión**, 1975, p. 65.

Por fim, uma vez apresentados os discursos sobre o Outro na conquista civilizatória, cumpre dizer que a divisão geopolítica “centro-periferia” apresentou dois paradigmas de modernidade e, com isso, de percepções e atitudes perante ela, quais sejam, o paradigma eurocêntrico e o paradigma mundial:

a) O paradigma eurocêntrico

A partir de um horizonte europeu, o paradigma eurocêntrico se desenvolve desde a Idade Média e, posteriormente, se difunde por todo o mundo, seguindo a regra de que a cronologia possui a sua geopolítica, no caso, da Itália do Renascimento até a Alemanha da Reforma e da Ilustração, para a França da Revolução Francesa, com a proposta de que o fenômeno da modernidade é *exclusivamente* europeu, por entender que a Europa Central reunia todas as características³⁸ que permitiram que ela superasse, por meio de sua racionalidade, todas as outras culturas³⁹.

Tal corrente defende que a modernidade seria um fenômeno que é preciso terminar de realizar, com representantes que defendem a razão européia em sua dimensão formal, como Habermas e Apel; os que defendem uma negação niilista conservadora, a qual não vislumbra na modernidade qualidades positivas e que propõe praticamente a sua aniquilação como saída, a exemplo de Nietzsche ou Heidegger; e ainda os pós-modernos em seu ataque frontal à “razão” enquanto tal, porém, sem tentar contribuir com nenhuma alternativa (política, econômica, social, cultural, etc) válida para os países periféricos, nem para as grandes majorias ou povos dominados excluídos do centro e/ou da periferia⁴⁰.

³⁸ “Que encadeamento de circunstâncias conduziu a que, precisamente no solo do Ocidente e só aqui, se produzissem fenômenos culturais que - pelo menos tal como nós costumamos representá-los para nós - estavam numa direção evolutiva de significação e validade universais?” WEBER, Max. **Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus**, 2005, 7.

³⁹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 52.

⁴⁰ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 64-65.

b) O paradigma mundial

A partir de um horizonte mundial, o paradigma mundial compreende a modernidade como a cultura da gestão da “centralidade” do primeiro “sistema-mundo”, em razão da incorporação da Ameríndia, como “centro” de uma “periferia” em expansão⁴¹, e não mais como um sistema independente, autopoietico e auto-referencial⁴².

Tal corrente, a partir da periferia, tenta recuperar o “recuperável” da modernidade e negar a sua dominação e exclusão no “sistema-mundo”, como projeto de libertação da periferia negada desde a origem da modernidade, pela superação da razão-cínico gerencial do capitalismo (como sistema econômico)⁴³, do liberalismo (como sistema político), do eurocentrismo (como ideologia)⁴⁴, da prisão (como sistema penal)⁴⁵, do machismo (na erótica), do predomínio da raça branca (no racismo), da destruição da

⁴¹ “Simultaneamente, a Europa irá se transformando em “centro” (...) que, da Espanha, passa para a Holanda, Inglaterra, França, etc - de uma periferia crescente - Ameríndia, Brasil e as costas africanas de escravos, Polônia, no século XVI; afiançamento de América Latina, América do Norte, o Caribe, as costas da África e da Ásia e a Europa oriental, no século XVII; o Império Otomano, Rússia, alguns reinos da Índia, Sudestes Asiático e primeira penetração na África continental, até a primeira metade do século XIX.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 52.

⁴² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 52.

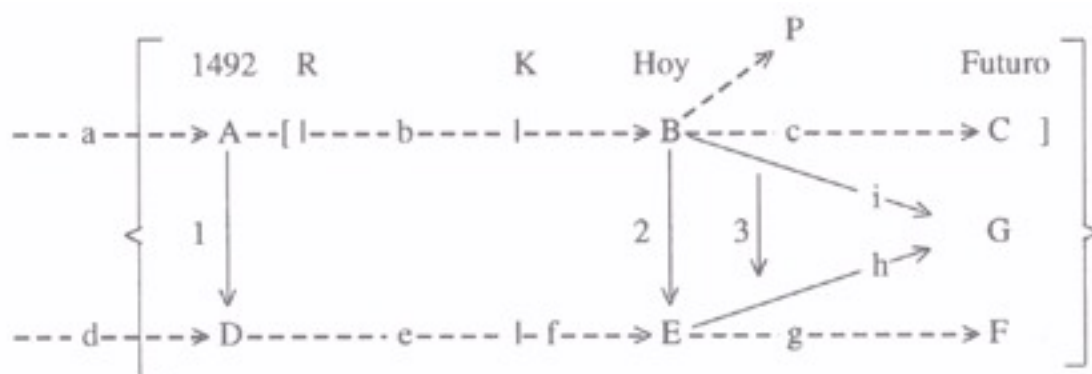
⁴³ “A violência primária na América Latina é de natureza estrutural e institucional: (...) é a violência das relações capitalistas de produção, exacerbadas nas áreas subdesenvolvidas, dependentes e superexploradas do Terceiro Mundo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 70.

⁴⁴ “A violência do imperialismo ideológico, que impõe à América Latina o consumo de teorias importadas, em todas as ciências sociais, mas, especialmente, nas ‘ciências’ do controle social e do crime, como as criminologias positivistas biológicas, etológicas, psicológicas, psiquiátricas, genéticas, sociológicas e fenomenológicas, e sua condensação em Códigos Penais, com suas políticas criminais literalmente transplantadas dos países imperialistas, como cópias de sua legislação. Esse imperialismo ideológico está na base do conformismo mimetista irresponsável da maioria dos intelectuais e ‘teóricos’ latino-americanos, imersos no descaso pelo funcionamento da justiça criminal, caracterizada pelas distorções de classe que explicam a aplicação seletiva ou diferencial das leis penais, concentradas nas classes trabalhadoras. (...) A expansão capitalista e a hegemonia regional do imperialismo americano e europeu explicam a inculcação de culturas, modelos, idéias e técnicas estranhas à realidade e às necessidades continentais, garantindo a reprodução da relação imperialismo/colonialismo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p.71-72.

⁴⁵ “A repressão impiedosa das classes dominadas (especialmente os setores do proletariado urbano e rural não integrados no mercado de trabalho, como força de trabalho ociosa e excedente), para as quais existem os Códigos Penais e outras leis especiais ainda mais rigorosas, a polícia, os tribunais e as prisões. [E] a imunidade das classes dominantes pelas práticas criminosas contra a vida, a saúde, a integridade e o patrimônio do povo, nas práticas anti-sociais abrangidas pela chamada criminalidade do colarinho branco.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 70-71.

natureza (na ecologia), da homofobia (no gênero) etc, com a libertação de suas vítimas⁴⁶.

Para melhor compreensão dos paradigmas, consultar o diagrama explicativo a seguir⁴⁷.



Leia-se diacronicamente de A para G e 'a' para 'i'.

I) Determinações mais relevantes:

- A: Europa no momento do “descobrimento” (1492)
- B: O presente europeu moderno
- C: Projeto de “realização” (habermasiano) da “Modernidade”
- P: Projeto do niilismo pós-moderno
- D: A “invasão” do continente (da África e Ásia posteriormente)
- E: O presente “periférico”
- F: Projeto dentro da “Nova Ordem Mundial” dependente
- G: Projeto mundial de libertação (“Transmodernidade”)
- R: Renascimento e Reforma
- K: A Ilustração (“Aufklärung”) no capitalismo industrial

II) Relações com uma certa direção ou flechas:

- a: História europeia medieval (o pré-moderno)
- b: História “moderno”-europeia
- c: Práxis de realização de C
- d: História ameríndia pré-europeia (da África e da Ásia igualmente)
- e: História colonial e dependente mercantilista
- f: História do Mundo periférico no capitalismo industrial
- g: Práxis de realização de F (“desenvolvimentismo”)
- h: Práxis de libertação ou de realização de G
- i: Práxis de solidariedade do “Centro” com a “Periferia”
- 1,2,3, n: Tipos históricos de dominação (de A sobre ---> D, etc.)

III) Os dois paradigmas de Modernidade:

- []: Paradigma eurocêntrico de “Modernidade”: [R->K->B->C]
- { } : Paradigma mundial de “Modernidade/Alteridade” (para uma “Transmodernidade”): {A/D->B/E->G}

⁴⁶ As vítimas da totalidade do sistema são aquelas “que sofrem as imperfeições, os erros, as exclusões, as dominações, as injustiças, etc. das instituições empíricas não perfeitas, finitas, dos sistemas existentes.” DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 373.

⁴⁷ DUSSEL, Enrique. *1492 - El encubrimiento del otro*, 1994, p. 179 e ss.

Assim, para a superação da ‘Modernidade’ será necessário negar a negação do mito da Modernidade⁴⁸, a partir da afirmação da comunidade de vítimas da práxis irracional de violência, não como ataque à razão como tal, à moda pós-moderna, mas como afirmação da Trans-Modernidade⁴⁹, que atacará o irracional da violência da Modernidade, a partir da afirmação da ‘razão do Outro’, isto é, o reconhecimento da alteridade como consciência crítica.

O desvelamento do Outro é possível, para além da razão comunicativa eurocêntrica ou da razão instrumental⁵⁰, pela afirmação da dignidade do Outro, não mais a partir da totalidade⁵¹, mas de sua exterioridade, em que será possível identificar a comunidade de vítimas⁵².

Para superar a totalidade, far-se-á necessário um novo método, a analética ou analética, que será apresentada a seguir.

⁴⁸ Em síntese: “El mito podría describirse así: a) La civilización moderna se autocomprende como más desarrolladas, superior (lo que significará sostener sin consciencia una posición ideológicamente eurocéntrica); b) La superioridad obliga a desarrollar a los más primitivos, rudos, bárbaros, como exigencia moral; c) El camino de dicho proceso educativo de desarrollo debe ser el seguido por Europa, es, de hecho, un desarrollo unilineal y a la europea, lo que determina, nuevamente sin consciencia alguna, la ‘falacia desarrollista’; d) Como el bárbaro se opone al proceso civilizador, la praxis moderna debe ejercer en último caso la violencia si fuera necesario, para destruir los obstáculos de la tal modernización (la guerra justa colonial); e) Esta dominación produce víctimas (de muy variadas maneras), sacrificio que es interpretado como un acto inevitable, y con el sentido cuasi-ritual de sacrificio. El héroe civilizador inviste a sus mismas víctimas del carácter de ser holocaustos de un sacrificio salvador (del colonizado, esclavo africano, de la mujer, de la destrucción ecológica de la tierra, etcétera); f) Para el moderno, el bárbaro tiene una ‘culpa’ (el oponerse al proceso civilizador) que permite a la ‘Modernidad’ presentarse no sólo como inocente sino como ‘emancipadora’ de esa ‘culpa’ de sus propias víctimas; g) Por último, y por el carácter ‘civilizatorio’ de la ‘Modernidad’, se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la ‘modernización’ de los otros pueblos ‘atrasados’ (inmaduros), de las otras razas esclavizables, del otro sexo por débil, etcétera.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 176.

⁴⁹ “Se trata de una ‘Trans-Modernidad’ como proyecto mundial de liberación (y no como proyecto universal unívoco, que no es sino la imposición violenta sobre el Otro de la razón particular de Europa.” DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**, 1994, p. 177.

⁵⁰ “O problema não é a mera superação da razão instrumental ou da razão terror dos pós-modernos, mas a superação do próprio ‘sistema-mundo’ tal como foi desenvolvido até hoje durante 500 anos.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 65.

⁵¹ “Sempre falamos de normas, atos, microestruturas, instituições ou sistemas formais ou materiais de eticidade, etc. Em geral, estas ‘mediações’ são sistemas formais instrumentais em última análise (o capital criticado por Marx) que se reproduzem com êxito a si mesmos, mas matam as vítimas.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 413.

⁵² “As vítimas são os seres humanos eliminados não intencionalmente por esses sistemas instrumentais.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 413.

§2º O método analético: um momento dialético para além da totalidade

O método a ser empregado na pesquisa é o analético⁵³ ou ana-dia-lético, como momento positivo de afirmação da exterioridade⁵⁴ - para além da totalidade vigente - anterior à dialética⁵⁵.

O nosso discurso pretende partir da realidade dependente, periférica, pós-colonial e subdesenvolvida da América Latina, para além do âmbito da linguagem - subsumindo-o - para enunciar um princípio ético-material⁵⁶, que dá origem a um novo paradigma filosófico⁵⁷: o da vida concreta⁵⁸.

⁵³ “El método analético surge *desde* el Otro y avanza dialécticamente. (...) Este método, tiene en cuenta la palabra del Otro como otro, implementa dialécticamente todas las mediaciones necesarias para responder a esa palabra, se compromete por la fe en la palabra histórica y da todos esos pasos esperando el día lejano en que pueda vivir con el Otro y pensar su palabra, es el método ana-lético.” DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**, 1995, p. 236.

⁵⁴ “El momento analético es la afirmación de la exterioridad: no es solo negación de la negación del sistema desde la afirmación de la totalidad. (...) Afirmar la exterioridad es realizar el imposible para el sistema; es realizar el nuevo, lo imprevisible para la totalidad, lo que surge desde la libertad incondicionada, revolucionaria, innovadora.” DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación**, 1996, p. 188.

⁵⁵ “A Criminologia crítica é a ciência dialética alternativa de explicação do crime e do comportamento criminoso.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 695.

⁵⁶ LUDWIG, Celso. **Da ética à filosofia política crítica na transmodernidade**, 2004, p. 290. E também: LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**, 2011, p. 188. Nesse sentido, DUSSEL enuncia o princípio ético-material universal com as seguintes palavras: “Aquele que atua eticamente deve (como obrigação) produzir, reproduzir e desenvolver auto-responsavelmente a vida concreta de cada sujeito humano, numa comunidade de vida, a partir de uma “vida boa” cultural e histórica (seu modo de conceber a felicidade, com uma certa referência aos valores e a uma maneira fundamental de compreender o ser como dever-ser, por isso também com pretensão de retidão) que se compartilha pulsional e solidariamente, tendo como referência última toda a humanidade, isto é, [além disso], com pretensão de universalidade.” DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**, 2007, p. 143. Sem dúvida, é algo muito próximo do que afirmou HORKHEIMER: “Por meio do movimento contraditório de épocas e forças progressivas e retrógradadas, este processo [da atividade do pensar] conserva, eleva e desenvolve a vida humana”. HORKHEIMER, Max. **Traditionelle und kritische Theorie**, 1970, p. 31-32. Na fórmula: “(...) erhält, steigert und entfaltet er das menschliche Leben” substitui-se *erhalten* e *steigern* por *produzieren* e *reproduzieren*, mais biológico e econômico; e *entfalten* por *entwickeln*, mais social, político, cultural e estético.

⁵⁷ “Nuestra filosofía [latinoamericana], con sus peculiaridades propias, no ha sido un pensamiento genuino y original, sino inauténtico e imitativo en lo fundamental. Pero todavía hay posibilidad de liberación y, en la medida en que la hay, estamos obligados a optar decididamente por una línea de acción que materialice esa posibilidad y evite su frustración. La filosofía hispanoamericana tiene también por delante esta opción de la que, además, depende su propia constitución como pensamiento auténtico.” BONDY, Augusto Salazar. **¿Existe una filosofía de nuestra América?**, 1968, p. 131-133.

⁵⁸ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**, 2011, p. 182 e ss.

Trata-se da vida humana não como um conceito, uma idéia, nem um ente abstrato, mas como o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda libertação⁵⁹.

A partir da Filosofia da Libertação, podemos apresentar os seguintes enunciados descritivos, que nos permitem estabelecer um “juízo de fato”:

1. João está comendo.

2a. João, que é um sujeito humano vivente, auto-responsável, está comendo.

2b. Para viver, é necessário comer.

2c. Se João deixasse de comer, morreria; suicidar-se-ia.

3a. Como auto-responsável por sua vida não deve deixar-se morrer, ou seria um suicida. Logo,

3b. João deve continuar comendo.

Destarte, verifica-se a “passagem” dialética do enunciado 2c (necessidade biológico-cultural) ao 3a (obrigação ética), que por fundamentação material, determina a transformação do *viver* de um critério de verdade prática numa exigência ética: no *dever-viver*⁶⁰.

De tal modo, o paradigma filosófico rompe com a premissa da filosofia da consciência - penso, logo existo - e da filosofia da linguagem - falo, logo existo - para o paradigma da vida concreta - existo, logo penso/falo.

A analética é o movimento que afirma ser necessário negar-se como totalidade, afirmar-se como finito e ser ateu do fundamento da identidade, como práxis que se liberta da ontologia e avança a serviço da justiça⁶¹.

⁵⁹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 11. E com outras palavras: “A vida da qual falamos é a vida humana. Por humana entendemos a vida do ser humano em seu nível físico-biológico, histórico-cultural, ético-estético e até místico-espiritual, sempre num âmbito comunitário. (...) É a vida concreta de cada ser humano, a partir de onde se encara a realidade constituindo-a desde um horizonte ontológico onde o real se atualiza como verdade prática. (...) Defendemos, então, que a vida humana é fonte de toda racionalidade, e que a racionalidade material tem como critério e ‘referência’ última de verdade e como condição de sua possibilidade a vida humana.” Em: **Ética da Libertação**, 2007, p. 632.

⁶⁰ “A partir do *ser-vivente* do sujeito humano pode-se fundamentar a exigência do *dever-ser* da própria vida, e isto porque a vida humana é reflexiva e auto-responsável, contando com sua vontade autônoma e solidária para poder sobreviver. Eis aqui a fragilidade, mas ao mesmo tempo a necessidade da ética, em seu nível deôntico, como normativa! Se a humanidade perdesse esta consciência - e parece que está perdendo, como se pode verificar na insensibilidade diante do assassinato do Outro, diante da miséria da maioria de seus membros no Sul do planeta Terra - poderia precipitar-se num suicídio coletivo”. DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 141.

⁶¹ DUSSEL, Enrique. **Método para una filosofía de la liberación**, 1974, p. 183.

Afinal, a verdadeira dialética possui um ponto de apoio analético, como movimento ana-dia-lético, enquanto a falsa é a dominadora dia-lética totalizante com um momento conquistador.

Por fim, cumpre salientar que a filosofia latino-americana é uma pedagógica (relação mestre-discípulo), que rompe com a totalidade hegemônica vigente, como condição de possibilidade para compreender o Outro sob a lógica da alteridade e, portanto, propor a libertação dos oprimidos.

Assim, deve-se advertir que a filosofia não é política, porém, tem função política⁶².

⁶² “El político es el que en la liberación va a tomar el poder; el que va a organizar el nuevo orden político. En tanto que el filósofo se queda ‘en la calle’, a la intemperie, en la exterioridad, porque aún ante el nuevo orden posible tendrá que volverse para lanzar la crítica liberadora contra el sistema. Sin embargo, una es la cuestión política, el ejercicio del poder, y otra la función crítico-liberadora del pensar filosófico; una es la política y otro el magisterio. Las dos funciones son necesarias, pero cumplen roles distintos y apuntan a diversos fines estratégicos. De ahí, y repito, que la función del filósofo sea liberadora, porque se vuelve sobre la *pólis*, sobre la ciudad, para criticar las ideologías que ocultan la dominación y al mismo político que fue su compañero de lucha en el proceso de la liberación. Cuando su compañero asume el poder en cierta manera se separan. Por eso, muchas veces el político mata al profeta, al artista o al maestro cuyos ideales compartió en un momento del proceso de la liberación. Lo mata porque ya no le interesa esa palabra crítica en cuanto es dirigida contra él, aunque esa crítica le haya parecido justa cuando estaba dirigida contra el sistema anterior. Stalin hizo asesinar a Trotsky.” DUSSEL, Enrique. **Introducción a la filosofía de la liberación**, 1995, p. 240-241.

PRIMEIRA PARTE

O princípio ético-material e a vida concreta na América Latina

A ética da libertação é uma ética da vida, isto é, a vida humana é o conteúdo da ética⁶³.

Assim, desde o início, pretende-se advertir sobre a enunciação de uma ética de conteúdo ou material.

De acordo com a exposição de Enrique Dussel, enunciaremos o projeto de uma Ética da Libertação apresentada em três momentos, quais sejam, o momento material, a partir do jovem Karl Marx, a moralidade formal expressa por Jürgen Habermas e a factibilidade ética descrita por Franz Hinkelammert⁶⁴.

Tais mediações advindas da Europa apresentam alguns elementos - apenas alguns - de um princípio universal de toda ética, no nosso caso, de uma ética-crítica, que permitirá o exercício da crítica ética ao sistema vigente no momento final, que versará sobre a dignidade negada da vida da vítima, do oprimido ou excluído⁶⁵.

Eis o princípio ético-material: “o princípio da obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito ético em comunidade.”⁶⁶

O ato-limite, o suicídio, não é absolutamente uma exceção⁶⁷.

⁶³ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 93.

⁶⁴ “Trata-se de uma ética da vida, desde sua negação na atualidade. A estratégia argumentativa será sempre analisar cada um dos momentos necessários, mas não *suficientes*, até alcançar um nível tal de complexidade onde pareceria dar-se a suficiência, mas, como observaremos em seu lugar, a suficiência total da validade ética da práxis, individual e comunitária, e suas consequências últimas, institucionais e históricas, nunca pode ser plenamente alcançada, já que compreende a totalidade das ações humanas na história mundial inteira.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 91. Neste sentido: “La verità è nel tutto, non nella parte; e il tutto è troppo per noi.” CARNELUTTI, Francesco. *Verità, dubbio, certezza*, **Rivista di Diritto Processuale**, v. 200, 1965, p. 5.

⁶⁵ “Analisaremos os momentos necessários da ética, ou seja, o aspecto material ou de conteúdo, o aspecto formal ou procedimental, a factibilidade ética como processo. (...) [Adiante] chegaremos ao ponto de partida propriamente dito da ética da libertação: para a ética como crítica material, agora, aparece como dominadora; abre-se assim a passagem para uma nova validade consensual anti-hegemônica desde a alteridade. Tudo isto é rematado na transformação institucional ou construção de nova eticidade, factibilidade crítica, que por necessidade e suficiência, sempre será um processo de libertação.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 92.

⁶⁶ “Este princípio tem a pretensão de universalidade. (...) [Afinal] toda norma, ação, microestrutura, instituição ou eticidade cultural têm sempre e necessariamente como conteúdo último algum momento da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em concreto.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 93.

⁶⁷ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 93.

O suicida, em primeiro lugar, não poderá fundamentar eticamente sua autonegação absoluta⁶⁸.

Também não poderá fundar sobre o suicídio uma ação ética posterior ou uma ordem social, já que se nega como sujeito de toda ação posterior⁶⁹.

Por fim, se cansado, depressivo ou sofrendo “deu fim à própria vida”, sempre a supõe [a vida], já que exatamente porque sua vida concreta perdeu o sentido é que tenta extingui-la⁷⁰.

É por tal razão que se costuma dizer que existe apenas uma questão filosófica fundamental: vale a pena viver?⁷¹

Para a pergunta em comento, Karl Marx apresentou a seguinte resposta:

“Nenhum ser vivo crê que os defeitos de sua existência radiquem no princípio de sua vida, na essência de sua vida, mas em circunstâncias exteriores a ela. O suicídio é contrário à natureza.”⁷²

⁶⁸ “A vida não vivível funda a possibilidade de negar a vida: o suicídio.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 94. Neste sentido, afirma Marx: „Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo?” MARX, Karl. **Sobre o suicídio**, 2006, p. 28.

⁶⁹ “É necessário mostrar, a partir da dignidade absoluta da vida humana, a injustiça e a perversidade que determina a existência negativa das vítimas.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 94. E acrescenta Marx: “*O suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral*, sempre percebida em fatos recentes, da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados entre as vítimas e/ou porque se insurgem contra a idéia de assumir um lugar honroso entre os carrascos.” MARX, Karl. **Sobre o suicídio**, 2006, p. 29.

⁷⁰ “Nossa intenção última é justificar a luta das vítimas, dos oprimidos, por sua libertação, e não pretender argumentar racionalmente para fundamentar a razão por causa dela mesma: a razão é apenas a ‘astúcia da vida’ do sujeito humano - e não o inverso - e como tal a usamos e a defendemos diante dos necrofílicos (amantes da morte das vítimas, dos oprimidos, dos empobrecidos, da mulher, das raças não brancas, dos povos do Sul, dos judeus, dos velhos, das crianças de rua, das gerações futuras, etc.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 94. E segue mais uma vez Marx: “(...) Está na *natureza de nossa sociedade* gerar muitos suicídios, ao passo que os berberes e os tártaros não se suicidam. *As sociedades não geram todas, portanto, os mesmos produtos*, é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto.” MARX, Karl. **Sobre o suicídio**, 2006, p. 25.

⁷¹ “Só existe um problema filosófico realmente sério: é o suicídio. Julgar se a vida vale ou não ser vivida é responder à questão fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, aparece em seguida.” CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**, 2008, p. 17. E ainda, conforme ensina Marx: “A classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos *próprios defeitos de nossa sociedade*.” MARX, Karl. **Sobre o suicídio**, 2006, p. 44.

⁷² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 514.

1. O momento material da ética em Karl Marx

A vida é o modo de realidade do ser ético, que dá conteúdo a todas as suas ações, que determina o nível das necessidades, a ordem racional, pulsões e desejos, e que constitui um marco dentro do qual se fixam fins⁷³.

Com efeito, a vida impõe limites, fundamenta uma ordem e possui exigências próprias, bem como, demanda conteúdos aos seres existentes: há a necessidade de alimentação, moradia, segurança, liberdade, valores e identidade cultural⁷⁴.

Sem dúvida, é impossível não atribuir tal referência a Karl Marx⁷⁵.

A tarefa de Marx consiste na recuperação do “real”, porém, o real humano que lhe interessa é a realidade material, logo, de conteúdo.

O resgate do ser humano na sua dimensão antropológica define-o em primeiro lugar a partir de sua corporalidade, isto é, como um ser “vivo”, vulnerável, e por isso, detentor de necessidades⁷⁶.

Marx descreve a questão do seguinte modo:

“Fisicamente o ser humano vive somente de produtos naturais, quer apareçam sob a forma de alimentos, calefação, vestimenta, moradia, etc. A universalidade do ser humano aparece na práxis justamente na universalidade que faz da natureza seu corpo inorgânico, tanto por ser (1) um meio de subsistência imediata, como por ser (2) a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital. (...) Que o homem vive na natureza quer dizer que a natureza é sua corporalidade, com a qual há de manter-se em processo contínuo para não morrer. (...) A atividade vital, a própria vida produtiva, aparece diante do ser humano só

⁷³ “A vida do sujeito o delimita dentro de certos marcos férreos que não podem ser ultrapassados sob pena de morrer. A vida sobrenada, em sua precisa vulnerabilidade, *dentro de certos limites* e exigindo *certos conteúdos*: se a temperatura da Terra sob, morremos de calor; se não podemos beber devido a um processo de seca, (...) morremos de sede; se não podemos alimentar-nos, morremos de fome; se nossa comunidade é invadida por outra comunidade mais poderosa, somos dominados (vivemos, mas em graus de alienação que vão desde uma vida quase animal até à própria extinção, como no caso dos povos indígenas depois da conquista da América). DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 131.

⁷⁴ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 132.

⁷⁵ “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc; que portanto, a produção dos meios de subsistência imediatos, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase econômica de desenvolvimento de um povo ou de uma época é a base a partir da qual se desenvolveram as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e inclusive, as idéias religiosas dos homens e de acordo com a qual devem, portanto, explicar-se; e não ao contrário, como se vinha fazendo até então.” (Discurso pronunciado em inglês por Friedrich Engels, no cemitério de Highgate, em 17 de março de 1883.) ENGELS, Friedrich. *Discurso diante da sepultura de Marx*, **Textos**, v. 2, 1976, p. 213.

⁷⁶ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 133.

como meio para a satisfação de uma necessidade. (...) A vida produtiva é, não obstante, vida genérica. É a vida que gera a vida.”⁷⁷

Destarte, para o materialismo de Marx, a vida humana real, a partir de sua corporalidade carnal⁷⁸, dotada de necessidades, gera a própria vida humana com autoconsciência⁷⁹, ao contrário do idealismo de Hegel⁸⁰ - para o qual o ato humano supremo é o pensar que gera o pensar que se pensa⁸¹ - conforme se observa neste trecho:

“O ser humano real, corporal, de pé no chão. (...) O ser humano é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, é, por um lado, dotado de forças naturais, de forças vitais, como impulsos; por outro lado, como ser natural, com corporalidade, sensível, objetivo, é, como o animal e a planta, um ser vulnerável, condicionado e limitado; isto é, os objetos de seus impulsos existem fora dele.”⁸²

Com efeito, para enunciar uma teoria da verdade, se faz necessário que antes, se enuncie uma teoria social, na qual se discutirão as condições materiais de existência e a correlação das forças sociais que determinam o trabalho científico⁸³.

Afinal, como já anotamos anteriormente, a materialidade como conteúdo é fundamental no processo que condiciona o sujeito ético, com necessidades primárias e

⁷⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 110-111.

⁷⁸ “Um ser humano, um membro vivo da comunidade, por cujas veias corre o sangue dela.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 259.

⁷⁹ “O animal é imediatamente uno com sua atividade vital. Não se distingue dela. É ela. O ser humano faz de sua própria atividade vital objeto de sua vontade e de sua consciência. Tem atividade vital consciente. Não é uma determinação com a qual o homem se funda imediatamente. A atividade vital consciente distingue imediatamente o homem da atividade vital animal.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 111. Assim, no mesmo sentido: “Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 87.

⁸⁰ Cumprir destacar a metáfora apresenta por Marx: “Em tempos, houve quem pensasse que os homens se afogavam apenas por acreditarem na idéia da gravidade. Se tirassem esta idéia da cabeça, declarando por exemplo que não era mais do que uma representação religiosa, supersticiosa, ficariam imediatamente livres de qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida, o homem que assim pensou viu-se obrigado a lutar contra todas as estatísticas que demonstram repetidamente as consequências perniciosas de uma tal ilusão. Este homem constituía um exemplo vivo dos atuais filósofos revolucionários alemães.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 83-84. No mesmo sentido: “Hegel libertara da metafísica a concepção da história, tornando-a dialética; mas sua interpretação da história era essencialmente idealista.” *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, **Textos**, v. 1, 1975, p. 43.

⁸¹ Conforme ensina Marx: “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.” MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, **Textos**, v. 3, 1977, p. 301. No mesmo sentido, Engels: “Não se pode separar o pensamento da matéria que pensa.” ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, **Textos**, v. 1, 1975, p. 11.

⁸² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 193-195.

⁸³ “Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser **igual** para todas as classes?” MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*, Em: **Textos**, v. 1, 1975, p. 241.

anteriores, como pertencente de uma comunidade de vida, em relação às suas condições de possibilidade de participação numa comunidade de comunicação e, por conseguinte, de definir a práxis de sua emancipação em comunidade⁸⁴ de acordo com a factibilidade ética de seu contexto histórico.

Assim, Karl Marx nos apresenta o fundamento materialista de seu método dialético para a construção de uma teoria conflitual nos seguintes termos:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.”⁸⁵

De tal modo, os pressupostos da teoria marxiana⁸⁶ servem de base ao momento material ou de conteúdo do projeto de enunciação de uma verdade prática libertária.

Na passagem a seguir, Marx descreve em poucas linhas que o modo de produção condiciona não apenas a produção da vida, do ponto de vista das funções fisiológicas vitais, como também a sua reprodução biológica e o desenvolvimento das potencialidades humanas, como se observa:

“O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto quanto o que produzem como

⁸⁴ “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 1987, p. 29.

⁸⁵ E assim continua: “(...) Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos para elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.” MARX, Karl. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, **Textos**, v. 3, 1977, p. 301-302.

⁸⁶ “Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua próprias ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.” E no mesmo sentido: “O primeiro ato histórico desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o ato de pensar, mas sim o de começar a produzir seus meios de vida.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 86-87.

também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.”⁸⁷

Destarte, a produção dos meios para a satisfação das necessidades, como produção da própria vida material é a condição fundamental de toda história e resulta em Marx na enunciação de três momentos que coexistiram desde os primórdios da história⁸⁸ e desde os primeiros homens e que ainda fazem valer na história:

“A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça. Isto, como é sabido, jamais foi feito pelos alemães, razão pela qual eles nunca tiveram uma base *terrena* para a história e, por conseguinte, nunca tiveram um historiador. (...) O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (...) A terceira condição que já de início intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens, a procriar - a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a *família*.”⁸⁹

Com efeito, afirma Marx que “a história de toda sociedade até aqui é a história da luta de classes.”⁹⁰

É por isto que desenvolve o estudo do homem⁹¹ a partir do trabalho⁹² e sua dependência estrutural ao capital no modo de produção capitalista, que institui a relação

⁸⁷ “Essa produção aparece, primeiramente, com o *aumento da população*. Ela própria pressupõe, por sua vez, um intercâmbio entre os indivíduos. A forma desse intercâmbio é, novamente, condicionada pela produção.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 87.

⁸⁸ “Não nos coloquemos, como o economista quando quer explicar uma coisa, em uma imaginária situação original. Essa situação originária não explica nada.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 105.

⁸⁹ “A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla - de um lado, como relação natural, de outro como relação social-, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 31-32.

⁹⁰ “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, pra oculta ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta.” MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**, 1998, p. 66.

⁹¹ “Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem.” MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, 2005, p. 151.

⁹² “A divisão do trabalho se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, em que dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos, portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 36.

fundamental capital/trabalho assalariado⁹³, baseada na propriedade privada e na exploração da força de trabalho⁹⁴ pela extração da mais-valia⁹⁵.

Conforme ensina Marx, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la e o salário serve apenas para reproduzir as suas condições materiais e a de seus descendentes, como se observa:

“A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que não de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores.”⁹⁶

Por conseguinte, cumpre destacar que Marx situa as condições históricas da expansão e do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa a partir da

⁹³ “A vida humana se reproduz e se desenvolve na relação dialética do ser humano com a natureza. (...) Neste sentido fundamental e sempre necessário, o trabalho é, por seu turno, a atualização da condição da existência humana independente de toda formação social, em que consiste o ‘metabolismo’.” E continua: “O trabalho, as relações de produção, o capital como sistema (‘totalidade’) e a própria economia (como atividade e ‘ciência’) são momentos de um processo de ‘reprodução e desenvolvimento da vida humana’ (‘sobrevivência’ do sujeito humano) que implanta, materialmente, por seu “conteúdo”, toda a vida ética humana.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 193. É por isto que Marx afirma que: “Como formador de valores de uso, como trabalho útil, portanto, o trabalho é condição independente de todas as formações sociais da existência humana, necessidade natural e eterna de mediar o metabolismo que ocorre entre o homem e a natureza e, por conseguinte, de mediar a vida humana.” MARX, Karl. **El capital**, 1975-1981, p. 53. E no mesmo sentido: “O trabalho põe em desenvolvimento as forças naturais quer pertencem à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apoderar-se dos materiais da natureza sob uma forma útil *para sua própria vida*.” MARX, Karl. **O Capital**, 1983, p. 149.

⁹⁴ “O trabalho, único vínculo que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com sua própria existência, perdeu para eles toda aparência de auto-atividade e só conserva sua vida definindo-a.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**, 2009, p. 72. De tal modo, para o capitalista: “A auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é a sua tese principal. Quanto menos comer, beber, comprar livros, ir ao teatro, ao baile, ao restaurante, pensar, amar, teorizar, cantar, pintar, esgrimir etc., tanto mais tu *poupas*, tanto *maior* se tornará o teu tesouro, que nem as traças nem o roubo corroem, *teu* capital. Quanto menos tu fores, quanto menos externares a tua vida, tanto mais *tens*, tanto maior é a tua vida *exteriorizada*, tanto mais acumulas da tua essência estranhada. Tudo o que o economista nacional te arranca de vida e de humanidade, ele te supre em *dinheiro e riqueza*.” Para concluir brilhantemente que: “Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter.” MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 2009, p. 141-142.

⁹⁵ “Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente). (...) A mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho.” MARX, Karl. **O Capital**, 1980, p. 220.

⁹⁶ MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**, **Textos**, v. 3, p. 359. E também: “Ora, as mesmas leis que regulam o preço das mercadorias em geral, também regulam naturalmente o salário, o preço do trabalho. (...) O preço do trabalho será determinado pelos custos de produção, pelo tempo de trabalho necessário para produzir esta mercadoria: a força de trabalho. (...) O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários. (...) Os custos de produção da força de trabalho simples se compõem, portanto, dos custos de existência e de reprodução do operário.” MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**, 2010, p. 43-44.

exploração colonial da América, e das relações de troca e de comércio na África e na Ásia⁹⁷.

2. A moralidade formal como validade intersubjetiva em Jürgen Habermas

Como ética da vida, a Ética da Libertação deve se preocupar com a comunidade lingüística como dimensão essencial da vida humana, a partir da argumentação racional com o concurso de todos.

A moralidade formal são os procedimentos empregados para obter validade intersubjetiva ou as condições para concorrer a uma pretensão de validade ou de universalidade.

Por tal razão, Dussel ensina que a verdade prática do conteúdo deve se articular adequadamente com a validade intersubjetiva⁹⁸, a fim de constituir, posteriormente, a partir da factibilidade concreta, uma unidade complexa.

Em síntese: o aspecto “formal” consiste na questão clássica da aplicação, da mediação ou da subsunção do momento “material”⁹⁹.

Jürgen Habermas, um notável teórico da Escola de Frankfurt, apresenta o tema da “esfera do público” e da validade intersubjetiva da argumentação “livre de dominação” como instituição democrática de legitimação com profunda sensibilidade política¹⁰⁰.

Sem dúvida, a temática confere unidade a toda a obra de Habermas, com o objetivo de restituir o sentido ético ao nível externo do político e do direito.

⁹⁷ “O descobrimento da América, a circum-navegação de África, criaram um novo terreno para a burguesia ascendente. O mercado das Índias orientais e da China, a colonização da América, o intercâmbio com as colônias, a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em geral deram ao comércio, à navegação, à indústria, um surto nunca até então conhecido e, com ele, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desmoronamento.” MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista**, 1998, p. 66.

⁹⁸ “Se o aspecto de conteúdo (ou material) da ética, que fica delimitado pelo *critério da verdade prática* (universalidade intensiva), funda o princípio material da ética, o aspecto formal da moral, em relação ao *critério de validade*, funda o princípio procedimental de universalidade (extensivo ou intersubjetivo) do consenso moral.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 169.

⁹⁹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 169.

¹⁰⁰ “Habermas procura reconciliar o nível público (externo) ou político com o ético.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 190.

Nesta trajetória, podemos identificar duas épocas do desenvolvimento da filosofia de Habermas definidas em torno de uma crise política (o esquerdismo estudantil de 68) e uma crise teórica (a subsunção sistemática da filosofia da linguagem)¹⁰¹.

Em primeiro lugar, apresentaremos a redução no pensamento de Habermas com relação ao sentido e à universalidade do aspecto material (de conteúdo) da ética¹⁰².

No segundo momento, nos centraremos no ponto referente à Ética do Discurso em Habermas, especialmente quando enuncia que não é possível integrar o momento material (e menos ainda o âmbito econômico de Marx ou o psicanalítico de Freud) à moralidade formal, em que, evidentemente, perderá a escassa criticidade da última etapa da primeira Escola de Frankfurt¹⁰³.

Quanto à primeira época, cumpre destacar que Habermas sempre se refere à sociologia, porém, negligencia sistematicamente a economia política que lhe exigiria refletir sobre o aspecto material da ética, como se observa na redução da intuição fundamental de Marx, a seguir:

“Nos países capitalistas avançados, o nível de vida - inclusive nas camadas mais amplas da população - subiu contudo tão longe que o interesse pela emancipação da sociedade já não se pode exprimir imediatamente em termos econômicos. A *alienação* perdeu sua forma economicamente evidente.”¹⁰⁴

Novamente, em outro exemplo, Habermas pretende fazer uma crítica injusta a um trecho de Marx na obra *A ideologia alemã*¹⁰⁵, nos seguintes termos:

“Marx se refere sempre a algo como uma natureza *em si mesma*, que tem prioridade quanto ao mundo dos homens. (...) A *natureza em si* é uma abstração. (...) A *coisa-em-si* de Kant reaparece sob a forma e com o título de uma natureza anterior à história humana.”¹⁰⁶

Em verdade, Marx indica explicitamente o contrário do que Habermas o faz dizer:

¹⁰¹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 190.

¹⁰² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 190 e ss.

¹⁰³ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 194 e ss.

¹⁰⁴ HABERMAS, Jürgen. **Teoria y praxis**, 1987, p. 216. Com relação a esta passagem, Dussel responde: “Como pode o leitor imaginar, em face da miséria na América Latina, África, Ásia (85% da humanidade atual), essas considerações não têm sentido.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 190.

¹⁰⁵ “Certamente, fica de pé a prioridade da natureza exterior, e tudo isso não é aplicável ao homem originário, mas essa diferença só tem sentido sempre e quando se considerar o homem como algo distinto da natureza. Além do mais, esta *natureza anterior* à história humana não é a natureza em que Feuerbach vive, mas uma natureza que, fora talvez algumas ilhas de coral australianas de formação recente, não existe já hoje em lugar algum, nem existe tampouco, portanto, para Feuerbach.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 48.

¹⁰⁶ HABERMAS, Jürgen. **Conocimiento y interés**, 1982, p. 42.

“Os objetos de seus impulsos existem fora dele. (...) A fome é uma necessidade natural: necessita portanto de uma natureza fora de si, para satisfazer-se, para acalmar-se. (...) O sol é o objeto da planta, objeto indispensável para ela, um provedor de vida.”¹⁰⁷

Destarte, aqui podemos considerar que, para Habermas, o aspecto material em Marx só consiste no trabalho, na sobrevivência físico-animal e não tem em vista o princípio ético universal da reprodução ou desenvolvimento da vida do sujeito humano¹⁰⁸.

Com relação à segunda época de sua obra, é possível encontrar um dos textos mais amplos sobre o tema moral propriamente dito, em que se propõe a abordar o tema de uma fundamentação da moral¹⁰⁹.

O ponto de partida de Habermas é o exemplo do ressentimento¹¹⁰.

De acordo com Habermas, nas ações que lesam a integridade de outrem, o autor ou um terceiro pode eventualmente apresentar desculpas¹¹¹; inversamente, a pessoa

¹⁰⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 651. Sobre a controvérsia, Dussel afirma que, em verdade: “Marx critica que em Hegel a ‘natureza’ é só um momento negativo que vale só no processo de subsunção da autoconsciência, do pensar que volta para si mesmo até o Saber Absoluto. A ‘natureza’ em si não conta para Hegel. Marx precisa mostrar que a natureza existe ‘por si’ (a partir de si), para refutar o idealismo absoluto hegeliano, mas o que exatamente interessa a Marx (contra os materialistas ingênuos ou cosmológico-metafísicos, e positivistas marxistas posteriores) é a natureza como ‘matéria’ (material com ‘a’: conteúdo) de trabalho (como cultura, como economia), porque a ‘mera natureza anterior à história humana’ - e aqui Marx está ironizando, e parece que Habermas não teria entendido a ironia - não interessa nem a Feuerbach, nem a Marx, nem à Ética da Libertação.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 192.

¹⁰⁸ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 192.

¹⁰⁹ “Em primeiro lugar, Strawson lhe permite partir de uma descrição fenomenológica (não meramente formal) de um fenômeno que interessa sumamente à Ética da Libertação: ‘A indignação com que reagimos diante das injustiças (...) no caso de atos que lesam a integridade do outro’; onde se demonstra, em uma descrição que deve ser participativa, que atitudes e sentimentos éticos performativos (como a culpabilidade ou a consciência do dever), que o cético empirista não pode negar, são algo diferente de meros ‘julgamentos afetivamente neutros das relações entre meios e fins’.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 194-195.

¹¹⁰ “Esse sentimento persistente revela a dimensão moral de uma injúria sofrida, porque não reage imediatamente, como o susto ou a raiva, a um ato de ofensa, mas à injustiça revoltante que um outro comete contra mim. O ressentimento é a expressão de uma condenação moral (que se caracteriza antes pela impotência).” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 64.

¹¹¹ Destaca-se que Habermas cita Strawson para distinguir duas espécies de desculpas: “Em um dos casos, referimo-nos a circunstâncias que tornem plausível a idéia de que não seria inteiramente apropriado sentir o ato de injúria com o infligir de uma injustiça: ‘Sua intenção não era isso’, ‘Ele não pôde evitar’, ‘Ele não tinha outra escolha’, ‘Ele não sabia que...’ são alguns dos exemplos para o tipo de desculpas que fazem ver sob outra luz a ação que se sente como ofensiva, sem pôr em dúvida a imputabilidade do agente. Mas este é exatamente o caso quando chamamos a atenção para o fato de que se trata de uma criança, um louco, de um bêbado - que o ato foi cometido por alguém que estava fora de si, ou fortemente estressado, por exemplo, sofrendo as seqüelas de uma grave doença etc. Esse tipo de desculpas convidam-nos a ver o próprio ator sob uma outra luz, a saber, de tal modo que não se possa mais lhe atribuir sem restrições as qualidades de um sujeito imputável. Nesse caso, devemos assumir uma atitude objetivamente que exclui de antemão as censuras morais.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 64.

atingida pode perdoar a injustiça que sofreu; a indignação e o ressentimento são dirigidos contra uma pessoa *determinada*, que fere a sua integridade, porém, o que lhe confere caráter moral não é a perturbação da interação entre duas pessoas, mas antes, a infração de uma expectativa subjacente com validade para determinado grupo social¹¹².

A partir daí, o filósofo alemão irá desenvolver um princípio de fundamentação de todo discurso prático¹¹³: o princípio de universalidade pragmático-comunicativo¹¹⁴.

¹¹² “É só a pretensão a uma validade *universal* que vem conferir a um interesse, a uma vontade ou a uma norma a dignidade de uma autoridade moral.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 68. E ainda: “A partir desta reflexão, segue-se que não podemos explicar a pretensão de validade das normas sem recorrer ao acordo motivado racionalmente ou, no mínimo, à convicção de que o consenso sobre uma determinada norma possa efetuar-se *com razões*. (...) O modelo apropriado é mais a comunidade de comunicação daqueles afetados, que, enquanto participantes num discurso prático testam as pretensões de validade das normas e, na extensão em que as aceite com razões, cheguem à convicção que em dadas circunstâncias as normas propostas estão ‘certas’.” HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**, 1980, p. 133.

¹¹³ “Enquanto Marx localizou os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes (na medida em que encaminham as ondas de desenvolvimento das épocas) na dimensão do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico - em suma, das *forças produtivas* -, emergiram também nesse meio-tempo boas razões para justificar a hipótese de que, também na dimensão da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, têm lugar processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social, em novas relações de produção, que são as únicas a tornar possível, por sua vez, o emprego de novas forças produtivas.” HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**, 1983, p. 13-14

¹¹⁴ “Assim, toda norma válida deve satisfazer a condição: que as consequências e efeitos colaterais que (previsivelmente) resultarem para a satisfação dos interesses de *cada* um dos indivíduos pelo fato de ser ela *universalmente* seguida, possam ser aceitos por *todos* os concernidos (e preferidos a todas as consequências das possibilidades alternativas e conhecidas da regragem).” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 86. Neste ponto, o formal toca o material: “As necessidades são interpretadas à luz de valores culturais; e como estes são sempre parte integrante de uma tradição partilhada intersubjetivamente, a revisão dos valores que presidem à interpretação das necessidades não pode de modo algum ser um assunto do qual os indivíduos disponham monologicamente.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 88.

Em primeiro lugar, Habermas explica o significado da verdade moral ao distinguir as pretensões de validade dos enunciados descritivos e dos enunciados normativos¹¹⁵.

Adiante, Habermas exprime que o princípio da ética do Discurso refere-se a um procedimento, como resgate discursivo de pretensões de validade normativa, de modo que se pode, corretamente, caracterizá-la como formal¹¹⁶.

¹¹⁵ “Os primeiros têm pretensões de verdade; os segundos, pretensões de retidão (ou ‘verdade moral’).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 195. Com as suas próprias palavras, Habermas indica que: “A tese de que as questões práticas são ‘passíveis de verdade’ sugere uma assimilação dos enunciados normativos aos enunciados descritivos. Se partimos - com razão, no meu modo de ver - do fato de que os enunciados normativos podem ser válidos ou não-válidos; e se como indica a expressão ‘verdade moral’, interpretamos as pretensões de validade, que são objetos de controvérsia em argumentações morais, segundo o modelo imediatamente disponível de verdade de proposições, então nos veremos levados - erroneamente, acredito - a compreender a possibilidade de tratar as questões práticas em termos de verdade como se os enunciados normativos pudessem ser ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’ no mesmo sentido que os enunciados descritivos.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 73. E continua: “As pretensões de validade normativas *mediatizam* manifestamente, entre a linguagem e o mundo social, uma *dependência recíproca* que não existe para a relação da linguagem e do mundo objetivo.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 82. E por fim: “Con las pretensiones de validez análogas a la verdad que son la veracidad subjetiva y la rectitud o corrección normativa, los efectos de vínculo que tienen los actos de habla desbordan el ámbito de las convicciones de contenido descriptivo, circunscrito por la manifestaciones o elocuciones susceptibles de verdad.” HABERMAS, Jürgen. **La teoría de la acción comunicativa**, 2010, p. 488.

¹¹⁶ Com relação aos problemas materiais, Habermas os deixa por resolver, como se observa a seguir: “A ética do Discurso (...) não indica orientações conteudísticas, mas um processo, o Discurso prático. (...) Formal, por conseguinte, esse procedimento não o é no sentido da abstração de conteúdos. Ela não tem nada a ver com preferência de valores, mas com a validade deontológica de normas de ação.” HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**, 2003, p. 126-127. Em sentido contrário: “Para uma Ética da Libertação, ‘a validade do dever-ser das normas de ação’ podem ser também ‘preferências axiológicas’ de uma consciência ética crítica anti-hegemonicamente. Por exemplo, o enunciado seguinte: ‘Devo arriscar a vida na luta pela justiça contra o capitalismo em sua periferia mundial’, é um enunciado que implica um dever-ser, o de uma norma de ação, em vista da preferência de um ‘valor’ (a ‘justiça’), resultado de uma análise material econômica de uma comunidade de críticos que descobrem que um sistema histórico impede a reprodução da vida humana (critério e princípio material). Aqui se articula a procedimentalidade formal e a exigência das condições materiais da vida humana.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 231. Um exemplo vivo da articulação entre a forma e o conteúdo revolucionários no âmbito da práxis foi Ernesto ‘Che’ Guevara: “He nacido en la Argentina; no es un secreto para nadie. Soy cubano y también soy argentino y, si no se ofenden las ilustrísimas señorías de Latinoamérica, me siento tan patriota de Latinoamérica, de cualquier país de Latinoamérica, como el que más y, en el momento en que fuera necesario, estaría dispuesto a entregar mi vida por la liberación de cualquiera de los países de Latinoamérica, sin pedirle nada a nadie, sin exigir nada, sin explotar a nadie.” GUEVARA, Ernesto. **El libro verde olivo**, 1970, p. 203. De modo diverso compreende a moral procedimental de Habermas: “As obrigações morais pertencem ao interesse comum e não impõem exigências supererrogatórias precisamente porque são igualmente boas para todos. É neste sentido que a moral da razão fixa a abolição da vítima. No entanto, o indivíduo que, por exemplo, segue o mandamento cristão do amor ao próximo e, no interesse deste último, é capaz de fazer sacrifícios irrazoáveis do ponto de vista moral, merece a nossa admiração moral; as ações supererrogatórias podem ser interpretadas como tentativas de minimizar o sofrimento injusto que emerge em casos de complicações trágicas ou de condições bárbaras de vida, causando a nossa indignação moral.” HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do Discurso**, 1991, p. 135.

Destarte, apesar de ter consciência dos problemas sociais¹¹⁷ da modernidade¹¹⁸, Habermas é incapaz de resolvê-los pela articulação da função moral procedimental a uma ética material - no sentido de aplicar os conteúdos - porque previamente os eliminou e, portanto, apenas lhe restou uma lógica vazia¹¹⁹.

De tal modo, em que pese reivindicar “uma teoria materialista da sociedade”¹²⁰, Habermas deu um adeus definitivo ao pensamento crítico da primeira Escola de Frankfurt, vez que uma teoria “materialista” exige uma ética de conteúdo¹²¹.

3. A factibilidade ética como práxis do “bem” em Franz Hinkelammert

Trata-se agora da factibilidade empírica¹²² da reprodução da vida humana, isto é, das condições concretas de sua efetiva possibilidade¹²³.

¹¹⁷ “O filósofo moral não dispõe de nenhum acesso privilegiado às verdades morais. Em face das quatro grandes vergonhas político-morais que afetam nossa existência: diante da fome e da miséria no Terceiro Mundo, diante da tortura e da contínua violação da dignidade humana nos estados de não-direito, diante do crescente desemprego e dos desníveis de distribuição da riqueza social nas nações industrializadas do Ocidente; diante, enfim, do risco de autodestruição que o arsenal atômico representa.” HABERMAS, Jürgen. **Escritos sobre moralidad y eticidad**, 1991, p. 129-130.

¹¹⁸ Cumpre recordar que Habermas assume o paradigma eurocêntrico da Modernidade ao defender a racionalidade moderna dos ataques pós-modernos: “Pues bien, fue Hegel el primer filósofo que desarrolló un concepto claro de modernidad; a Hegel será menester recurrir, por tanto, si queremos entender qué significó la relación interna entre modernidad y racionalidad, que hasta Max Weber se supuso evidente de suyo y que hoy parece puesta en cuestión.” HABERMAS, Jürgen. **El discurso filosófico de la modernidad**, 2010, p. 14.

¹¹⁹ “No seio de um legítimo pluralismo de visões de mundo, os filósofos não podem mais, sem um suporte meta-físico universalmente reconhecido, posicionar-se contra ou a favor da substância de projetos de vida individuais.” HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**, 2004, p. 322-323

¹²⁰ “É mister uma teoria *materialista* da sociedade.” HABERMAS, Jürgen. **Escritos sobre moralidad y eticidad**, 1991, p. 130.

¹²¹ “Uma teoria deontológica que explica como devem ser justificadas e aplicadas as normas gerais não pode admitir a prioridade normativa de nenhum propósito particular sobre tais normas, uma vez que a busca desse *telos* - por mais elevado que seja - exige uma contemporização entre um raciocínio normativo e um raciocínio de prudência. Penso que esse problema clássico da ética da revolução não pode ser resolvido no âmbito da teoria moral. Pode, porém, ser difundido na estrutura mesma de um Estado constitucional em que o reformismo democrático é institucionalizado como parte normal da política. Os cidadãos podem então encarar a constituição como o projeto coletivo da realização cada vez mais ampla de um sistema já estabelecido de direitos básicos. Os cidadãos que se dedicam à realização desse projeto conjunto podem, com coerência, promover a melhoria das condições de acesso à política deliberativa e participação nesta, ao mesmo tempo que podem racionalmente esperar que as normas sejam devidamente respeitadas.” HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**, 2007, p. 26-27.

¹²² “Podemos agora tentar alcançar a síntese desses momentos (do momento material da ética e formal da moral), a partir da factibilidade de ambos, e conseguir assim a unidade real ou sintética da eticidade propriamente dita.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 237.

¹²³ “Uma norma ou práxis impossível (lógica, empírica ou facticamente) não é realizável.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 260.

Se no aspecto material nos referimos à dimensão da verdade prática e no aspecto formal tratamos do âmbito da racionalidade formal dos acordos válidos, agora descreveremos o processo de construção do factível ético, onde se realiza estritamente o “bem” (ou o “mal”), a “bondade” (ou a “maldade”) da norma, ato, microestrutura, instituição ou sistema de eticidade concretamente, a partir das exigências da factibilidade ética, e por enunciados normativos com pretensão de eficácia e retidão da realização efetiva e concreta, determinados por circunstâncias contextuais e suas consequências¹²⁴.

Para isso, estudaremos Franz Hinkelammert, um economista de origem alemã com larga experiência desde a década de 60 no Chile do tempo de Allende, onde foi um dos teóricos da Unidade Popular, na revolução inconclusa pelo golpe norte-americano.

A sua obra principal chama-se “*Crítica à razão utópica*”, escrita um ano antes do começo da *Perestroika*, em que antecipava as causas da queda do socialismo¹²⁵, num nível de crítica estritamente teórico, da planificação burocrática de tipo estalinista¹²⁶.

Conforme apresenta Dussel,

“Hinkelammert se adianta à sua época, mas fica fora do ‘grande debate’ porque escreve em espanhol e porque sua reflexão parte dos excluídos da história.”

Em síntese, Hinkelammert propõe um princípio epistemológico universal: o princípio geral empírico da impossibilidade¹²⁷.

¹²⁴ “Trata-se de demarcar, a partir da verdade prática e da validade moral, a razão instrumental e estratégica (subsumida pela razão prático-material, ético-originária e discursiva).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 237-238.

¹²⁵ “Ao mesmo tempo e com a mesma lógica, critica os fundamentos da proposta neoliberal, mostrando sua inconsistência, que hoje vem sendo aceita por muitos.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 260.

¹²⁶ “El socialismo que se realiza no es el socialismo anunciado; de hecho reemplaza estructuras capitalistas represivas por estructuras socialistas represivas e introduce términos correspondientes; mercado socialista, dinero socialista, propiedad socialista, Estado socialista, ideología socialista, moral socialista. Todo lo que Marx pretendió destruir por la praxis revolucionaria renace con la etiqueta socialista que, em último término, se refiere al cambio de las relaciones sociales de producción capitalistas por las socialistas.” HINKELAMMERT, Franz. **Ideologías del desarrollo y dialéctica de la historia**, 1970, p. 90.

¹²⁷ “A crítica à razão utópica não constitui rejeição do utópico, mas sim sua conceituação transcendental. Ela desemboca na discussão dos quadros de categorias dentro dos quais são elaborados os pensamentos sociais.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 21.

Com efeito, este princípio, já enunciado por Max Weber e também por Karl Marx¹²⁸, abre o âmbito das ciências empíricas e das ações a partir do horizonte do “possível”, em especial na ciência econômica e na política¹²⁹.

Contudo, desde o começo Hinkelammert opõe Karl Marx a Max Weber.

Segundo Marx, a sociedade capitalista é impossível, porque não pode reproduzir satisfatoriamente a vida humana do trabalhador¹³⁰:

“A sociedade capitalista é impossível porque é autodestrutiva. Assim, o progresso desencadeado dentro da sociedade burguesa só pode ser orientado em função da vida humana se for controlado e dominado em função da própria vida. Para tanto, é preciso superar as abstrações vinculadas às relações mercantis e, conseqüentemente, as próprias relações mercantis. (...) O ponto decisivo é a polarização entre o possível e o impossível. E, a partir de Marx, o critério de limite entre o possível e o impossível é o critério da reprodução da vida humana real e concreta.”¹³¹

Ao contrário, para Weber, o socialismo é impossível, porque pretende eliminar as relações mercantis:

“Em contrapartida, Weber vê com toda razão que esse reino da liberdade é impossível e utópico, lançando sua crítica contra ele. Com razão, constata que a abolição das relações mercantis - que Marx considera como parte do possível - cai no âmbito do impossível. Entretanto, em sua própria análise, Weber segue o mesmo esquema que critica em Marx. Com efeito, afirma precisamente que o capitalismo pode assegurar essa reprodução material da vida. Mas, como não pode sustentar essa capacidade em termos empíricos, concebe-a também em termos de plenitude capitalista impossível, conceito que toma da análise neoclássica do equilíbrio dos mercados. (...) Em relação a ela, Weber também tem que procurar o ‘melhor possível’ - porque a plenitude de tal equilíbrio não é -, pretendendo encontrá-lo em uma política de reformas sociais no quadro do próprio capitalismo.”¹³²

¹²⁸ “A humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização.” MARX, Karl. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**, 1977, p. 302.

¹²⁹ “Como arte do possível, a política entra na consciência atual a partir do momento no qual o homem começa a modelar a sociedade com base em *projetos de uma sociedade a construir*.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 11.

¹³⁰ “Marx, sem dúvida, parte da afirmação da vida humana concreta. Ele a pensa em termos de plenitude que descreve como o reino da liberdade ou comunismo, em relação à qual concebe a sociedade socialista à qual aspira como aproximação ou antecipação de um ‘melhor possível’. A conceituação de tal plenitude é absolutamente radical, ao passo que a sociedade por construir apresenta-se muito mais como sociedade factível que se realiza ‘o mais possível’.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 18.

¹³¹ HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 12-13.

¹³² HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 18-19.

É a partir daí que Hinkelammert afirma que ambos os tipos de sociedade - a capitalista e a socialista - existem e, portanto, não são impossíveis¹³³ nem utópicas, mas se relacionam com utopias e impossibilidades¹³⁴ que se projetam no futuro.

De fato, conforme pondera Hinkelammert, a vontade sempre aspira ao impossível, porque deseja o melhor, quaisquer que sejam os critérios de melhor que adote.

Destarte, é por intermédio da imaginação - e também da conceituação do impossível¹³⁵ - que se descobre o marco do possível, razão pela qual, a utopia cumpre a sua função social¹³⁶.

É por tal razão que Hinkelammert enuncia brilhantemente que:

“Quem não se atreve a conceber o impossível jamais poderá descobrir o que é possível. O possível é o resultado da submissão do impossível ao critério da factibilidade. Então, teremos o seguinte resultado: concebe-se o impossível para, através da experiência e da análise da factibilidade, conhecer o possível.”¹³⁷

¹³³ Em relação à pergunta: “Que sentido ainda tem a tese da impossibilidade, se as sociedades impossíveis se mantêm durante séculos?”, Hinkelammert responde: “O impossível não é tanto o que o outro faz, mas sim aquilo que ele crê fazer. E, quando se crê estar fazendo algo diferente daquilo que se faz, se está fazendo mal aquilo que se faz. O que se faz nunca é impossível, mas aquilo que se crê estar fazendo pode sê-lo. E esta crença deforma e paralisa a capacidade de fazer.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 17.

¹³⁴ “O que se contrapõe não são simples impossibilidades ou possibilidades, mas sim níveis de impossibilidades e graus de possibilidades.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 19.

¹³⁵ Como poucos, Vladimir Lênin soube articular a utopia com o realismo: “É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho. De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.” LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**, 1975, 261. Assim como diz a música *Sonho Impossível*, de Chico Buarque, uma versão da música original *Impossible Dreams*, com melodia de Mitch Leigh e letra de Joe Darion, baseada no romance *Don Quijote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes: “Sonhar mais um sonho impossível/Lutar quando é fácil ceder/Vencer o inimigo invencível/Negar quando a regra é vender/Sofrer a tortura implacável/Romper a incabível prisão/Voar num limite improvável/Tocar o inacessível chão/É minha lei, é minha questão/Virar esse mundo, cravar esse chão/Não me importa saber, se é terrível demais/Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz/E amanhã, se esse chão que eu beije/For meu leito e perdão/Vou saber que valeu delirar/E morrer de paixão/E assim, seja lá como for/Vai ter fim a infinita aflição/E o mundo vai ver uma flor/Brotar do impossível chão.”

¹³⁶ “Utopia, ella está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar.” GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**, 1994, p. 310.

¹³⁷ “No entanto, a perseguição e realização desse possível são constantemente desvirtuadas pela ilusão de se estar perseguindo ou realizando aquele impossível de cuja conceituação se partiu.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 18. Por exemplo, no bordão do Movimento ‘Maio de 68’, na França: “Sejamos realistas; exijamos o impossível!”

De tal modo, por ser o sujeito cognoscente¹³⁸ um ser finito e vivente, toda a realidade se abre como possibilidades para a ação, a partir de um projeto de vida, diante da impossibilidade de escolher a morte¹³⁹.

É por isto que Hinkelammert afirma que “para viver, é preciso *poder viver*”, ao se referir à satisfação das necessidades¹⁴⁰ como condição de possibilidade para reproduzir a vida humana¹⁴¹.

De tal sorte, Hinkelammert indica que a razão prático-material ou ético-originária funda por seu conteúdo a razão estratégica, instrumental e discursiva, a fim de constituir o horizonte de conhecimento dos objetivos empíricos possíveis a partir do âmbito contextual do sujeito vivente da ação¹⁴².

¹³⁸ “Em última instância, o sujeito cognoscente é o nome da capacidade reflexiva do sujeito atuante que reflete sua capacidade de ação por meio de conceitos universais. Esse sujeito atuante com capacidade reflexiva, que aspira à totalidade da realidade, mas que está impossibilitado de alcançá-la, é o sujeito da tecnologia que se relaciona com o mundo exterior do homem.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 262.

¹³⁹ “O sujeito prático só pode atuar sendo um *sujeito vivo*. É preciso viver para poder conceber o fim e encaminhar-se em sua direção, mas não se vive automaticamente nem por simples inércia. Viver também é um projeto que tem condições materiais de possibilidade, mas que fracassa se não as conseguir. (...) Com efeito, à medida que somente um sujeito vivo pode projetar e realizar fins, a sua escolha necessariamente está subordinada à vida do sujeito. (...) Só é factível aquele subconjunto de fins que se integra em algum projeto de vida. Ou seja, fins não compatíveis com a manutenção da vida do próprio sujeito estão fora da factibilidade. (...) Trata-se de decisão pelo suicídio. (...) Renunciando ao suicídio, aparece um marco de factibilidade de fins que é dado por algum projeto de vida que julga todos os fins com base em sua factibilidade.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 265.

¹⁴⁰ “O sujeito não é livre para escolher, mas sim vive para satisfazer necessidades. (...) A satisfação das necessidades torna possível a vida; a satisfação das preferências a torna agradável. Mas para que ela possa ser agradável, antes tem que ser possível. (...) O que constitui hoje a diferença entre o socialismo e o capitalismo é o reconhecimento das necessidades humanas ou a sufocação de sua satisfação em nome das preferências.” HINKELAMMERT, Franz. **A crítica à razão utópica**, 1988, p. 267.

¹⁴¹ “A afirmação da vida contém esta dupla afirmação: o dever de viver de cada um e o conseqüente direito de viver de cada um. (...) Do dever/direito de viver, portanto, têm de derivar todos os outros valores vigentes, inclusive o sistema de propriedade. (...) O dever/direito de viver vale para todos, e portanto não se exerce e não se pode exercer em função de nenhuma classe social especificamente. O dever/direito de viver é universal. Todavia, à medida que o grupo dos proprietários exclui o dever/direito de viver dos outros, o dever/direito se volta contra sua situação de proprietários. Transforma-se - apesar de ser universal - em bandeira de luta de um grupo contra o outro. Para realizar o dever/direito universal, o grupo que o sustenta deve se impor para assegurar um sistema de propriedade compatível. Portanto, trata-se de uma luta de classes que um sujeito que se orienta para a vida deve assumir. É uma luta legítima, e é a única luta legítima que existe.” HINKELAMMERT, Franz. **As armas ideológicas da morte**, 1983, p. 329.

¹⁴² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 264-265.

Da mesma maneira, ações possíveis no capitalismo tardio dos países centrais são ainda *impossíveis* no capitalismo periférico, em razão do grau inferior de desenvolvimento tecnológico e pelo grau de exploração¹⁴³.

Por conseguinte, assim se realiza o componente de factibilidade, que considera com racionalidade instrumental as condições empíricas, tecnológicas, econômicas, etc., de possibilidade *a priori* dentro dos limites das exigências éticas com pretensão de reta intenção e, simultaneamente, analisando as possíveis consequências *a posteriori* com pretensão de responsabilidade¹⁴⁴.

Concluimos assim a exposição inicial sobre o fundamento da ética que nos permitirá erguer os alicerces da crítica de uma ética da libertação logo adiante.

¹⁴³ “Ambos os condicionantes (o tecnológico e o econômico) constituem condições de possibilidade da factibilidade de um objeto prático a realizar-se no futuro.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 266.

¹⁴⁴ “Um ato absoluto ou perfeitamente ‘bom’ é empiricamente *impossível*. Seria necessária uma inteligência, vontade e aparato psíquico-corporal de capacidade, equilíbrio e eficiência infinitos, a uma velocidade infinita. Todo ato é aproximativamente ‘bom’ dentro de um *marco* de possibilidades onde muitos tipos de atos são *possíveis*.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 282.

SEGUNDA PARTE

A crítica ética, a validade anti-hegemônica e a práxis de libertação em Enrique Dussel

Na primeira parte, indicamos o tema *positivo* da verdade, da validade e da factibilidade do “bem”, do “bom” ou da “bondade”¹⁴⁵.

Agora, a partir das vítimas não-intencionais do “bem”, a verdade começa a ser descoberta como não-verdade, o válido como o não-válido e o factível como o não-eficaz - e o “bom” pode ser interpretado como o “mau”¹⁴⁶.

Assim, julgar o sistema¹⁴⁷ de eticidade aparece como um momento *negativo*¹⁴⁸ do exercício da razão ético-crítica.

De acordo com Dussel, o “mal ético-ontológico” é descoberto pelo crítico quando o Sistema (luhmanniano), a Identidade (hegeliana), o Mundo (heideggeriano), o Mercado (de Hayek), a Consciência (do *cogito* de Descartes) se fecha sobre si¹⁴⁹ e não pode reconhecer nem descobrir a alteridade¹⁵⁰ e a autonomia de suas vítimas, pois que a sua totalização é indiferente à factibilidade da reprodução e desenvolvimento da vida e à participação autônoma argumentante das vítimas.

¹⁴⁵ “Contudo, a partir das próprias entranhas do ‘bem’, da ordem social vigente, aparece um rosto, muitos rostos, que à beira da morte clamam pela vida.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 301.

¹⁴⁶ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 301

¹⁴⁷ “Não se pense que o crítico de um dado sistema de eticidade deva sê-lo sempre em totalidade (pode ser uma *crítica parcial*), e que necessariamente promova uma revolução (esta é excepcional, embora nunca impossível *a priori*, mas efetivamente só acontece alguma vez durante séculos, sendo que cotidianamente as transformações de normas, ações ou instituições são parciais, concretas, cotidianas. A Ética da Libertação é uma ética do cotidiano.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 306.

¹⁴⁸ “Este juízo material ético *negativo* é possível, como dissemos, partindo do âmbito da *positividade* da afirmação da vida do sujeito humano, como critério e princípio ético, e, também, a partir da afirmação da dignidade re-conhecida do sujeito que é negado como vítima. Esta dupla *afirmação* é exercício prévio da que denominamos razão prático-material e ético-originária, momento necessário, incluído e anterior à própria *negatividade* (que denominamos momento ‘analético’).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 303.

¹⁴⁹ “Em concreto, foi o mito da Modernidade como encobrimento do Outro. A totalidade tornou-se um sistema fechado, de morte, e caminha heróico (paranóico) para o suicídio coletivo, como os nibelungos diante de Átila, os nazistas derrotados diante dos Aliados, a humanidade diante do problema ecológico ou os governos latino-americanos diante da dívida externa ‘inventada’ e impagável.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 305.

¹⁵⁰ “É a alteridade da vítima como oprimida (por ex. como classe) ou como excluída (por ex. como pobre), já que a exterioridade da ‘exclusão’ não é idêntica à ‘opressão’.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 304.

Por tal razão, a dor¹⁵¹ da corporalidade das vítimas é a origem material e primeira de toda crítica ética possível¹⁵². Por exemplo: “Este sistema é ‘mau’ porque não permite a reprodução da vida de suas vítimas.”

Assim, a partir de Dussel, apresentaremos num primeiro nível, os princípios da crítica ética propriamente dita, pelo exercício da razão ético-crítica que inicia dialeticamente seu movimento, a partir da *afirmação* ética radical da vida negada das vítimas expressa pelo desejo e pela luta por viver e a partir do reconhecimento da dignidade da vítima como o Outro que o sistema nega, de onde se descobre com consciência ético-crítica¹⁵³ a negação da vida¹⁵⁴.

Num segundo nível, a comunidade de vítimas interpela crítico-negativamente, a partir de intersubjetividade formal discursiva anti-hegemônica, em primeiro lugar, as próprias vítimas que, progressivamente passam a adquirir consciência crítica, e se dirigem às vítimas que ainda não tomaram consciência, de modo a criar solidariedade, e em segundo lugar, aquelas que poderiam se solidarizar com sua condição, embora pertençam a outros estratos do sistema, de modo a criar colaboração militante como co-responsabilidade¹⁵⁵, ampliando assim a comunidade com os que adotam uma nova postura prático-crítica diante do sistema¹⁵⁶.

¹⁵¹ Com efeito, a ‘dor’ é um momento do sistema neurocerebral, excitado pela endorfina, logo, nunca se poderá evadir a ‘materialidade’ da ética.

¹⁵² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 306.

¹⁵³ “Esta consciência ético-crítica é um processo no tempo, tempo da consciência ética monológica e intersubjetiva, e é o que Paulo Freire denomina *conscientização*.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 311.

¹⁵⁴ “(...) Produz-se a negação originária real empírica das vítimas (a escravidão do escravo, a subsunção efetiva do trabalho assalariado do operário no capital, a mulher como objeto sexual do machismo, etc.), onde o sofrimento é o efeito real da dominação ou exclusão, material (e até formal), como contradição da *afirmação* do sistema de eticidade vigente (e desde agora dominador).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 306.

¹⁵⁵ “O homem é responsável por suas ações porque vive em sociedade, um lugar marcado pela existência do outro, em que o sujeito é, ao mesmo tempo, ego e alter, de modo que a sobrevivência do ego só é possível pelo respeito ao alter e não por causa do atributo da liberdade de vontade: o princípio da alteridade - e não a presunção de liberdade - deve ser o fundamento material da responsabilidade social, e, portanto, de qualquer juízo de reprovação pessoal pelo comportamento social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito penal**, 2010, p. 283. No mesmo sentido: “Relações jurídicas são sempre relações entre mais de um sujeito. A categoria da alteridade mereceria ter-se deslocado da metafísica de Aristóteles para um bairro central da filosofia do direito, levando consigo a diferença (que não a constitui mas a assimila) e a diversidade (que, ao romper a identidade a inaugura), até porque essa filosofia se construiu muito sobre o solo sempre intersubjetivo do direito privado; um filosofar que principiava pelo Meu e pelo Teu, como em Kant.” BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro I**, 2000, p. 22.

¹⁵⁶ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 308.

E, por fim, num terceiro nível, as negações sistêmicas das vítimas são negadas de forma real, empírica e desconstrutiva por ações transformadoras factíveis eticamente, a fim de construir alternativas positivas de novos momentos (normas, ações, instituições, sistemas), que consiste exatamente na práxis de libertação¹⁵⁷.

1. A crítica ética do sistema vigente: a partir da negatividade das vítimas

Segundo Enrique Dussel,

“O ponto de partida forte e decisivo de toda a crítica, como já vimos, é a relação que se produz entre a negação da *corporalidade*, expressa no sofrimento das vítimas, dos dominados (como operário, índio, escravo africano ou explorado asiático do mundo colonial; como corporalidade feminina, raça não-branca, gerações futuras que sofrerão em sua corporalidade a destruição ecológica; como velhos sem destino na sociedade de consumo, crianças de rua abandonadas, imigrantes estrangeiros refugiados, etc.), e a tomada de consciência desta negatividade.”

A partir disto, encontramos num primeiro momento, na comunidade de vítimas, a negatividade originária empírica como um “fato natural”, diante do qual se encontram ingenuamente em estado de não-consciência¹⁵⁸, e, num segundo momento, a sua passagem para a formação da consciência ético-crítica¹⁵⁹, que retratam momentos radicalmente distintos sobre a consciência sobre a própria condição de negatividade¹⁶⁰.

¹⁵⁷ DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 309.

¹⁵⁸ “Durante anos e anos constatamos a *morte* dos nossos nos campos chiapanescos; nossos filhos *morriam* por uma força que desconhecíamos; nossos homens e mulheres caminhavam na longa noite da ignorância que uma sombra estendia sobre nossos passos. Nossos povos caminhavam *sem verdade* nem entendimento. Iam nossos passos sem destino, só vivíamos e *morriamos*.” LA JORNADA, “**Entramos outra vez na história**”, Mensagem do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). México: Chiapas, 22 de fevereiro de 1994, p. 8.

¹⁵⁹ “Os mais velhos dos velhos de nossos povos nos falaram palavras que vinham de muito longe, de quando nossas vidas não eram, de quando nossa voz era calada. E caminhava a verdade nas palavras dos mais velhos dos velhos de nosso povo. E aprendemos em suas palavras que a longa noite de dor de nossa gente vinha das mãos e palavras dos poderosos, que nossa miséria era riqueza para uns quantos, que sobre os ossos e o pó de nossos antepassados e de nossos filhos se construiu uma casa para os poderosos, e que nessa casa não podia entrar nosso passo, e que a abundância de sua mesa se enchia com o vazio de nossos estômagos, e que seus luxos eram paridos por nossa pobreza, e que a força de seus tetos e paredes se levantava sobre a fragilidade de nossos corpos, e que a saúde que enchia seus espaços vinha da morte nossa, e que a sabedoria que ali vivia de nossa ignorância se nutria, que a paz que a cobria era guerra para nossa gente...” LA JORNADA, “**Entramos outra vez na história**”, Mensagem do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). México: Chiapas, 22 de fevereiro de 1994, p. 8.

¹⁶⁰ “Hoje, habitam o planeta 6,8 bilhões de pessoas. Das quais, 1,2 bilhão são desnutridos crônicos (FAO, 2009); 2 bilhões não têm acesso a medicamentos (www.fic.nih.gov); 884 milhões vivem sem água potável (OMS/UNICEF, 2008); 924 milhões estão sem teto ou se abrigam em moradias precárias (ONU Habitat, 2003); 1,6 bilhão não dispõem de eletricidade (ONU, Habitat, Urban Energy); 2,5 bilhões não contam com saneamento básico (OMS/UNICEF, 2008); 774 milhões de adultos são analfabetos (www.uis.unesco.org); 18 milhões morrem, por ano, devido à pobreza, a maioria crianças com menos de 5 anos (OMS); 218 milhões de jovens, entre 5 e 17 anos, trabalham em regime de semiescravidão (OIT: La eliminación del trabajo infantil: un objetivo a nuestro alcance, 2006).” BETTO, Frei. “**Perfil mundial e latinoamericano**”, *Jornal Brasil de Fato*, 27 de setembro de 2010.

Com efeito, o projeto utópico do sistema-mundo vigente que se globaliza se manifesta contraditório, já que a maioria de seus possíveis participantes se encontram privados de cumprir com as necessidades que o próprio sistema proclamou como direitos¹⁶¹.

A Ética da Libertação subsume assim o momento crítico dos “grandes críticos” enquanto críticos da face dominadora da Modernidade, como por exemplo, Karl Marx; Horkheimer, Adorno e Marcuse; e Freud, como demonstremos a seguir.

1.1 A crítica da economia política em Marx

Historicamente, foi Friedrich Engels que motivou o jornalista, acadêmico fracassado e crítico pequeno-burguês radical, Karl Marx¹⁶², a descobrir o nível epistemológico de abstração no qual devia situar-se o exercício da crítica da economia política¹⁶³.

De fato, seu exílio em Paris lhe permite descobrir a afirmação primeira: o desejo de viver e de lutar pela vida da classe operária francesa, a qual considera a vítima do sistema que deve ser afirmada em sua dignidade e negada em sua negação, segundo a dialética do positivo e do negativo¹⁶⁴.

As vítimas criticam a ordem e proclamam sua dissolução como juízo ético-crítico negativo do sistema como totalidade¹⁶⁵, embora, na Alemanha, em que o mundo

¹⁶¹ “À luz do critério e do princípio material, pode-se descobrir um fato massivo no final do século XX: boa parte da humanidade é ‘vítima’ de profunda dominação ou exclusão, encontrando-se submersa na ‘dor’, ‘infelicidade’, ‘pobreza’, ‘fome’, ‘analfabetismo’, ‘dominação’.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 314.

¹⁶² Já nos referimos a Marx na Primeira Parte, quando tratamos do momento material da ética. Com efeito, a sua consciência crítica já se havia manifestado antes, e a partir de agora, se tornará ainda mais contundente, com a maturidade de sua obra.

¹⁶³ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 319.

¹⁶⁴ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 320. “Mas na Alemanha não há nenhuma classe que possua a consequência, o rigor, o arrojo e a intransigência necessários para converter-se no representante negativo de toda a sociedade. Onde está pois a possibilidade negativa da emancipação alemã? Na formação de uma classe a qual seus sofrimentos universais imprimem caráter universal.” MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, 2005, p. 154.

¹⁶⁵ Marx afirma com excelência que: “Onde o proletariado proclama a dissolução da ordem universal anterior, não faz senão apregoar o segredo de sua própria existência, já que ele é de fato a dissolução desta ordem universal.” E continua, no mesmo sentido: “Quando o proletariado reclama a negação de sua propriedade privada, não faz mais do que elevar a *princípio da sociedade* o que já aparece personificado nele, sem sua intervenção, como resultado *negativo* da sociedade. O proletariado se acha assistido, assim, diante do mundo que nasce, do próprio direito.” MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, 2005, p. 156.

industrial ainda estava muito atrasado, a única libertação praticamente possível parecia ser a libertação no terreno da teoria¹⁶⁶.

Assim, é a partir da positividade do critério de reprodução da vida do sujeito humano que se desenvolve a ética material que, num momento posterior, pode descobrir a sua negação¹⁶⁷.

Segundo Dussel,

“Marx agora julga o sistema capitalista como alienante, injusto, vitimário, sacrificante; como sendo uma estrutura histórica que nega a vida do trabalhador, que o oprime, desrealiza, empobrece e mata.”¹⁶⁸

Logo, a teoria da mais-valia permite situar dentro do sistema das categorias da economia política burguesa o “lugar” onde se produz a “morte” da vítima¹⁶⁹.

¹⁶⁶ “A cabeça desta emancipação é a filosofia; seu coração o proletariado. A filosofia só chegará a realizar-se mediante a abolição do proletariado, o qual não poderá ser abolido sem a realização da filosofia.” MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, 2005, p. 156.

¹⁶⁷ Marx denuncia que: “A tal ponto aparece a realização do trabalho como desrealização do trabalhador, que este é desrealizado até chegar à morte de fome.” E conclui, dizendo que o trabalhador deposita a sua vida no objeto que produz e não a recupera: “O operário sofre em sua existência e o capitalismo na ganância de seu Mamón morte. Quanto ao trabalhador que, mediante o trabalho, se apropria da natureza, a apropriação aparece como alienação, a atividade própria como atividade para outro e de outro, a vitalidade como sacrifício da vida.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, 1982, p. 106 e 119.

¹⁶⁸ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 323-324. Sobre a “corporalidade” reprimida pelo trabalho alienado pelo capital, que também aliena as pulsões da estrutura libidinal, pode-se citar um trecho da música “*Vai trabalhar vagabundo*”, composta por Chico Buarque, com a seguinte passagem: “(...) Pode esquecer a mulata/Pode esquecer o bilhar/Pode apertar a gravata/Vai te enforcar/Vai te entregar/Vai te estragar/Vai trabalhar.”

¹⁶⁹ “Acumulação do capital é, portanto, argumento do proletariado. A lei (...) encadeia o operário ao capital com grilhões mais firmes do que as correntes com que Hefesto prendeu Prometeu à rocha. Esta lei gera uma *acumulação da miséria* proporcional à acumulação do capital. A acumulação de riqueza de um pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, tormentos de trabalho, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, isto é, onde se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital.” MARX, Karl. **O capital**, 1975, p. 805. No mesmo sentido, Engels, que, ao lado de Marx, constituía uma dupla viva do mesmo espírito, o espírito revolucionário: “Quando um indivíduo causa a outro um dano físico de tamanha gravidade que lhe causa a morte, chamamos esse ato de homicídio; se o autor sabe, de antemão, que o dano será mortal, sua ação se designa por assassinato. Quando a sociedade [quando me refiro à sociedade, aqui e em outros lugares, enquanto comunidade responsável, com direitos e deveres, entenda-se que me refiro ao *poder da sociedade*, isto é, ao poder da classe que atualmente possui o poder político e social. (...) Logo, a burguesia tem o dever de proteger cada membro da sociedade pelo menos em sua simples existência, cuidar para que ninguém morra de fome] põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é *impossível* subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato. Assassinato idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e perverso, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se, porque não parece um assassinato; o assassino é todo mundo e ninguém, a morte da vítima parece natural, o crime não se processa por ação, mas por omissão - entretanto não deixa de ser um assassinato.” ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, 2008, p. 135-136.

Cumpramos ressaltar que Marx em sua vida atormentada não se fechou numa torre de marfim acadêmica, ao contrário, se comprometeu com movimentos sociais e, ao lado de sujeitos históricos, como o Partido político revolucionário e a organização da I Internacional, realizou o exercício da razão ético-utópica em busca de alternativas futuras ao capitalismo, na problemática de um projeto histórico social capaz de fundar o “Reino da Liberdade” para realizar factivamente a revolução socialista, a qual produzirá o definimento do Estado¹⁷⁰.

Ao fim e ao cabo, resta, pois, o testemunho da tarefa ético-teórica¹⁷¹ de Marx¹⁷² que nos apresenta caminhos e pontos de partida, especialmente na obra “*O Capital*”,

¹⁷⁰ “Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (...) [Porém] o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. (...) As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze.” ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade**, 1977, p. 195-196.

¹⁷¹ Cumpramos destacar que Marx e Engels produziram uma análise econômica da história, porém, também, uma análise histórica da economia. Diante das críticas infundadas a um pretenso economicismo, respondem: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (...) A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, **Textos**, vol. 3, 1977, p. 203. E, no mesmo sentido: “Segundo a concepção materialista da história, o elemento em última instância determinante na história é a produção e a reprodução da vida. Para além do presente, nem Marx nem eu alguma vez afirmamos. Portanto, se alguém distorce isso ao dizer que o elemento econômico é o único determinante, ele transforma a proposição em um absurdo, abstrato, sem sentido. A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura - formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber: as constituições estabelecidas pela classe vitoriosa depois de uma batalha bem sucedida, etc., as formas jurídicas, e até mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no imaginário dos participantes, políticas, jurídicas, teorias filosóficas, concepções religiosas e seu desenvolvimento em sistemas de dogmas - também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.” ENGELS, Friedrich. **Carta a Joseph Bloch, de 21 de setembro de 1890**. Disponível em: www.marxists.org/archive/marx/works/1867/letters/67_04_30.htm.

¹⁷² “Todo o tempo que podia consagrar ao trabalho tive que reservá-lo à minha obra, à qual sacrifiquei minha saúde, minha alegria de viver e minha família. (...) Se fôssemos animais, poderíamos naturalmente voltar as costas ao *sofrimento da humanidade* para ocupar-nos com nossa própria pele. Mas me teria considerado pouco prático se morresse sem ao menos ter terminado o manuscrito de meu livro.” MARX, Karl. **Carta a Sigfried Meyer, de 30 de abril de 1867**. Disponível em: www.marxists.org/archive/marx/works/1867/letters/67_04_30.htm.

que constitui definitivamente o “juízo ético-negativo” do capital, enquanto esse sistema econômico-social sobreviver, para forjar a nossa própria libertação nos dias de hoje¹⁷³.

1.2 A teoria ‘negativa’ e ‘material’ na Teoria Crítica

A denominação “Teoria Crítica” se refere à teoria produzida pelos integrantes do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt¹⁷⁴ sobre as condições de possibilidade do “fazer-crítica” social.

A tradição filosófica a que se refere com a expressão “Escola de Frankfurt” diz respeito a Max Horkheimer, que se tornou diretor do Instituto em 1930 e recrutou muitos dos mais talentosos teóricos da escola, tais como¹⁷⁵ Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

Para Horkheimer, a miséria das vítimas é o ponto de partida, por intermédio da materialidade negativa¹⁷⁶, em que a vida é referência necessária de conteúdo¹⁷⁷:

¹⁷³ “Marx havia criticado Adam Smith. Hoje é criticado por um F. Hayek. Portanto, a tarefa atual da ética não será simplesmente repetir a crítica de Marx, mas fazer a crítica de seus críticos.” DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação*, 2007, p. 329.

¹⁷⁴ O *Institut für Sozialforschung* foi fundado por Carl Grünberg em 1923, como anexo da Universidade de Frankfurt. Contudo, atribui-se a Felix Weil, um judeu argentino e estudante na Alemanha, a concepção da possibilidade de criação de uma instituição de pesquisa, como se observa: “O empreendimento só teve êxito porque, graças à ajuda de Hermann Weil e à intervenção de seu filho Felix, um grupo de pessoas interessadas na teoria social e com diferentes antecedentes acadêmicos se reuniu acreditando que a formulação do *negativo* na época de transição era mais significativa que suas carreiras acadêmicas. O que os uniu foi o *enfoque crítico da sociedade existente*.” JAY, Martin. *The Dialectical Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research*, 1973, p. ix.

¹⁷⁵ Aqui não nos referimos a Habermas, comumente associado à segunda geração da Escola de Frankfurt, por entender que o conceito material da crítica, que marcou a primeira geração, não se apresenta na segunda. Esta, se caracteriza por ser formalista e conformista, porque nega a ética material e ao invés de criticar a Modernidade, tenta realizá-la, de modo que tal pressuposto, impede a crítica do capitalismo “central”. Assim, em que pese a dialogicidade do mundo da vida ser *necessário*, não é *suficiente* como critério crítico.

¹⁷⁶ Aqui se verifica a crítica ao sistema de dominação como Totalidade, do qual é preciso emancipar-se: “Uma ação que, orientada para esta emancipação, tem como meta a transformação da ordem pode muito bem servir-se do trabalho teórico, tal como ele é levado a cabo dentro dos ordenamentos da realidade vigente.” HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*, 1990, p. 241. E no mesmo sentido: “Este livro tenta libertar a dialética de uma tal natureza *positiva*, sem perder o mínimo em precisão.” ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*, 1975, p. 7.

¹⁷⁷ A descoberta das vítimas se dá a partir de sua materialidade como ‘corporalidade’ ou ‘conteúdo’, como se observa: “Por meio do movimento contraditório de épocas e forças progressivas e retrógrads, este processo [da atividade do pensar] conserva, eleva e desenvolve a vida humana. Nas formas históricas da sociedade, o excedente de bens de consumo produzidos (...) beneficia diretamente só a um pequeno grupo de pessoas, e estas condições de vida se manifestam também no pensamento. (...) Apesar da conveniência material oferecida pela organização da sociedade em classes, cada uma de suas formas se revelou como inadequada. Escravos, servos e cidadãos sacudiram o jugo (...) em cujos momentos críticos o desespero das massas foi por momentos decisivo, penetrando na consciência e transformando-se numa meta.” HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*, 1990, p. 244.

“O que a teoria tradicional se permite admitir sem mais como vigente, seu papel *positivo* numa sociedade em funcionamento (...) é questionado pelo *pensamento crítico*. A meta que este quer alcançar, isto é, uma situação fundada na razão, se baseia na *miséria* presente. Mas essa miséria não oferece por si mesma a imagem de sua superação. A teoria esboçada pelo pensar crítico não atua a serviço de uma realidade já vigente: só expressa seu segredo.”¹⁷⁸

Eis que, em oposição à razão instrumental, apresenta-se a razão crítica¹⁷⁹, que é material e negativa, e que pressupõe uma Totalidade vigente e as vítimas desta totalidade, a fim de colocar em dúvida o estado de coisas existente e, deste modo, se articular com a práxis social das vítimas.

Assim, as comunidades de vítimas com consciência¹⁸⁰ de sua situação de dominados surgem a partir da negação dos direitos vigentes dominadores, o que permite afirmar novos direitos, e conseqüentemente, novos sujeitos¹⁸¹.

De acordo com Benjamin, o pensamento crítico deve negar o tempo do sistema vigente, em que acontece o “progresso”, que exige a “autoconservação” do sistema¹⁸²

¹⁷⁸ HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**, 1990, p. 248.

¹⁷⁹ “O teórico, cuja atividade consiste em apressar um desenvolvimento capaz de levar a uma sociedade sem injustiça, pode encontrar-se em oposição a opiniões que predominam precisamente no proletariado. Sem a possibilidade deste conflito, não se exigiria nenhuma teoria. (...) A missão do *teórico crítico* é reduzir a discrepância entre sua compreensão e a da humanidade *oprimida* para a qual ele pensa.” HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**, 1990, p. 252.

¹⁸⁰ “A consciência de estar fazendo *saltar o ‘continuum’* da história é peculiar das classes revolucionárias no momento de sua ação. A grande Revolução introduziu um calendário novo. (...) Nesta estrutura reconhece o sinal de uma detenção messiânica do acontecer, ou dito de outra maneira: de uma *conjuntura revolucionária* na luta em favor do passado oprimido.” BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a história**, 1987, p. 188/190.

¹⁸¹ “A ética da revolução atesta assim a colisão e o conflito entre dois direitos históricos: de um lado, o direito do existente, a comunidade estabelecida da qual depende a vida e talvez também a felicidade dos indivíduos; de outro lado, o direito do que pode ser e talvez deveria ser, porque pode fazer diminuir a dor, a miséria e a injustiça.” MARCUSE, Herbert. **Ética de la Revolución**, 1970, p. 148.

¹⁸² A negação originária da vida agora se apresenta como vida reduzida, reprimida, por uma totalidade suicida, como se pode observar a seguir. “Os homens aguardam que o mundo sem saída seja convertido em chamas para uma totalidade que são eles mesmos e diante da qual nada podem.” E continua: “Através da subordinação de toda a vida às exigências de sua conservação, a minoria que manda garante, com a própria segurança, também a *sobrevivência* de todos.” HORKHEIMER, Max. **Dialéctica de la Ilustración**, 1997, p. 15/47.

como negação disciplinada do prazer, do hedonismo, da vida, com o objetivo de reconstruir a história a partir dos vencidos¹⁸³, numa reinterpretação total¹⁸⁴.

De fato, não foi à toa que recorrer à psicanálise freudiana, eminentemente crítica, era uma exigência para poder manejar a materialidade da subjetividade das vítimas, como se pode observar na conclusão de Marcuse:

“Não aqueles que morrem, mas aqueles que morrem antes do que devem e antes de quererem morrer, aqueles que morrem em agonia e dor, são a grande acusação contra a civilização. (...) O ser humano pode morrer sem angústia se sabe que o que ama está protegido da miséria e do esquecimento.”¹⁸⁵

1.3 A dialética do pulsional em Freud

De acordo com Freud, existem dois momentos na ordem pulsional dialética¹⁸⁶: a) os instintos de autoconservação da vida, regido pelo princípio de realidade (*Realitätsprinzip*) e o instinto de morte; b) os instintos do prazer ou “instintos sexuais”, regidos pelo princípio do prazer (*Lustprinzip*) e o instinto de vida¹⁸⁷.

¹⁸³ “Quem até o dia atual levou a vitória, marcha no cortejo triunfal no qual os dominadores de hoje passam sobre os [cadáveres] que também hoje jazem por terra.” E continua: “A classe que luta, que está subjugada, é o próprio sujeito do conhecimento histórico. Em Marx aparece como a última que foi escravizada, como a classe vingadora que leva até o final a obra de libertação em nome de gerações vencidas.” BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a história**, 1989, p. 181/186. No mesmo sentido: “A História que vos ensinaram nos Colégios foi escrita (...) por escribas e fariseus, e sempre pôs em relevo a versão dos vencedores, e à força de repetição e de romance, transforma-se em conto de fadas, com que se alucinam as imaginações juvenis.” VIEIRA NETTO, José Rodrigues. *Discurso de Parainfo em 20 de dezembro de 1960*, **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, 1960, p. 225.

¹⁸⁴ “A tradição dos oprimidos nos ensina que a regra é o estado de exceção no qual vivemos.” BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a história**, 1989, p. 182. No mesmo sentido: “É uma suspensão do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência.” AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, 2004, p. 48-49.

¹⁸⁵ MARCUSE, Herbert. **Eros y civilización**, 1981, p. 243. No mesmo sentido: “O componente somático lembra ao conhecimento que a dor não deve ser, que deve mudar. Padecer é algo perdedouro. O ponto em que convergem o especificamente *materialista* e o *crítico* é a práxis que muda a sociedade. Suprimir o sofrimento ou aliviá-lo. (...) O telos desta nova organização seria a negação do sofrimento físico até no último de seus membros.” ADORNO, Theodor. **Dialéctica negativa**, 1975, p. 204. E também, por fim: “A teoria crítica não possui outra instância específica que o interesse pela supressão da *injustiça social*. Esta formulação *negativa* constitui, levada a expressão abstrata, o conteúdo *materialista* do conceito ideal de razão. Num período histórico como o atual, a verdadeira teoria não é tanto *afirmativa* quanto *crítica*.” HORKHEIMER, Max. **Teoría crítica**, 1990, p. 270.

¹⁸⁶ “O tema dialético repousa no fato de Freud haver descoberto na elaboração do seu próprio material, genuinamente, que quanto mais profundamente se mergulha nos fenômenos da individuação dos seres humanos, quanto mais irrestritamente se apreende o indivíduo em sua dinâmica e seu resguardo, tanto mais perto se chega àquilo que, no indivíduo, já não é propriamente indivíduo.” ADORNO, Theodor. **Introdução à sociologia**, 2011, p. 269. No mesmo sentido: “A consciência, consciência-de-si, está junto de si em seu ser-outro enquanto tal.” MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 2009, p. 129.

¹⁸⁷ “O que por conseguinte não podemos ocultar-nos é que chegamos inesperadamente ao ponto da filosofia de Schopenhauer, pensador para o qual a morte é o autêntico resultado e, portanto, o fim da vida, e, ao contrário, o instinto sexual é a corporificação da vontade de viver.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1118.

Assim, no artigo “*Além do Princípio do Prazer*”, Freud afirma que existe no ser humano uma tendência à estabilidade que se liga a um instinto de autoconservação¹⁸⁸, o qual é operado pela consciência como um “princípio da realidade”, do seguinte modo:

“A postergação da satisfação e a renúncia de algumas das possibilidades de alcançá-la forçam-nos a aceitar pacientemente o não-prazer, por meio de um rodeio obrigatório, para chegar ao prazer.”

Com efeito, Freud opõe a existência de impulsos de natureza conservadora - ao definir a pulsão reprodutiva como tendência de retorno à origem, ao negar a vida em busca da paz do inorgânico (o “Nirvana”), logo, regido pelo domínio do instinto de morte - a impulsos de transformação e desenvolvimento, que impelem à vontade de viver, à nova formação e ao progresso, de acordo com o instinto de vida¹⁸⁹.

De tal sorte, as instituições culturais permitem, pela repetição das ações que produziram êxito ao evitar a dor e a morte, reproduzirem e conservarem a vida, de forma habitual, pacífica e constante, com a repressão de uma possibilidade do prazer¹⁹⁰, que afasta o medo diante do perigo de perder a vida¹⁹¹.

A partir daí, Freud afirma a primazia da reprodução sobre o desenvolvimento da vida:

“Afirmar que o fim da vida é um estado nunca alcançado anteriormente estaria em contradição com a natureza conservadora dos instintos. (...) O fim de toda vida é a morte. E com o mesmo fundamento: o não-vivente era antes que o vivente.”¹⁹²

¹⁸⁸ “Um instinto seria, pois, uma força interior do vivente orgânico à reprodução de um estado anterior.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1111.

¹⁸⁹ FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1112.

¹⁹⁰ “Nosso trabalho consiste em conseguir a admissão de tal desprazer fazendo um apelo ao princípio da realidade.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1103.

¹⁹¹ FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1099.

¹⁹² FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1112. E ainda: “O princípio do prazer parece estar a serviço dos instintos de morte.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 1125.

No artigo “*O Ego e o Id*”, por exemplo, Freud afirma que a repressão institucional da cultura, para a autoconservação reprodutora da vida se introjeta no aparelho psíquico e é responsável pelo sentimento inconsciente de culpa¹⁹³.

Por sua vez, nas obras definitivas sobre a cultura - “*O futuro de uma ilusão*” e “*O mal-estar da cultura*” - Freud radicaliza as posições ao afirmar que “cada indivíduo é virtualmente um inimigo da civilização”¹⁹⁴ até que “o ser humano sinta como um peso intolerável os sacrifícios que a civilização lhe impõe, [pois] parece que toda civilização há de basear-se na coerção e na opressão dos instintos”.

Segundo Dussel,

“Embora tudo que ‘se espera da vida é a felicidade’, como cumprimento simplesmente do princípio do prazer’, os sofrimentos que nos acoçam negam essa ‘pretensão de felicidade’, que de toda maneira se tenta reiteradamente por diferentes ‘técnicas para evitar o sofrimento’.”¹⁹⁵

Por fim, diante da realidade negativa, Freud a enfrenta sem entusiasmo, embora sempre crítico:

“Falta-me o ânimo necessário para erigir-me em profeta diante de meros contemporâneos, não me restando outro remédio que expor-me às suas reprovações por não poder oferecer-lhes nenhum consolo. Pois, no fundo, não é outra coisa que todos perseguem: os mais frenéticos revolucionários com o mesmo zelo que os crentes mais piedosos.”¹⁹⁶

Neste contexto, e com a ressalva das justas críticas que apresenta a Freud, Dussel afirma que, certamente, e em todo caso, o pensamento freudiano é altamente crítico, já

¹⁹³ “Uma diferenciação interna do próprio eu, à qual damos o nome de super-eu ou superego. O ideal do eu. Quanto maiores forem a intensidade do complexo de Édipo e a rapidez de sua repressão (sob as influências da autoridade, da religião, do ensino e das leituras) mais severamente reinará depois sobre o ‘eu’ como consciência moral. Descobrimos que os impulsos reprimidos constituem o fundamento do sentimento de culpabilidade.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 27. De acordo com Dussel, em Freud se pode notar que: “A culpabilidade garante a reprodução. A conservação é o essencial. O desenvolvimento da vida expresso pelo *Eros* foi reprimido.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 359.

¹⁹⁴ FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 73.

¹⁹⁵ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 359. Freud conclui: “O desígnio de sermos felizes que o princípio do prazer nos impõe é irrealizável, mas nem por isso se deve - nem se pode - abandonar os esforços para aproximar-se de algum modo de sua realização.” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 16.

¹⁹⁶ Mas, ao final [do livro e talvez de toda a sua vida], parece se arrepender, ao dizer que: “Só nos resta esperar que a outra das duas potências celestes, o eterno *Eros*, ponha em ação todas as suas forças para vencer na luta com seu não menos imortal adversário. Mas quem poderia augurar o desenlace final?” FREUD, Sigmund. **Obras completas**, 1968, p. 64. Em contrapartida, Dussel faz a crítica, ao dizer que, a declaração sem entusiasmo faz parecer que a conservação auto-regulada da vida e do sistema cultural venceu: “Para as vítimas - quando têm fome, não têm roupa para vestir nem casa para morar, oprimidas traumáticamente em seus corpos torturados, os da periferia, os indígenas, a classe operária, marginais, exilados, mulheres, raças não-brancas... - estas questões são de vida ou morte. Para elas, o horizonte teórico freudiano se fecha no final sem esperança e sem alternativa. DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 360.

que julga a modernidade ocidental como sendo uma ordem pulsional, dominada pelo instinto de morte¹⁹⁷.

2. A validade anti-hegemônica da comunidade de vítimas

A partir de então, poder-se-á mostrar a fecundidade do método iniciado, a partir da originalidade da “experiência” latino-americana, da qual se parte, com a pretensão de universalidade.

Diz-nos Dussel que:

“Se Rousseu mostrou no Emílio o protótipo de educação burguesa revolucionária - solipsista, de um órfão sem família nem comunidade, metodicamente sem tradição cultural medieval ou da nobreza monárquica, dentro do paradigma da consciência e sob a orientação solipsista de um preceptor -, um Paulo Freire, o anti-Rousseau do século XX, nos mostra ao contrário uma comunidade intersubjetiva, das vítimas dos Emílios no poder, que alcança validade crítica dialogicamente, anti-hegemônica, organizando a emergência de sujeitos históricos (“movimentos sociais” dos mais diversos tipos), que lutam pelo reconhecimento dos seus novos direitos e pela realização responsável de novas estruturas institucionais de tipo cultural, econômico, político, pulsional etc.”¹⁹⁸

Trata-se, então, de todo o problema do surgimento da “consciência ético-crítica”¹⁹⁹, como tomada de consciência progressiva, negativamente, como momento estrutural do sistema de eticidade que causa as vítimas, e assim, iniciar, positivamente, a construir a partir da imaginação criadora alternativas utópico-factíveis (possíveis) de transformação para sistemas futuros em que as vítimas possam viver²⁰⁰.

¹⁹⁷ E, a partir de Freud, sintetiza: “Na corporalidade sofredora da vítima explorada, cujas pulsões são super-reprimidas pelas exigências da autoconservação feliz dos membros hegemônicos do sistema cultural, encontramos o efeito não-intencional da ordem institucional: a dor, a infelicidade e a mais-repressão das vítimas dominadas (por exemplo, os escravos do escravismo, os proletários do capitalismo ou as mulheres do patriarcalismo-machismo, as raças não-brancas do racismo etc.).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 362.

¹⁹⁸ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 415.

¹⁹⁹ Como exemplo testemunhal narrativo, Dussel apresenta o livro com a história da líder indígena guatemalteca, Prêmio Nobel da Paz (1992), intitulado “*Meu nome é Rigoberta Menchú, e assim me nasceu a consciência*”, que trata de, pelo menos, cinco dominações simultâneas e articuladas, das quais fazem vítima: a) uma mulher dominada, b) pobre, da classe camponesa, c) maia, como etnia conquistada há 500 anos, d) de raça morena, e) de uma Guatemala periférica e explorada pelo capitalismo norte-americano. Em respeito a ela, deixa a palavra com a própria vítima: “Eu não sou dona de minha vida, decidi oferecê-la a uma causa. Podem me matar a qualquer momento, mas que seja em uma tarefa onde sei que meu sangue não será algo inútil, mas será mais um exemplo para os companheiros. O mundo onde vivo é tão criminoso, tão sanguinário, que de um momento para o outro me atira. Por isso, como única alternativa, só me resta a luta. (...) E eu sei e confio que o povo é o único capaz, somente as massas são capazes de transformar a sociedade. E não é mera teoria apenas.” MENCHÚ, Rigoberta. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**, 1985, p. 270.

²⁰⁰ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 415.

Destaque-se que o momento sistêmico auto-referente que enunciou a razão prático-material, formal ou de factibilidade instrumental são momentos que aqui de maneira alguma se vêem negados, mas sim *subsumidos*.

Contudo, nega-se a sua pretensão de suficiência ou argumento em última instância, pois a partir da exterioridade das vítimas a totalidade é subsumida (negada e assumida) e transformada pela razão ético-crítica²⁰¹.

A Ética do Discurso aborda a questão da intersubjetividade que atinge um acordo válido. Por ora, será nossa interlocutora, até que mostremos o que significa uma razão crítico-discursiva, a qual é impossível de se descobrir e analisar a partir do horizonte da Ética do Discurso, desde o momento em que perdeu a materialidade e a negatividade, como é próprio do seu formalismo²⁰².

Com efeito, para a Ética do Discurso, as condições mínimas reais para a possibilidade de uma discussão válida são:

- a) a sobrevivência da comunidade real de comunicação;
- b) a participação simétrica de todos os atingidos possíveis.

Contudo, cumpre destacar que não é possível a participação de todos os atingidos “possíveis”, porque não é possível sequer descobrir a sua existência, logo, tratamos aqui de um tipo de exclusão não-intencional inevitável, de modo que sempre haverá afetados-excluídos de toda comunidade de comunicação real²⁰³.

A partir de então, podemos afirmar que a diferença essencial entre a Ética do Discurso e a Ética da Libertação consiste no seu ponto de partida: a primeira, parte da

²⁰¹ “A razão ético-crítica se lança sempre de novo a outros momentos futuros de realização, a partir dos seus próprios conteúdos, mas, ao mesmo tempo, inovada por aspectos novos provenientes da exterioridade das vítimas (novo começo e, todavia, continuidade do melhor do antigo sistema: negação assuntiva). É toda uma filosofia da história que admite rupturas, (...) mas também continuidade analética, analógica (recuperação do recuperável submetido à transformação radical do novo horizonte que se vai configurando intersubjetivamente no tempo da repressão e da libertação, ‘tempo messiânico’ - diria Benjamin - da comunidade crítica das vítimas.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 416.

²⁰² DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 416-417.

²⁰³ “Trata-se de um ‘sempre’ empírico, e sua inevitabilidade é apodítica: é impossível facticamente não haver excluídos. (...) Ou seja, não podemos ter consciência atual de todos os outros excluídos no presente, que serão descobertos como excluídos no futuro, e que já sofrem por antecipação os acordos a que se chegar. (...) [Portanto] todo ‘acordo’ não é só provisório e falseável, mas eticamente excludente de afetados (quer dizer, tem uma ‘finitude’ constitutiva).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 417.

própria comunidade de comunicação; a segunda, dos afetados excluídos desta comunidade, isto é, as vítimas da não-comunicação²⁰⁴.

2.1 O processo ético-crítico e a conscientização em Paulo Freire

O pedagogo Paulo Freire define as condições de possibilidade do surgimento do nível da consciência ético-crítica como condição de um processo educativo integral, razão pela qual, revela a sua importância para uma ética-crítica e muitos movimentos de libertação contemporâneos na América Latina.

Assim como Freud ocupou-se em modificar pedagogicamente a ordem das pulsões quando recaíam em patologias incontroláveis - afinal, não seria a psicanálise uma pedagogia dialógica? - na mediação entre a consciência e o inconsciente, Paulo Freire dá um passo adiante ao descobrir que é impossível a educação pedagógica sem que o educando se eduque a si mesmo no próprio processo da sua libertação²⁰⁵.

Com efeito, Freire pensa na educação da vítima no próprio processo histórico, comunitário e real, pelo qual ela deixa de ser vítima, com a sua conscientização²⁰⁶.

Por tal razão, alguns críticos, ainda muito aquém da compreensão que é devida à obra freireana, opinaram que a sua pedagogia não se tratava de pedagogia ou que esta não seria científica, por ser “panfletária”²⁰⁷.

²⁰⁴ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 418.

²⁰⁵ “Por isso, o educando não é só a criança, mas também o adulto e, particularmente, o oprimido, culturalmente analfabeto, dado que a ação pedagógica se efetua no horizonte dialógico intersubjetivo comunitário mediante a transformação real das estruturas que oprimiram o educando. Este se educa no próprio processo social, e graças ao fato de emergir como ‘sujeito histórico’. O processo transformativo das estruturas de onde emerge o novo ‘sujeito social’ é o procedimento central da sua educação progressiva, liberdade que se vai efetuando na práxis libertadora. Por isso, não é só a inteligência teórica ou moral, nem sequer o desbloqueio pulsional para uma normal tensão da ordem afetiva, mas algo completamente diferente.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 435.

²⁰⁶ “Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra. O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica, política e pedagogicamente, capenga.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**, 1992, p. 103. No mesmo sentido: “A compreensão do texto a ser alcançada pela leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (...) De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.” FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**, 1997, p. 11/20.

²⁰⁷ Para os críticos, Paulo Freire respondeu: “Como se fosse ou tivesse sido alguma vez possível, em algum tempo-espaço, a existência de uma prática educativa distante, fria, indiferente, com relação a propósitos sociais e políticos.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**, 1992, p. 121.

Na esteira da teoria crítica negativa-material, porém, assumindo uma posição de prática-crítica, Freire parte da máxima negatividade possível das vítimas, ou seja, do oprimido, do marginal, do analfabeto, e por consequência, da realidade material, econômica e política das estruturas de dominação em que o educando se encontra²⁰⁸.

Destarte, o ponto de partida será a “situação-limite” existente a partir da contradição fundante - opressores e oprimidos²⁰⁹ - para situar a consciência ingênua²¹⁰, massificada, mágica ou fanática que apesar do medo da liberdade - esse bloqueio pulsional - se libertará da cultura do silêncio e irromperá o “poder falar”²¹¹.

Para tal, assume relevância a participação do educador crítico como facilitador que possibilite ao alfabetizando o papel de sujeito de conhecimento no processo de sua alfabetização²¹², iniciando pela tarefa de se educar com o conteúdo que o educando ministra e, assim, poder aprender com o mundo do educando.

²⁰⁸ “Não são já os operários alemães, são os ‘condenados da terra’ de Fanon - camponeses sem terra do Nordeste; cerca de 40 milhões dentre os mais pobres do planeta -; não é já a teoria crítica de cientistas que procuram depois um ‘sujeito histórico’: são os ‘sujeitos históricos’ que buscam antes quem possa educá-los.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Liberdade**, 2007, p. 437.

²⁰⁹ “Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la. E esta luta, por causa da finalidade que lhe dão os oprimidos, representará realmente um ato de amor, oposto à falta de amor que se encontra no coração da violência dos opressores, falta de amor ainda nos casos em que se reveste de falsa generosidade.” FREIRE, Paulo. **Concientização: teoria e prática da libertação**, 1980, p. 57.

²¹⁰ “Em sua alienação, os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo. Este fenômeno é comum, sobretudo nos oprimidos de classe média, que aspiram igualar-se aos homens ‘eminentes’ da classe superior.” FREIRE, Paulo. **Concientização: teoria e prática da libertação**, 1980, p. 60.

²¹¹ “Não raras vezes em que participantes destes cursos, numa atitude em que manifestam o seu medo da liberdade, se referem ao que chamam de perigo da conscientização. A consciência crítica (dizem) é anárquica. Ao que outros acrescentam: Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem? Há, contudo, os que dizem: Por que negar? Eu temia a liberdade. Já não a temo.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1985, p. 19. Para mais sobre as características distintivas da consciência ingênua e da consciência crítica, consultar: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**, 1984, p. 40-41.

²¹² “Não separar o ato de ensinar do ato de aprender. (...) As experiências não se transplantam, mas se reinventam.” FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**, 1978, p. 16. E também: “O que tenho dito sem cansar e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos trazem consigo de compreensão do mundo. (...) Sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno do chamado outro mundo, sua religiosidade, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros.” FREIRE, **Pedagogia da esperança**, 1992, p. 85-86.

De tal maneira, o educador apenas possibilita o descobrimento da condição de vítima do educando²¹³, mas é a vítima quem toma consciência crítica²¹⁴ e se liberta em comunhão²¹⁵, de modo a sustentar uma práxis de libertação²¹⁶.

Portanto, o método da dialogicidade²¹⁷ permite a prática da liberdade aos “não-livres” - da denúncia da estrutura desumanizante até o anúncio da estrutura humanizadora - como ação discursiva da comunidade dos sujeitos da sua própria libertação, num processo de conscientização radical crescente - a transividade crítica -

²¹³ “O futuro mestre libertador é conduzido pela mão, cego e fraco, pelas trevas do mundo novo (o outro é uma realidade), por seu filho, pela juventude, pelo povo. Só a confiança na sua palavra o guia e o preserva do erro, do errar fora do caminho que o leva ao outro. (...) A voz do outro é exigência, peremptório chamado a um trabalho libertador.” DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana**, t. 3, 1973, p. 190. E ainda: “Ninguém ignora tudo. Ninguém tudo sabe. A absolutização da ignorância, ademais de ser a manifestação de uma consciência ingênua da ignorância e do saber, é instrumento de que se serve a consciência dominadora para a manipulação dos chamados ‘incultos’. Dos ‘absolutamente ignorantes, que ‘incapazes de dirigir-se’, necessitam da ‘orientação’, da ‘direção’, da ‘condução’ dos que se consideram a si mesmos ‘cultos e superiores’.” FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**, 1974, p. 105. É por isto que enuncia que: “Estudar exige disciplina. Estudar não é fácil porque estudar é criar e recriar e não repetir o que os outros dizem. Estudar é um dever revolucionário.” FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**, 1997, p. 59.

²¹⁴ “Somente os oprimidos podem libertar os seus opressores, libertando-se a si mesmos. Eles, enquanto classe opressora, não podem nem libertar-se, nem libertar os outros. É pois essencial que os oprimidos levem a termo um combate que resolva a contradição em que estão presos, e a contradição não será resolvida senão pela aparição de um ‘homem novo’: nem o opressor, nem o oprimido, mas um homem em fase de libertação.” FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**, 1980, p. 59.

²¹⁵ “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: todos se libertam em comunhão.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1994, p. 29.

²¹⁶ “A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1994, p. 44.

²¹⁷ Evidentemente, admitem-se restrições de classe, não exploradas por Habermas, por exemplo, na ação discursiva-dialógica, como se demonstra: “Não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1994, p. 93. E no mesmo sentido: “Há igualmente limites para o diálogo. Porque numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, utopia romântica quando parte do oprimido e ardil astuto quando parte do opressor. Numa sociedade dividida em classes antagônicas não há condições para uma pedagogia dialogal. O diálogo pode estabelecer-se talvez no interior da escola, da sala de aula, em pequenos grupos, mas nunca na sociedade global. Dentro de uma visão macro-educacional, onde a ação pedagógica não se limita à escola, a organização da sociedade é também tarefa do educador. E, para isso, o seu método, a sua estratégia é muito mais a desobediência, o conflito, a suspeita do que o diálogo. A transparência do diálogo é substituída pela suspeita crítica. O papel do educador de um novo tempo, do tempo do acirramento das contradições e do antagonismo de classe, o educador da passagem, do Trânsito, é mais a organização do conflito, do confronto do que a ação dialógica.” GADOTTI, Moacir. *Educação e ordem classista*, In: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**, 1984, p. 13.

que apresenta ao dominado a consciência da realidade objetiva dominadora que produz a opressão do oprimido²¹⁸.

2.2 O princípio esperança em Ernest Bloch

A contribuição teórica de Bloch se situa no momento crítico positivo do projeto de libertação, no que concerne à estrutura impulsiva e afetiva, e não no nível da responsabilidade de formular explicativa ou cientificamente o projeto ou o programa de libertação, cujo ponto de partida, como em toda ética material, é a vida²¹⁹.

Assim, Bloch parte do ser-vivente para articular a estrutura pulsional e afetiva com a racionalidade que se ocupa com o “futuro possível”, que surge - negativamente - das carências materiais e - positivamente - da alternativa afirmativa criada para superar o presente insuperável²²⁰.

É a partir do *princípio esperança*²²¹ que se enunciará o imperativo ético material-universal, como exigência irrenunciável: “*Deveis viver!*”²²².

Contudo, não abandonará o viés da negatividade, por entender que aquilo que está por trás e no fundo de toda pulsão é o corpo individual vivo, como corporalidade material²²³.

²¹⁸ “Assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para libertar-se, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro deles com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se refaz.” FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 1994, p. 217.

²¹⁹ “Eu sou. Nós somos. E basta. Temos agora que começar. Em nossas mãos se nos deu a vida.” BLOCH, Ernst. **Geist der Utopie**, 1977, p. 11.

²²⁰ “Nasço, mexo-me. Desde a origem se busca. Implora-se sempre. Grita-se. Não se tem o que se quer. Mas aprendemos também a esperar.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 3.

²²¹ “Esperança, este antiafeto da espera contra a angústia e o medo, é, por isso, o mais humano de todos os movimentos do ânimo e só acessível ao ser humano, e, ao mesmo tempo, refere-se ao mais universal e ao mais lúcido dos horizontes. A esperança corresponde àquele apetite da alma que o sujeito não só possui, mas no qual consiste essencialmente como ser não-acabado.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 61.

²²² “Ninguém vive por querer viver. A partir do momento em que está vivo, *deve* viver.” BLOCH, Ernst. **Natural Law and Human Dignity**, 1988, p. 2.

²²³ “Quem pulsiona dentro de nós? Nascemos-movendo-nos como seres termodinâmicos. Aquilo que vive nasce-movendo-se e, em primeiro lugar, por si mesmo. Respira enquanto é e nos incita. (...) Que se viva não se pode experimentar. Aquilo que nos põe como viventes não vem à nossa presença. Encontra-se no profundo, onde começamos a ser corpóreos. (...) Nenhum ser vivo foge ao ser pulsivo, por mais cansado que esteja dele.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 29.

Neste ponto, observa-se a preocupação de Ernst Bloch diante de necessidades materiais prementes da “autoconservação” como a fome²²⁴, típica das classes subalternas, em contraposição aos anseios, desejos e necessidades típicos da clientela pequeno-burguesa da psicanálise freudiana, que estuda principalmente o instinto sexual²²⁵.

Pelo contrário, os miseráveis com fome “esperam” poder comer hoje, sonhando com uma vida melhor, em que um dia poderão satisfazer seus desejos²²⁶.

Porém, o “apetite” da vítima pelo projeto alternativo e novo de libertação²²⁷ ainda é a esperança como pulsão trans-ontológica²²⁸.

De todo modo, em verdade, a contribuição de Bloch apresenta estímulo contra o desalento e o pessimismo generalizado, especialmente no início do século XXI, em contraposição ao “fim da história”, como se observa, ao tratar da esperança presente na “corrente fria” do marxismo - presente em Marx, por exemplo - e na “corrente quente” do marxismo - presente em Ernesto ‘Che’ Guevara, por exemplo:

“Sua inesgotável plenitude de expectativa ilumina a teoria-práxis revolucionária como entusiasmo; suas rigorosas ineludíveis determinações exigem análise fria, precisa e precavida estratégia. Precisamente por isso o materialismo marxista se transforma não só em *ciência das condições*, mas também, ao mesmo tempo, em *ciência militante*, de oposição a todos os obstáculos e encobrimentos ideológicos dos condicionantes em

²²⁴ “Não se pode evitar a fome, pois ela se renova sem cessar. Mas se cresce sem cessar, sem o pão que a aplaque, torna-se algo diferente. O eu-corpo se rebela e não procura o alimento pelos velhos caminhos. Procura transformar a situação que produziu o estômago vazio e a cabeça humilhada. O não diante do mal existente, o sim à situação melhor imaginada, torna-se para o que padece interesse revolucionário. Esse interesse começa com a fome, e a fome, como algo sabido, transforma-se numa força explosiva contra a prisão da miséria. Ou, o que dá no mesmo, o eu não só procura conservar-se, mas torna-se explosivo, e a própria conservação se apresenta como autodesenvolvimento.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 61.

²²⁵ “Para Freud e seus clientes a preocupação quanto a como conseguir o alimento é uma das preocupações mais carentes de fundamento. (...) A psicanálise ignora, assim, o agulhão da fome.” E continua Bloch: “Os freudianos colocam diante dos seus consultórios ou gabinetes um cartaz com estes dizeres: ‘Aqui não se tratam problemas econômicos ou sociais’.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 50-51.

²²⁶ BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 63-64.

²²⁷ “O operário assalariado, em cuja mais-valia criada do nada do capital se vai uma parte da vida ‘des-realizada’, quando tem ‘fome’ (pela falta de salário para adquirir o necessário para ‘reproduzir’ sua vida no meio *standard* do sistema vigente, e estruturalmente) não pretende só comer (como o animal), nem ‘estar-na-riqueza’ (tendo-se salvo individualmente, e deixando os outros operários com sua fome), mas espera ‘estar-na-satisfação’ em um sistema futuro onde tenha participação plena com toda a comunidade dos hoje explorados e excluídos.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 460.

²²⁸ Conforme explica Dussel, “para Bloch, dissemos, [trans-ontológico] significa um momento futuro novo da Totalidade; isto é, a ontologia dialética não deixava que compreendessem a radical novidade do projeto de libertação (que parte da vítima, parcialmente exterior à própria ontologia, enquanto alteridade excluída: ruptura, então; e, em parte, incluída como oprimida e, por isso, o projeto futuro tem certa continuidade histórica).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 494.

última instância, os quais são sempre de natureza econômica. À corrente quente do marxismo pertencem, ao invés, a intenção libertadora, a tendência real materialista-humana e humano-materialista, em virtude de cujo objetivo se executam todos esses desencantamentos.”²²⁹

Com efeito, a transformação da realidade opressora, a partir da utopia imaginada e esperada, é um processo prático-material, onde a “possibilidade elaborada teoricamente, se tornou uma coisa para nós.”²³⁰

Destarte, Bloch apresenta a esperança²³¹ como se fossem sonhos diurnos das vítimas, de forma consciente, aberta e racional, ao expor os fundamentos de um mundo melhor²³², que surge a partir da contraposição ao “ser” do sistema dominante pelo “não-ser-ainda”²³³.

3. O princípio libertação: a teoria e práxis em Rosa Luxemburgo

Em toda a história da humanidade, as vítimas irrompem e criam o novo, num desenvolvimento criativo e libertador estratégico em afirmação da vida negada.

²²⁹ BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 220.

²³⁰ “Assim como toda verdade é uma verdade para algo e não há nenhuma verdade em razão de si mesma, a não ser como auto-engano ou como fantasmagoria, assim tampouco não há nenhuma prova de uma verdade a partir de si mesma, enquanto meramente teórica. (...) Verdade não é só uma relação de teoria, mas em absoluta uma relação teoria-práxis.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 262-264. E no mesmo sentido segue Dussel: “A vida humana é o critério prático de toda verdade possível, verdade *prática* primeiro - enquanto tem por alvo a reprodução e o desenvolvimento da vida de cada sujeito ético em comunidade -; verdade *teórica*, depois - enquanto abstração de uma dimensão do nível prático, sendo este último mais complexo e por isso mais *real*, quando ao prius de sua constituição substantiva.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 462-463.

²³¹ Em linguagem poético-literária, podemos tentar expressar melhor o conteúdo do significado possível referente à palavra esperança de libertação enunciado por Ernst Bloch: “Agora, em pleno céu, o sol de abril brilhava em toda a sua glória, aquecendo a terra que germinava. Do flanco nutriz brotava a vida, os rebentos desabrochavam em folhas verdes, os campos estremeciam com o brotar da selva. Por todos os lados as sementes cresciam, alongavam-se, furavam a planície, em seu caminho para o calor e a luz. Um transbordamento de seiva escorria sussurrante, o ruído dos germes expandia-se num grande beijo. E ainda, cada vez mais distintamente, como se estivessem mais próximos da superfície, os companheiros cavavam. Aos raios chamejantes do astro rei, naquela manhã de juventude, era daquele rumor que o campo estava cheio. Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra.” ZOLA, Émile. **Germinal**, 1990, p. 475.

²³² “Há muitos que esperam do lado de fora. Ao que nada tem e se conforma com isso, até isso se lhe tira. Mas o impulso para o que falta não cessa nunca. A falta daquilo que se sonha não causa menos e sim mais dor. E isso impede que alguém se acostume com a miséria. Aquilo que causa sempre dor, oprime, debilita, deve ser suprimido.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 2, p. 11.

²³³ “Ali onde nada mais se possa e nada mais seja possível, a vida terá cessado.” BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**, 1977, t. 1, p. 217.

Contudo, não será possível se alongar com a extensão desejada, vez que as *Frentes de Libertação* nos impõem inúmeros temas que as oprimem: o capital, o machismo, o racismo, a homofobia, a destruição ambiental etc.

Neste trabalho, analisaremos - de forma preliminar - a opressão do sistema penal sobre a comunidade de vítimas da justiça criminal - leia-se, os criminalizados -, nos capítulos a seguir.

Por ora, com relação ao momento da factibilidade crítico-prática, alertamos que algumas críticas²³⁴ podem ser apresentadas no sentido de que se tratam de temas, teorias e autores que estão “fora de moda” ou já “superados” para a Europa, Estados Unidos ou Japão, porém, com efeito, não o são, especialmente - ainda que não de modo exclusivo - para as vítimas no mundo periférico na África, Ásia, América Latina ou no Leste Europeu.

Para o nosso intento, utilizaremos como mediação alguns escritos de Rosa Luxemburgo²³⁵, nascida em 1871, era mulher, judia e polonesa, e assim, por nós escolhida por seu papel inovador na teoria marxista, especialmente, como alternativa às organizações políticas hierarquizadas e centralizadas, dominadas por um grupo encastelado no poder, por meio do socialismo construído pelas massas populares autônomas²³⁶.

Assim, sem mais delongas, podemos passar do nível da razão material e da formal para o da factibilidade do horizonte da vida, ou seja, a prática de libertação, segundo uma razão estratégica, a qual é subsumida pela razão libertadora, tanto no nível da

²³⁴ “Falar de ‘libertação’ depois da queda do muro de Berlim em novembro de 1989, do desmembramento da União Soviética, do colapso do socialismo real na Europa do Leste, ou da derrota do sandinismo? Tentar lutar pela libertação em tempos do triunfo do dogmatismo neoliberal, do capitalismo transnacional em processo de globalização? Voltar aos temas de 1903 ou de 1968 tão distantes para muitos e anteriores à crise definitiva - para alguns - do marxismo, ou ignorados por filosofias como a ética do discurso, a filosofia política liberal ou o neopragmatismo, sem falar da meta-ética analítica da linguagem ou as do “fim da história” à la Francis Fukuyama?” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 501.

²³⁵ “A hegemonia do famigerado marxismo-leninismo no campo comunista acabou gerando uma situação paradoxal: os governos comunistas usavam para se legitimar o exemplo da mártir que sacrificou a vida pela causa revolucionária, ao mesmo tempo que suas idéias divergentes em relação a Lênin e aos bolcheviques eram silenciadas. (...) Já no Brasil, as coisas se passaram de maneira diferente do que ocorreu nos países comunistas europeus. Aqui Rosa Luxemburgo chegou pelas mãos de Mário Pedrosa. A partir de 1945, ele divulgou as idéias políticas da revolucionária polonesa em seu jornal Vanguarda Socialista (1945-1948), o que acabou exercendo alguma influência num pequeno círculo de militantes e intelectuais de esquerda à margem do Partido Comunista.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, 2011, p. vii.

²³⁶ “Essas duas idéias - organizações democráticas de massa e transição ao socialismo levada a cabo pela ação livre dos de baixo - formam a espinha dorsal da recepção de Rosa Luxemburgo no Brasil e no mundo.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, 2011, p. viii.

microfísica do poder²³⁷ - a factibilidade crítico-prática de subsistemas ou “instituições” - , quanto da macrofísica do poder soberano que compreende o aparelho estatal em que se trava - no nível político - a luta de classes para a tomada política do poder.

Como já dissemos, de acordo com Dussel, a razão libertadora se exerce como síntese final, primeiro, da ação crítico-desconstrutiva e, depois, construtiva por transformação de normas, atos, subsistemas, instituições ou de sistemas completos de eticidade²³⁸.

Por sua vez, a ação estratégica visa o êxito como “fim”, porém, em último termo, porque agora é razão crítica, logo, trata-se de um fim que é mediação da vida humana²³⁹, neste caso, das vítimas, quando há participação simétrica dos afetados, isto é, o pleno desenvolvimento da própria vida de todos, e então, não mais corresponde à razão instrumental como “meio-fim” formal do sistema vigente.

Como ensina a lição de Rosa Luxemburgo, no capitalismo, a vida humana se extingue com sacrifício, ligada a ninguém, sem estar compreendida em nenhum todo, articulada e associada a ninguém, separada e abandonada por todos, em meio a um

²³⁷ Citemos aqui Michel Foucault, em sua análise do “biopoder”, da “biopolítica” e da “gestão da vida” como próprio das relações de força nas quais consistem o poder do Estado como direito de matar, com a qual a Ética da Libertação tem muito a aprender: “Já não se espera mais o imperador dos pobres nem o reino dos últimos dias. (...) O que se reivindica e serve de objetivo é a vida, entendida como necessidades fundamentais, essência concreta do homem, cumprimento de suas virtualidades, plenitude do possível. Pouco importa se se trata de uma utopia; temos aí um processo de luta muito real; a vida como objetivo político foi, em certo sentido, tomado ao pé da letra e voltada contra o sistema que pretendia controlá-la. Portanto, a vida, muito mais que o direito, tornou-se então a aposta das lutas políticas. (...) O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades.” FOUCAULT, Michel. **La voluntad de saber**, 1977, p. 175-176. Cumpre destacar que Foucault descobre uma ordem mais radical que a do discurso, qual seja, o nível material da ética, vez que a ordem do poder, das “relações de força”, dos “corpos”, dos “prazeres” é absolutamente material: “Poder-se-ia dizer que o velho direito de fazer morrer ou deixar viver foi substituído pelo poder de fazer viver e de rechaçar a morte. (...) O cuidado posto em se esquivar da morte está ligado menos a uma nova angústia que a tornaria insuportável para nossas sociedades do que ao fato de que os procedimentos de poder não deixariam de se afastar dela. (...) Agora é na vida e ao longo de seu desenvolvimento que o poder estabelece a sua força; a morte é seu limite.” FOUCAULT, Michel. **La voluntad de saber**, 1977, p. 167.

²³⁸ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 506.

²³⁹ “Foi somente a sociedade burguesa que espalhou o véu da invisibilidade sobre seus crimes. Somente ela implodiu todos os laços entre os seres humanos e deixou cada um ao seu destino, à sua miséria e à sua ruína, para somente depois de tê-lo desumanizado - espiritual ou corporalmente, pelo assassinato ou pelo suicídio - lembrar-se dele. Somente ela obrigou o ser humano a suicidar-se (...) - à clara luz do sol, em meio à barulhenta praça do mercado, em meio ao zunido e ao barulho monótono e letárgico do cotidiano, que não pára um segundo sequer junto ao morto, que não digna um olhar que seja a seu corpo. Apenas a sociedade burguesa é que retirou o horror do genocídio por tê-lo tornado cotidiano, embrutecendo os sentidos tanto das vítimas quanto dos verdugos, cobrindo o drama da existência humana com a trivialidade, o grito de um naufrago com a ária do realejo, o corpo de um morto em combate com o pó da cidade grande.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, ‘*Apenas uma vida humana!*’, 2011, p. 115.

tumulto humano, como alguém que se afoga no oceano distante, como o pó que voa no espaço²⁴⁰.

A partir daí, a revolucionária polonesa expõe sua crítica à sociedade burguesa como unidade superior e orgânica²⁴¹ que produz vítimas²⁴² e nos armará com um potencial instrumento de batalha em busca de libertação, como demonstraremos, brevemente, nas páginas a seguir.

Deste modo, sem dúvida, é impossível não notar a extrema materialidade e o ponto de partida identificado com as vítimas em defesa das quais Rosa Luxemburgo verte frases poéticas e apaixonadas com sede de transformação.

3.1 A questão da organização: a participação simétrica das massas

Ao criticar os oportunistas e/ou reformistas do partido socialdemocrata alemão, personificados em Bernstein, um progressista pequeno-burguês e democrata, responsável pela primeira tentativa de fundamentar teoricamente as tendências oportunistas no partido, Rosa Luxemburgo manifestou-se sobre a intersecção da práxis concreta estratégica e tática e os princípios teóricos²⁴³.

²⁴⁰ “Em referência à tragédia noticiada no noticiário local berlinense, publicado com o título original “Nur ein Menschenleben!”, em *Leipziger Volkszeitung*, n. 101, 4 de maio de 1899: ‘Na Schönhauser Alle, n. 54, no dia 26 do mês anterior, o comerciante Wilhelm Histermann, de 38 anos, matou suas filhas, Margarete e Erna, de 8 e 6 anos de idade, e em seguida se enforcou. Em uma carta, que deixou sobre a mesa, afirma que a carestia e a invalidez em virtude da crescente cegueira o obrigariam a abrir mão deste mundo, que ele esperava encontrar um mundo melhor, e que levaria as crianças para um além melhor, para não impor a ninguém o fardo de seu sustento. - Os corpos foram levados do instituto médico-legal, a carta passou da custódia policial para o tribunal’.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, *‘Apenas uma vida humana!’*, 2011, p. 113.

²⁴¹ “E só quando o terrível delito contra a natureza, quando o assassinato das crianças e o suicídio ocorreram - aí a ‘sociedade’ transformou-se, em verdade, a ficção em realidade. Ela se aproximou com gravidade, a ‘sociedade’, com sabre e uniforme policial, ela fez valer o seu direito como ‘todo’, como ‘unidade superior’: requisitou os cadáveres, protocolou o drama da vida apresentado em três vias e lançou uma investigação para proferir um veredito sobre o delito ocorrido.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, *‘Apenas uma vida humana!’*, 2011, p. 115.

²⁴² “E, ainda assim, a todo momento, em algum lugar perto de nós, cai uma vítima inocente, impotente, abandonada, guardando um horrendo enigma no coração, com uma pergunta terrível nos lábios, com um olhar surpreso, desesperançoso, dirigido a essa entidade de milhões de cabeças que, ainda assim, não tem cabeça, com milhões de corações batendo e, ainda assim, sem coração, compreendendo milhões de pessoas e, ainda assim, um monstro desumano, surdo, cedo - a sociedade burguesa!” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, *‘Apenas uma vida humana!’*, 2011, p. 116.

²⁴³ “A hostilidade à teoria. E isso é de todo evidente, pois a nossa ‘teoria’, isto é, os princípios do socialismo científico, coloca limites muito firmes à atividade prática, tanto no que se refere aos fins visados quanto aos meios de luta a serem empregados como, por fim, até mesmo ao modo de luta. Por isso, mostra-se, naqueles que apenas querem perseguir os êxitos práticos, o anseio natural para ficar de mãos livres, isto é, separar a nossa práxis da teoria, para agir independentemente dela.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, *‘Reforma social ou revolução?’*, 2011, p. 83.

Como se pode observar, a teoria - que Luxemburgo coloca entre aspas - é, em toda a sua complexidade, algo mais: por enquanto, *um conjunto de princípios*.

Segundo demonstra a Ética da Libertação, pelas lições de Enrique Dussel, não se pode fazer qualquer ação, nem usar qualquer meio, nem escolher qualquer fim, de modo que só podem ser decididos e fundamentados discursivamente aqueles que sejam possíveis (fundados ou aplicáveis) dentro do estrito limite dos referidos princípios:

“Estes ‘princípios’ são, exatamente, e de maneira abstrata, os princípios já enunciados nesta Ética (quer dizer, 1. o princípio de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade de cada sujeito ético; 2. o princípio ético-formal da razão discursiva; 3. o princípio de factibilidade ética; 4. o princípio crítico-material; 5. o princípio formal intersubjetivo de validade crítica). Estes ‘princípios’ - condições de possibilidade ética da norma, ação, subsistema, instituição ou sistema de eticidade, e marcos que enquadram essas ‘possibilidades’ - são os que ‘impõem à nossa atividade prática limites estritos’ - no texto de Luxemburgo - de referência.”²⁴⁴

Destarte, a ética crítica como ética da libertação deve saber integrar todos os princípios enunciados na escolha de fins, meios e métodos, vez que nisto consiste, concretamente, todo o problema da questão da organização em Rosa Luxemburgo, porém, se se trata de libertar as vítimas, não se deve simplesmente procurar realizar os fins que as táticas e as circunstâncias impõem²⁴⁵, ainda que o êxito dependa, evidentemente, das suas condições de possibilidade.

²⁴⁴ No nível da organização estratégica, Luxemburgo diz que: “Os princípios delimitam e contêm critérios de decisão ‘tanto em referência [a] aos fins a alcançar, [b] como aos meios de luta que se aplicam e, finalmente, [c] aos modos de luta.’ Estes três níveis da razão estratégico-instrumental definem o horizonte das mediações. Nossa grande intelectual política descreve claramente a maneira como a razão estratégica deve se articular com a razão material, formal e crítica, constituindo-a como razão estratégico-crítica, quer dizer, estritamente ética. Agora se pode entender que a razão prático-material e a formal-crítica ‘colocam’ os fins da razão estratégico-crítica; a partir deles descobre meios (não ‘qualquer meio’ é possível, como tampouco ‘qualquer’ fim), e utiliza métodos táticos para sua realização concreta que não contradigam os princípios enunciados. Por isso também não é possível ‘qualquer’ método, já que todos eles ficam limitados dentro do ‘círculo’ das possibilidades permitidas (ou devidas) pelos princípios anteriores já definidos.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 511.

²⁴⁵ “Esta seria a posição de Max Weber, para quem os ‘fins’ são inevitavelmente os de uma cultura dada, uma tradição vigente, e como tal devem ser aceitos - posição, por um lado, ‘conservadora’ e, por outro, ‘irracional’, já que não pode dar razões baseadas em princípios éticos a favor ou contra os meros valores ou fins existentes. DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 512.

E diante da estratégia leninista de centralismo²⁴⁶ burocrático contra o oportunismo²⁴⁷ e o democratismo, Rosa Luxemburgo expõe que esse tipo de organização constitui um erro teórico em relação à concepção e ao sujeito, em última instância, da ação estratégico-libertadora: “os meios voltam-se contra os fins.”²⁴⁸

De tal sorte, em que pese Vladimir Lênin explicitar a diferença entre a organização revolucionária profissional e clandestina e as organizações operárias revolucionárias (e as operárias em geral) e, depois da revolução de 1905, que surge espontaneamente dos operários russos, Lênin modifique a sua posição tática, em que defende a participação de elementos proletários no partido, de fato, não revisa a sua posição com relação à sua teoria da organização²⁴⁹.

Neste sentido, embora o líder bolchevique diga que é necessária a aplicação total do princípio democrático nas organizações revolucionárias, é criticável a sua definição quanto à questão essencial que determina a relação entre os intelectuais e os membros do partido²⁵⁰.

²⁴⁶ “O papel da direção social-democrata é, portanto, de caráter essencialmente conservador. (...) O ultracentralismo preconizado por Lênin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda-noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em *controlar* a atividade partidária e não em *fecundá-la*, em *restringir* o movimento e não em *desenvolvê-lo*, em *importuná-lo* e não em *unificá-lo*.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, ‘*Questões de organização da social-democracia russa*’, 2011, p. 163.

²⁴⁷ “Atribuir ao oportunismo, como fez Lênin, uma tendência a preferir uma determinada forma de organização é não compreender sua natureza íntima. Oportunista como é, o oportunismo tem um único princípio também nas questões de organização: a falta de princípios. Escolhe seus meios sempre de acordo com as circunstâncias, desde que correspondam aos seus objetivos.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, ‘*Questões de organização da social-democracia russa*’, 2011, p. 169.

²⁴⁸ “A tentativa de se defender contra o oportunismo por meio de um espaço de papel pode, de fato, de fato, prejudicar apenas a própria social-democracia, bloqueando nela a pulsação de uma vida sadia e enfraquecendo-lhe a capacidade de resistência, não só na luta contra as correntes oportunistas, como também, o que é igualmente importante, contra a ordem estabelecida.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, ‘*Questões de organização da social-democracia russa*’, 2011, p. 174.

²⁴⁹ Em resposta a Rosa Luxemburgo, Lênin asseverou em ‘*Um passo para frente, dois passos para trás*’ que: “As discrepâncias que separam uma ala da outra no presente se reduzem, principalmente não ao programa nem à tática, mas só a problemas de organização.” LENIN, Vladimir. **Obras escogidas**, t. 2, 1961, p. 295.

²⁵⁰ “A relação entre as funções dos intelectuais e dos proletários (os operários), no movimento operário socialdemocrata, talvez possa ser expressa com exatidão pela seguinte fórmula geral: os intelectuais resolvem bem as questões do ponto de vista dos princípios, esboçam bem o esquema, raciocinam bem acerca da necessidade de fazer isto ou aquilo, e os operários fazem, plasmam na própria vida a cinzenta teoria.” LENIN, Vladimir. **Obras escogidas**, t. 1, 1961, p. 593.

Deste ponto de vista, confundiam-se os princípios - os cinco já enunciados nos capítulos e tópicos anteriores - com a teoria - como explicação dialético-científica - e a fixação de fins estratégicos.

Assim, nunca se conseguiria articular de modo orgânico a consciência crítica original - ainda que ingênua - da comunidade das vítimas com os intelectuais, mas sempre os intelectuais seriam os responsáveis pela “verdade” (como referência à realidade), e somente buscariam nas massas operárias (o partido, o povo, etc.) a validade ou legitimidade intersubjetiva (induzida de cima)²⁵¹.

Neste aspecto, Rosa Luxemburgo apresenta uma proposta de articulação equilibrada²⁵² entre:

“a) as vítimas²⁵³ e b) a comunidade de expertos, cientistas e militantes mais destacados (por sua experiência e/ou inteligência prático-estratégica, etc.), que dão à primeira c) um desenvolvimento de sua consciência crítica (agora ilustrada), que, como numa espiral, constitui um processo de fecundidade mútua, onde o experto aprende da base crítico-organizativa e esta também capta cada vez mais profundamente - colaborando na sua criação - as ‘explicações’ da negatividade (denúncia) e das possibilidades na ‘construção’ das alternativas (anúncio)²⁵⁴.”

²⁵¹ Neste ponto, cumpre ressaltar que: “O ‘vanguardismo’ consiste nesta sobrevalorização do nível consciente e privilegiado da comunidade de militantes peritos responsáveis pelos órgãos centrais do partido ou do Estado, ‘de cima para baixo’: o burocratismo. O ‘espontaneísmo’, pelo contrário, seria a confiança quase irracional no poder auto-regulador ou criador das massas de vítimas ou na mera comunidade organizada e crítica das vítimas, mas sem contar com a suficiente ‘ilustração’ científica e ético-crítica.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 515-516. Evidentemente, esta linha de pensamento pode ser questionada a partir de textos de 1917, no começo da revolução, em que Lênin exalta uma confiança total nas massas. Ainda que, nesta passagem, trate da relação direta das vítimas com o sistema vigente, e não da organização do partido nem do estado pós-revolucionário, e sim de uma tática para derrotar os inimigos fora do proletariado: “Não há meio-termo. A experiência mostrou que não há. Ou todo o poder para os Soviets ou os latifundiários e capitalistas frearão tudo.” LENIN, Vladimir. **Obras escogidas**, t. 2, 1961, p. 288.

²⁵² Para Rosa, a “democracia” é o procedimento discursivo da participação simétrica: “A greve de massas na Rússia não foi produto artificial de uma tática imposta pela social-democracia, mas um fato histórico natural sobre o chão da revolução atual. Somente o proletariado poderá terminar com o absolutismo na Rússia. Mas para isso o proletariado tem necessidade de uma alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização. (...) Estas condições só podem ser proporcionadas pela escola política viva desde a luta e na luta, no curso da revolução em marcha. (...) Mas tudo isto só pode originar-se na luta, no desenvolvimento da própria revolução, na escola viva dos acontecimentos, em choque com o proletariado e entre as próprias camadas da burguesia, na fricção recíproca, contínua.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v. I, *‘Greve de massas, partido e sindicatos’*, 2011, p. 284-285.

²⁵³ Nisto consiste precisamente o método pedagógico de Paulo Freire: “O proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo. Mas não pode libertar-se a si mesmo sem abolir suas próprias condições de vida.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras fundamentais**, t. 1, 1982, p. 101-102.

²⁵⁴ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 516.

Por fim, a revolucionária polonesa critica o vanguardismo ilustrado²⁵⁵ e apresenta desconfiança em relação ao intelectual que se separa da comunidade de vítimas²⁵⁶.

3.2 A questão da violência: coação, violência e práxis de libertação

A revolução é a transformação social extrema com o emprego preponderante da razão estratégica²⁵⁷, ao passo que a guerra é um momento da razão instrumental, como mediação-limite da tática²⁵⁸.

De fato, a revolução e a guerra são certamente fatos dramáticos, pois, embora sejam necessárias e até justas, nem por isso poderão evitar o uso de instrumentos que podem até produzir a morte de muitos, causando inevitavelmente incontáveis sofrimentos e vítimas inocentes²⁵⁹.

Por tal razão, Dussel analisa a complexidade do problema a partir de categorias analíticas que nos permitem chegar à posição própria de uma ética da libertação.

Em primeiro lugar, define-se o direito de todo sistema institucional (político, econômico, de gênero, racial, ecológico, etc.) de contar com meios jurídicos instrumentais suficientes, convencionados discursivamente pelos afetados em simetria,

²⁵⁵ “O acadêmico, sendo um elemento social proveniente da burguesia e estranha ao proletariado, pode aderir ao socialismo não em termos do seu próprio sentimento de classe, mas apenas pela superação deste, por meio do desenvolvimento ideológico. (...) É por isso que está muito mais exposto às oscilações oportunistas que o proletariado ilustrado, a quem o instinto de classe espontâneo dá um seguro apoio revolucionário, desde que não tenha perdido o contato vivo com sua base social, com a *massa* proletária.” LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos, v. I; *Questões de organização da social-democracia russa*, 2011, p. 166.

²⁵⁶ “O ‘sujeito’ da vida humana (desde o ‘corpo próprio’ vivo), no re-conhecimento solidário do outro, da comunidade, é o critério de verdade e validade insubstituível da ética como sujeito vivo.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 520.

²⁵⁷ Aqui surge relevância a figura do revolucionário: “Quem der a sua vida nesta luta pelo reconhecimento da dignidade das vítimas inocentes, em sua defesa, será lembrado, justamente, pelas gerações futuras, pela história, como herói. A heroicidade está em que a comunidade de vítimas reconhece o sujeito de tal práxis como o fundador de uma nova eticidade, da nova ordem, do novo sistema, da nova totalidade: quem produzir o pão do faminto, a roupa do nu, a casa do sem-teto.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 547.

²⁵⁸ Não nos alinhamos com o pensamento de Hannah Arendt quando diz que: “Uma teoria da guerra ou uma teoria da revolução podem somente ser justificação da violência, porém o que é glorificação ou justificação da violência enquanto tal, já não é política mas antipolítica.” ARENDT, Hannah. **On Revolution**, 1990, p. 19.

²⁵⁹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 544-545.

que permita reproduzir e desenvolver a vida de cada sujeito ético no âmbito sistêmico e institucional respectivo²⁶⁰.

Com efeito, deve-se salientar que se todos os membros de uma instituição forem perfeitos eticamente - o que é impossível -, nenhuma instituição seria necessária, e por isso esta seria perversa desde a origem, de modo que a coação²⁶¹ jamais poderia ser legítima, vez que coação e legitimidade se oporiam por definição.

Contudo, neste caso, quem poderia limitar, opor-se ou desarmar o membro injusto que usasse a força contra a comunidade sem possível defesa?²⁶²

De fato, admitir a coação legítima não é aceitar a dominação como constitutiva da legitimidade, como pressupõe Max Weber²⁶³, nos tipos de dominação burocrático instrumental, tradicional valorativo ou carismático excepcional.

²⁶⁰ “Trata-se da aceitação de uma coação legítima e institucional, mutuamente convencionada por consenso, para a factibilidade empírica e ética das funções sociais, e a fim de poder ter recursos quando alguns membros não cumprem o que foi decidido livre, simétrica e validamente. Esta coação, embora inclua o uso da força com instrumentos tais como leis, tribunais, mas também armas, organismos policiais (não como torturadores, mas como servidores respeitosos da civilidade), lugares de reclusão (como instituições humanas de reeducação ética, e não prisões como lugares de suplício que pervertem), etc., não pode ser denominada violência. Quero deixar esta palavra (violência) para um uso ético bem determinado, negativo, perverso, e por isso nunca se poderia aceitar com justiça a violência - mas ela precisa ser definida antes conveniente e univocamente, distinguindo-a de outros usos da força legítimos, legais, justos, honestos e até meritórios, dada a heroicidade daquele que a exerça por dever e como serviço ético para a comunidade, para a humanidade.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 546. Neste sentido: “A violência produzida pelo modo de produção capitalista pode ser estudada em duas categorias principais: a violência *estrutural* ligada às relações de produção nos processos de trabalho, em todos os setores da atividade humana, e a violência *institucional* ligada ao conteúdo e atuação ou funcionamento diferencial das superestruturas do poder político e jurídico do Estado, implementadas pelos vários aparelhos ou órgãos incumbidos da aplicação da política social, como a burocracia do executivo e seus órgãos de repressão (forças armadas, polícia e prisão), o poder judiciário e o poder legislativo, as formas superestruturais de existência do poder do Estado burguês.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 85.

²⁶¹ “A coação legítima é ética na medida em que se exerce cumprindo com as exigências dos princípios material, formal-discursivo e de factibilidade ética: que se garanta a vida de todos os afetados, que participem simetricamente nas decisões de mediações factíveis eticamente.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 545.

²⁶² “Empiricamente e dada a impossibilidade de pressupor uma tal perfeição, a vida humana seria impossível, porque qualquer membro poderia oprimir pela força os restantes, inocentes e indefesos, e poderia facilmente instaurar a tirania de sua vontade sem enquadramento institucional possível.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 545-546.

²⁶³ “Os que atuam socialmente podem atribuir validade legítima a uma ordem determinada: a) em merecimento à tradição: validade do que sempre existiu; b) em virtude de uma crença afetiva (emotiva, especialmente): validade do novo revelado ou do exemplar; c) em virtude de uma crença racional de acordo com valores: vigência do que se tem como absolutamente valioso; d) em merecimento ao [legalmente] estatuído positivamente, em cuja legalidade se crê.” WEBER, Max. **Economía y sociedad**, 1984, p. 29.

Não obstante, o problema se inicia quando a coação “legal” do sistema vigente - que causa a negação e constitui vítimas - deixa de ser “legítima”²⁶⁴ e se torna, ante a consciência ético-comunitária crítica, ilegítima²⁶⁵.

Em suma, a coação legítima se configura na ordem estabelecida como ações legais e legítimas, ao passo que na rebelião com ou sem sujeito emergente se constitui como práxis de libertação ilegal e legítima: de outro lado, a violência, como uso de coação ilegítima, se configura como repressão legal e ilegítima na ordem estabelecida e como ação anarquista ilegal e ilegítima na rebelião com ou sem sujeito emergente²⁶⁶.

A coação legal que começa a perder sua legitimidade - “a crise de hegemonia” em Antonio Gramsci - dá espaço a uma reação que tem legitimidade crítica contra a legalidade coativa das estruturas dominantes, quando o bloco social dos oprimidos entra em ação.

Assim, a crise de legitimidade e a criação de uma nova legitimidade²⁶⁷ exige uma práxis de libertação que se oponha aos três tipos de dominação weberianos, que funde a

²⁶⁴ “O conflito começa quando vítimas de um sistema formal vigente não podem viver, ou foram excluídas violenta e discursivamente de tal sistema: quando sujeitos sócio-históricos, movimentos sociais, classes, marginais, um gênero, raças, países empobrecidos periféricos, etc., tomam consciência se organizam, formulam diagnósticos de sua negatividade e elaboram programas alternativos para transformar tais sistemas vigentes que se tornaram dominantes, opressores, causa de morte e exclusão.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 546.

²⁶⁵ “Todo uso da força contra os novos direitos, que se vão manifestando histórico-progressivamente aos próprios olhos das vítimas, agora já não será para eles ‘coação legítima’ mas estritamente violência: uso da força contra o direito do outro, sem validade nem consistência objetiva (será a força destrutora da ‘exclusiva reprodução’ do sistema vigente, mas não a reprodução e desenvolvimento da vida humana).” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 547.

²⁶⁶ Cf. com esquema 6.6: Diferenciação entre coação legítima e violência. DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 548.

²⁶⁷ “Tais ações adquirem entre seus partidários crescente validade, legitimidade, contra uma ordem que começa a perder essa legitimidade. O estado que dismantela o antigo ‘estado benfeitor’, através de privatizações - que permite ‘realizar’ o capital fictício financeiro dos países centrais em capital produtivo - e políticas monetaristas de recessão econômica, efetua uma coação legal mas crescentemente ilegítima, ante um povo que não pode mais aceitar uma ordem política que o vitimiza com o desemprego, a fome e a miséria. São ações do estado que adquirem o rosto da pura violência, a repressão legal ilegítima.” E continua: “Desta maneira, a crítica que se origina da ordem material das vítimas deslegitima a validade formal e aparentemente democrática e as ações desses movimentos sociais, suas práxis de libertação, nunca podem ser consideradas como violentas, mas significam uma coação legítima, embora freqüentemente ilegal.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 553.

possibilidade de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana de cada sujeito ético²⁶⁸ em nível aceitável ou tolerável, pelo menos.

Como exemplo de luta de libertação legítima²⁶⁹ podemos apresentar um grupo de cerca de 80 combatentes liderados por Fidel Castro e com a presença de Ernesto “Che” Guevara, Camilo Cienfuegos etc., que - juntos - derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, com a tomada do poder pela via armada, com forte apoio popular, após uma longa e fastigante guerra de guerrilha iniciada na Sierra Maestra²⁷⁰.

Eis o sonho, como utopia possível, pelo qual Ernst Bloch, em sua esperança, suspirava: uma nova ordem com base num programa concretamente planejado que vai se realizando progressivamente, mas nunca totalmente²⁷¹.

²⁶⁸ “O que acontece, como temos lembrado freqüentemente, é que as ‘sociedade avançadas do Ocidente’ (Europa e Estados Unidos) e Japão são cerca de 15% da humanidade atual. Nos restantes 85% da humanidade a ‘reprodução material’ continua sendo uma referência relevante da legitimidade de toda ordem política. Isto explica que todos os novos movimentos sociais (e até políticos e classistas, etc.) tenham uma referência necessária à reprodução e desenvolvimento da vida humana articulados com a aceitabilidade intersubjetiva da consensualidade legitimante.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 551. No mesmo sentido, o princípio-lema do socialismo: “De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.” MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*, **Textos**, v. 1, 1975, p. 233.

²⁶⁹ “A luta pelo re-conhecimento dos novos direitos, do estabelecimento por transformação de normas, ações, instituições ou sistemas completos de eticidade, quando são o último recurso possível das comunidades críticas das vítimas, consistem, em seu limite, e mesmo quando são usados meios ‘proporcionais’ à violência contrária (propaganda contra propaganda, luta de punhos contra punhos, luta desarmada não violenta contra as armas do sistema opressor... e, em casos extremos, quando se esgotaram todos os outros meios, armas contra armas), na práxis de libertação legítima, coação defensiva da massa inocente de vítimas, sem estruturas legais que justifiquem *ainda* suas ações, evidentemente.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 554-555.

²⁷⁰ A saga foi brilhantemente narrada pelo líder cubano, Fidel Castro, na obra: CASTRO RUZ, Fidel. **Por todos los caminos de la Sierra**: La victoria estratégica. Cuba: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado de la República Socialista de Cuba, 2010.

²⁷¹ DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 1997, p. 558.

TERCEIRA PARTE

A criminologia crítica: a crítica ao positivismo criminológico

1. O que é a criminologia crítica?

Com efeito, não existe uma ciência criminológica como conjunto sistematizado de hipóteses e de teorias sobre um objeto determinado, a ser estudado conforme um método incontroverso²⁷², mas várias teorias criminológicas distintas²⁷³.

Contudo, cumpre dizer que as diferenças não residem apenas no aspecto formal, com relação ao conceito, ao objeto e ao método da ciência criminológica, mas também, e especialmente, nos critérios de conteúdo político que inserem as várias teorias no contexto geral das relações de produção e reprodução das relações político-econômicas que definem a estrutura social²⁷⁴.

Afinal, não se pode produzir uma teoria científica alienada de uma teoria social²⁷⁵, como se poderá demonstrar, pela contribuição materialista-dialética²⁷⁶ em contraposição à falsa neutralidade axiológica do positivismo criminológico²⁷⁷.

Assim, o objeto e o método possuem uma relação unitária, em que o objeto existe como realidade concreta, cuja natureza determina o método adequado ao seu

²⁷² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**: uma crítica ao positivismo em criminologia, 1979, p. 4.

²⁷³ “Existem teorias criminológicas não só diferentes entre si, mas, às vezes, radicalmente contrárias. (...) Assim, em princípio, não se pode falar em *teoria* criminológica senão significando essa pluralidade de *teorias* criminológicas diversas, conflitantes nos seus pressupostos, postulados, metodologias, orientações, propósitos e conteúdo científico, compreendendo uma controvérsia que se estende desde os positivismos biológicos e sociológicos de uma criminologia, até as concepções radicais do comportamento desviante e dos processos de repressão criminal, fundadas nas categorias do materialismo histórico, passando pelas teorias rotuladoras ou interacionistas, os enfoques naturalistas e fenomenológicos e as teorias conflituais mais ou menos dialetizadas, que podem ser definidas como críticas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 1.

²⁷⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 2.

²⁷⁵ “A teoria criminológica faz parte da teoria social geral, e, portanto, está relacionada às questões de valor e aos conflitos de interesse da sociedade.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 5.

²⁷⁶ “A ligação da teoria criminológica com as questões de valor e conflitos de interesse não pode ser explicada em um nível definicional abstrato, mas, ao contrário, só pode ser explicada ao nível concreto das relações sociais materiais, que, nas sociedades divididas, são relações de classes (e, portanto, a teoria criminológica está ligada às relações de poder material e político das sociedades de classes).” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 5.

²⁷⁷ “Evidenciar o conteúdo ideológico de uma ciência social apresentada como neutra, sob a convicção de que a revelação do compromisso ideológico de qualquer ciência social possui uma concreta fecundidade teórica, inexistente nas posições acriticas que desconhecem esse compromisso.” **A criminologia da repressão**, 1979, p. 5.

conhecimento²⁷⁸, de tal modo que a validade de uma teoria só pode ser verificada pelos resultados de sua prática²⁷⁹.

A teoria criminológica existe sob a forma de generalizações sistematizadas de seu objeto histórico²⁸⁰, porém não pode se limitar ao nível abstrato de suas generalizações; assim, deve partir da base concreta de seu objeto real para atingir as abstrações da teoria, a fim de reconstruir - criticamente - o objeto científico²⁸¹.

Destarte, o comportamento criminoso pode ser definido a partir (a.1) do positivismo biológico; (a.2) do positivismo sociológico; (b) das teorias clássicas e radicalizadas pelo positivismo jurídico; (c) das teorias fenomenológicas e naturalistas; (d) das teorias rotuladoras ou interacionistas; e (e) das teorias radicais marxistas²⁸², como se apresenta a seguir, respectivamente, do ponto de vista:

- a) das causas eficientes que o determinam, (a.1) biológicas ou psicológicas, (a.2) sociológicas ou ambientais;
- b) das causas formais caracterizadas pelas definições de crime;
- c) das representações do sujeito desse comportamento, ao nível da experiência subjetiva como definida pelo próprio sujeito;
- d) da reação social dos aparelhos de controle social e dos processos de rotulação e estigmatização, e sua influência no comportamento futuro do sujeito;
- e) da natureza de classe da definição e repressão seletivas do comportamento criminoso, reveladas pela significação política ou conteúdo ideológico do controle social nas formações sociais divididas em classes.

²⁷⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 10-11.

²⁷⁹ “O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema de teoria e sim um problema *prático*. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente escolástico.” MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*, **Textos**, v. 1, 1975, p. 118.

²⁸⁰ “O objeto histórico da teoria criminológica é o comportamento criminoso, mas o acesso ao problema real do comportamento criminoso pressupõe, necessariamente, algumas abstrações do pensamento, pelas quais a representação desse objeto real é reduzida a algumas determinações abstratas, que, inversamente, possibilitam a reprodução do concreto pela via do pensamento: esse é o modo pelo qual o pensamento pode se apropriar do concreto e o reproduzir como concreto pensado.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 29.

²⁸¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 29.

²⁸² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 30.

1.1. As teorias utilitárias clássicas

Com a decadência do modo de produção feudal surge o racionalismo como forma ideológica oposta ao dogmatismo da ideologia feudal, a qual é submetida a uma crítica necessária e inevitável a fim de constituir um novo modo de pensar que corresponda ao modo de existir da sociedade²⁸³.

As relações de produção feudais fundadas no domínio da terra pelo senhor feudal e pela prestação de uma parte do trabalho do servo, ou de trabalho gratuito nas terras do senhor ou de pagamento de taxas pela utilização de maquinarias e benfeitorias do senhorio se definiam pela capacidade produtiva nos limites da subsistência pessoal, com a troca de excedentes eventuais²⁸⁴.

Com o modo de produção fundado no capital, como propriedade dos meios de produção, e no trabalho assalariado, como venda da força de trabalho, a utilização de processos industriais modernos para a transformação da natureza produz um valor de troca superior em relação aos valores de custo de sua produção, isto é, a mais-valia²⁸⁵.

Por tal razão, é que o modo de produção capitalista constitui a base material utilitarista do racionalismo do pensamento social emergente²⁸⁶.

Assim, podemos dizer que a sistematização teórica do racionalismo moderno se situa basicamente na obra dos contratualistas²⁸⁷ Hobbes, Montesquieu e Rousseau, e de

²⁸³ “A decadência da estrutura econômica feudal, fundada na propriedade feudal da terra e na servidão do camponês e na hierarquia corporativista da indústria manufatureira, que determinava as relações, de um lado, entre senhores, vassalos e servos, e de outro, entre mestres, companheiros e aprendizes, desencadeia a decadência da ideologia dominante, ou sistema de idéias e crenças que mantinha a coesão dessa forma de organização social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 31-32.

²⁸⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 32.

²⁸⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 32.

²⁸⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 32.

²⁸⁷ A teoria do contrato social baseia-se nos seguintes postulados que definem o conteúdo ideológico da nova ordem social: “1. O homem é um ser dotado de razão, e, portanto, o seu comportamento é um comportamento racional. (...) O homem é um ser racional capaz de autodeterminação conforme os ditames de sua razão. 2. A sociedade humana, ou o modo de organização da existência humana, é compreendida como o produto racional de homens livres, ou autodetermináveis, e, dessa forma, afigura-se como acordo livre de vontades autônomas, cuja utilidade se manifesta na necessidade de prevenir a guerra de todos contra todos: a participação na sociedade supõe o abandono do anterior estado de natureza e propõe uma renúncia parcial da liberdade individual ameaçada continuamente nesse estado anterior, como condição de fruição integral e plena da liberdade restante, no quadro da ordem resultante. 3. O consenso social compreende os fundamentos materiais da organização da vida: a) a distribuição da propriedade e a divisão do trabalho resultante; b) as normas de proteção da propriedade e do bem-estar material dos membros da comunidade.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 33-34.

um modo geral, no conjunto do movimento Iluminista, pela expressão das seguintes idéias: a) recompensa da atividade útil; b) punição da atividade danosa²⁸⁸.

De tal modo, o critério geral para a determinação da racionalidade da conduta é expressa pela utilidade social prática e o comportamento desviante é um ato irracional²⁸⁹ que rompe com o pacto social e que exige uma reação punitiva do sistema de organização social²⁹⁰.

Conforme CIRINO DOS SANTOS,

“a reação social existe sob a forma de penas públicas previamente estabelecidas em leis definidoras da conduta criminoso (em contraste com a incerteza de sua natureza e medida, e a indefinição dos fatos que motivam a sua aplicação, do sistema social anterior), instituindo o princípio da legalidade.”²⁹¹

Destarte, a justificação social da reação punitiva²⁹² se baseia no (a) caráter utilitarista da ameaça penal como instrumento de intimidação psicológica e de coação destinada à prevenção geral negativa de comportamentos lesivos de interesses alheios e (b) o caráter de retribuição racional justa de culpabilidade, necessária à expiação da injustiça do comportamento irracional, com a inocuidade temporária ou permanente do desviante, por medida de prevenção especial negativa²⁹³.

²⁸⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 33.

²⁸⁹ “En otras palabras, la necesidad política de afirmar una racionalidad igual de los hombres se diluye en la igualmente advertida necesidad de definir en términos de estigma, como distinto, como otro, como inimigo de clase.” PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**, 1983, p. 35.

²⁹⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 34.

²⁹¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 34-35. Neste sentido: “O princípio da legalidade é o mais importante instrumento constitucional de proteção individual no moderno Estado Democrático de Direito porque proíbe (a) a *retroatividade* como criminalização ou agravamento da pena de fato anterior, (b) o *costume* como fundamento ou agravamento de crimes e penas, (c) a *analogia* como método de criminalização ou de punição de condutas, e (d) a *indeterminação* dos tipos legais e das sanções penais. O significado político do princípio da legalidade é expresso nas fórmulas de *lex praevia*, de *lex scripta*, de *lex stricta* e de *lex certa*, incidentes sobre os crimes, as penas e as medidas de segurança da legislação penal.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 20.

²⁹² “A qualificação do crime como irracionalidade inadmissível em um ser racional autodeterminável desencadeia um mecanismo de reação social simples, delimitado por uma equação de proporcionalidade abstrata entre a gravidade social do dano produzido pelo comportamento e a extensão da reação social consequente.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 41.

²⁹³ “De um modo geral, a forma jurídica da ideologia burguesa se fundamenta em duas premissas básicas: a) igualdade geral perante a lei; b) responsabilidade individual pelo comportamento social.” E continua adiante: “A ordem social contém, concretamente, um elemento de irracionalidade, cuja expansão real ameaça a racionalidade abstrata da ordem: se as desigualdades materiais destroem a igualdade legal, e se a irracionalidade do comportamento está relacionada com a ausência de propriedade (cuja posse assegura o acesso às recompensas do sistema), como justificar a racionalidade da ordem?” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 35 e ss.

Por conseguinte, o sistema geral de controle social que define normas legais e os aparelhos de sua aplicação e a conceituação de desvio compõem uma unidade lógica sob os mesmos pressupostos metodológicos e políticos²⁹⁴.

1.2. A criminologia etiológica individual

Com a destruição dos pressupostos racionalistas da ordem social utilitária desaparece a unidade entre o sistema de controle social e a definição de desvio pela aplicação de um método adaptado às ciências naturais²⁹⁵ a ser conhecido como *positivismo criminológico* e com as abstrações progressivas introduzidas a partir de imperativos lógico-dedutivos na *dogmática penal*²⁹⁶.

Com efeito, o método positivo é uma revolução paradigmática no modo de pensar os fenômenos sociais sob uma perspectiva científica que se baseia no determinismo causal geral, o qual possibilita a previsão de fenômenos sociais, bem como a pretensão de seu controle, segundo propósitos ou interesses específicos²⁹⁷.

A ciência positiva do controle social possui os seguintes caracteres como tentativa de mutilação do objeto em seu aspecto mais significativo, qual seja, a significação política: a) os problemas sociais existem como problemas científicos, e, como tais, o método positivo é capaz de abranger a sua totalidade, com a apresentação de

²⁹⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 42.

²⁹⁵ “O positivismo científico é a designação geral de um tipo de conhecimento qualificado pelo uso sistemático do método positivo das ciências naturais para sua aquisição. Esse método supõe a existência real de leis gerais que determinam os fenômenos da natureza, e a sua aplicação visa identificar essas leis gerais, compreendidas sob o conceito de causas: a ciência positiva significa o conhecimento organizado das relações causais dos fenômenos naturais, produzido pela aplicação do método positivo, consistente na observação regular e reprodução experimental dos fenômenos observados.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 43.

²⁹⁶ “A extensão real do comportamento criminoso, fenômeno social atribuído à irracionalidade humana, reduz a racionalidade da ordem à dimensão de uma ideologia de classe, e ao mesmo tempo, expõe a ineficácia de um sistema de controle social baseado na repressão individual.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 42-43.

²⁹⁷ “A ciência social positiva surge como a ciência do controle social, e, assim, como a possibilidade real não só de controlar, mas, também, de suprimir os fenômenos sociais contrários à ordem. A conveniência do modelo é evidente: a racionalidade da ordem social pode ser mantida porque as hipóteses determinísticas do método explicam o comportamento desviante por relações naturais, não políticas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 44. Ademais: “O postulado ideológico básico exprime uma visão consensual do mundo, livre de contradições de classes, das lutas econômicas e políticas de classe, nas sociedades fundadas na relação capital/trabalho assalariado.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 23.

conhecimentos destinados à sua previsão e prevenção; b) a ordem política da estrutura social é assumida como premissa²⁹⁸ que exclui as questões axiológicas²⁹⁹.

Assim, podemos apresentar a definição das premissas básicas do positivismo criminológico: a) o determinismo do comportamento; b) a neutralidade do cientista; e c) a quantificação do comportamento³⁰⁰.

O determinismo geral dos fenômenos sociais e naturais é o pressuposto científico da unidade do método positivo que se fundamenta na noção de que todos os fenômenos são produzidos por relações causais³⁰¹.

Deste modo, o comportamento criminoso que viola os parâmetros normativos de conduta social manifesta a natureza anti-social do sujeito desviante³⁰², que age segundo relações causais inconscientes, logo, incontroladas pelo infrator, o que conduz à destruição do fundamento das medidas punitivas³⁰³.

²⁹⁸ “La aportación determinante del positivismo criminológico respecto de las instancias de control social presentes en la sociedad de la época consistió en valorar, por un lado, una concepción abstracta y ahistórica de la sociedad y, por otra parte, interpretar a ésta como realidad orgánica que se funda en el consenso alrededor de los valores y los intereses asumidos como generales, o sea que significaba proponer a la sociedad como un bien e a la desviación criminal como un mal y por lo tanto a la política criminal como legítima y necesaria reacción de la sociedad para la tutela y la afirmación de los valores sobre los que se funda el consenso de la mayoría.” PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**, 1983, p. 49.

²⁹⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 45. Neste sentido: “A falha política do pensamento positivista, relacionada com sua falha intelectual, é a sua aceitação do *status quo*. Não existe nenhuma indagação da ordem estabelecida. (...) A realidade oficial é realidade dentro da qual o positivista opera - e realidade que aceita e apóia. O positivista toma como dada a ideologia dominante, que enfatiza a racionalidade burocrática, a tecnologia moderna, a autoridade centralizada e o controle científico. O pensamento positivista, de fato, naturalmente se dirige para a ideologia oficial e para os interesses da classe dominante.” QUINNEY, Richard. **Critique of Legal Order: crime control in capitalist society**, 1974, p. 3-4.

³⁰⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 47 e ss.

³⁰¹ “O comportamento social do homem, como uma espécie de objeto, deve ser explicado por relações causais, e o modo pelo qual se realiza esse comportamento revela a natureza do respectivo sujeito.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 47.

³⁰² “O positivismo não foi apenas uma maneira de pensar, profundamente enraizada (...) nas práticas sociais e políticas brasileiras; ele foi principalmente uma maneira de *sentir* o povo sempre inferiorizado, patologizado, discriminado e, por fim, criminalizado. Funcionou, e funciona, como um grande catalisador da violência e da desigualdade características do processo de incorporação da nossa margem ao capitalismo central.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 48.

³⁰³ “A inevitabilidade da conduta extingue a reprovação moral ou jurídica, cujo pressuposto é, precisamente, o poder agir de outro modo.” Em síntese: “A proposta positivista é absolutamente consistente com a sua explicação do desvio: se o comportamento desviante revleia a natureza do ator criminal, e é produzido por causas não conhecidas e não controladas pelo sujeito, a defesa da ordem deve ser realizada por medidas corretivas adequadas à natureza desse ator, manifestada na ação.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p.

A neutralidade do cientista se fundamenta no pressuposto de que a objetividade científica da ciência positiva se verifica no primado de que o cientista não é influenciado por questões axiológicas ou de interesses, como atributos políticos, vez que se coloca em posição de distanciamento, superioridade e independência do objeto³⁰⁴.

Por fim, a quantificação do comportamento supõe unidades calculáveis do objeto, do que decorre a necessidade de distinção entre comportamento normal e comportamento desviante³⁰⁵.

A partir de então, podemos analisar brevemente a orientação do modelo positivista na explicação do crime como criminologia etiológica individual, isto é, a perspectiva

³⁰⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 50-51. Note-se que: “Produz-se deste modo um parcelamento da realidade que se opõe ao que realmente nos daria a chave do conhecimento, que é o conhecimento total das coisas: a categoria da totalidade.” CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**, 1983, p. 4-5.

³⁰⁵ “A técnica de identificação e distinção do objeto em unidades suscetíveis de cálculo é encontrada na estatística e o relevo da redução do objeto da ciência a unidades calculáveis está em que uma ciência objetiva do crime só pode generalizar hipóteses explicativas do seu objeto se este for previamente definido e suscetível de quantificação.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 52. Para a crítica da quantificação do delito surge a categoria da *cifra negra*: “A criminalidade aparente seria toda a criminalidade que é conhecida por órgãos de controle social - a polícia, os juízes etc. -, ainda que não apareça registrada nas estatísticas (porque ainda não tem sentença, porque houve desistência da ação, ou porque não se encontrou o autor, ou porque, por múltiplas razões legais ou factuais, o processo não seguiu o seu curso normal. A criminalidade real é a quantidade de delitos verdadeiramente cometida em determinado momento.” CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**, 1983, p. 67. E para além: “As pesquisas sobre a cifra negra da criminalidade, ligadas a uma análise crítica do método e do valor das estatísticas criminais para o conhecimento objetivo do desvio em uma dada sociedade, não se referem, contudo, somente ao fenômeno da criminalidade do colarinho branco, porém, mais em geral, à real frequência e à distribuição do comportamento desviante penalmente perseguível, em uma dada sociedade. (...) A criminalidade não é um comportamento de uma restrita minoria, como quer uma difundida concepção (e a ideologia da defesa social a ela vinculada), mas, ao contrário, o comportamento de largos estratos ou mesmo da maioria dos membros de nossa sociedade.” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 103. Por fim: “Edwin Sutherland vai desenvolver a noção de cifras ocultas, aquilo que não está nas estatísticas oficiais, preenchidas pela exposição maior dos que estão na base da estrutura social: os pobres.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 68. Ver também: “La cifra negra de los delitos es en promedio superior al 50%. Para los hurtos, roza el 98%.” PAVARINI, Massimo. **Un arte abyecto**, 2006, p. 88. E ainda que “as pesquisas empíricas demonstram que aproximadamente 90% dos processos por mortes e lesões culposas terminam com o arquivamento, isto é, sem uma acusação sustentada”. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**, 2001, p. 124.

biológica, que enfatiza os defeitos individuais³⁰⁶ como natureza inata ou hereditária das predisposições ou tendências do desviante³⁰⁷.

Como representante³⁰⁸ do desenvolvimento de uma teoria radical sobre o crime e o comportamento criminoso destacamos Cesare Lombroso³⁰⁹, responsável pela noção do criminoso nato, segundo a qual, o crime é produto de características atávicas do desviante³¹⁰.

Com efeito, a base empírica da formulação foi extraída pelo estudo da estrutura anatômica e das características físicas de grupos de detentos³¹¹, e com acréscimos e modificações, apresenta também, ao final, a figura do criminoso epilético, o insano e o ocasional.

Como as principais críticas podemos apresentar a inadequação das técnicas utilizadas para o estudo do modelo; a indemonstrabilidade da hipótese que apresenta a relação entre estigmas físicos e crimes; a crônica subnutrição das camadas inferiores

³⁰⁶ “Vemos pois como a criminologia positivista estuda o delinqüente e não a lei penal e, portanto, tenta modificar o delinqüente e não a lei penal. A lei penal é a realidade estabelecida, a realidade oficial que lhe foi dada. Estuda esta realidade sem questioná-la, sem criticá-la: a lei, se diz, reflete os interesses de grupos e portanto quem não cumpre a lei deve ter traços patológicos, não é uma pessoa normal; é uma pessoa a ser estudada como um objeto estranho, como se estuda um doente. O delinqüente é uma pessoa anormal porque viola a lei.” CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**, 1983, p. 5.

³⁰⁷ “A violência estrutural e institucional das relações de produção econômica e de reprodução política e jurídica da sociedade, constitutiva da natureza humana como produto das relações históricas de sua existência transposta para as estruturas biológicas e genéticas e as superestruturas psicológicas e psicanalíticas do indivíduo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 24.

³⁰⁸ Em que pese não seja possível explorar com maior aprofundamento, em razão da proposta deste trabalho dirigido por critérios seletivos e restritivos de escolha da produção teórica mais representativa das variações de cada modelo teórico-criminológico, cumpre também citar teorias genéticas sobre a estrutura cromossômica e a teoria biogenética da personalidade de H. J. Eysenck: “Os esforços para determinar uma causa biológica intrínseca do comportamento anti-social evoluem, dos estudos anatômicos mais ou menos rudimentares de Lombroso, através dos tipos somáticos da personalidade (não faltando hipóteses sobre disfunções endocrinológicas) e as formulações mais restritas da presença adicional do cromossoma extra Y na estrutura genética do sujeito, até as teorias sobre instintos agressivos inatos do organismo biológico, em um esforço permanente para engendrar uma explicação científica, incorporando, progressivamente, as aquisições das ciências naturais.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 61.

³⁰⁹ Cf. LOMBROSO, Cesare. **L'uomo delinquente**, 1876.

³¹⁰ “O comportamento anti-social é definido como uma forma de regressão ao estado selvagem, produzido por degenerações biológicas identificáveis por estigmas (caracteres físicos) do sujeito, tais como, face assimétrica, dentição anormal, dentes ou dedos extranumerários, orelhas grandes, olhos defeituosos, características sexuais pervertidas etc.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 55.

³¹¹ No caso das teorias dos tipos corporais atribuídas a Kretschmer (1921), Sheldon (1940) e Klaus Conrad (1963) podemos citar os tipos fisiológicos e correspondentes características psíquicas e emocionais: “a) endomorfos, baixos e gordos, geralmente sociáveis e extrovertidos; b) mesomorfos, musculosos ou atléticos, geralmente ativos e agressivos; c) ectomorfos, magros e altos, geralmente cerebrais e introvertidos.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 56-57.

que explica o tipo físico e os traços anormais da população carcerária que é objeto da concentração da repressão criminal, bem como, a origem social do tipo físico e a divisão entre trabalho manual/intelectual numa sociedade de classes³¹².

1.3. A criminologia etiológica social

A teoria sociológica positivista adota o método das ciências naturais e incorpora os conceitos e formas lingüísticas das ciências biológicas e médicas para fundamentar o desenvolvimento do positivismo biológico em criminologia, com a difusão do modelo orgânico para o estudo dos problemas sociais.

De tal sorte, o desvio será analisado como patologia ou como decorrência da desorganização social³¹³.

a) O crime como patologia social

O modelo orgânico na sociologia supõe a analogia entre o organismo biológico e a sociedade humana³¹⁴, de modo que os órgãos do organismo social se constituem como uma estrutura complexa para o exercício de funções³¹⁵ específicas e interdependentes, destinadas à existência e conservação do organismo.

³¹² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 56-57.

³¹³ “O que é primariamente patológico, o comportamento individual ou a organização social? A atitude teórica ante essas alternativas conduz a investigação ou para a patologia individual, ou para a patologia da formação social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 27.

³¹⁴ “Assim como o organismo biológico existe como um sistema de órgãos articulados entre si por funções específicas e interdependentes, a sociedade humana existe como um organismo composto, igualmente, de órgãos articulados entre si por funções.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 78.

³¹⁵ “A função é definida como a relação da parte (órgão) com o todo (organismo), e o órgão como o mecanismo equipado para o exercício de funções, que, ao mesmo tempo que o originam, são também o seu produto.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 78-79.

Com a adoção da metáfora organicista, a complexidade dos fenômenos sociais se reduzem a uma dicotomia: a) o normal³¹⁶ ou funcional e o b) patológico³¹⁷ ou disfuncional.

O comportamento desviante é compreendido como expressão ou sintoma de patologia que resultam de a) defeitos individuais congênitos ou de b) socialização deficiente na transmissão das normas morais³¹⁸.

Assim, para o problema social apresentado como patologia social surgem desde propostas de inocuização dos indivíduos defeituosos até programas de eugenia social ou aprimoramento biológico³¹⁹.

Como se pode observar, a aplicação sociológica de esquemas conceituais desenvolvidos pela área biológica e médica legitima a repressão social³²⁰, de acordo com certos propósitos políticos e reduz questões essencialmente políticas e sociais³²¹ à expressão de problemas meramente científicos³²².

Em síntese: na perspectiva do desvio como patologia social não há alternativa para além da repressão ou do extermínio³²³.

³¹⁶ “O normal ou socialmente funcional é definido pelo e identificado com o *status quo*, isto é, com o conjunto do organismo social como caracterizado pelos órgãos de sua estrutura e pelas funções de integração desses órgãos em um organismo saudável.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 79.

³¹⁷ “O patológico ou socialmente disfuncional é definido pelas e identificado com as alterações do *status quo*, que modificam, de uma forma anormal e não desejada, a primitiva integração funcional do organismo social, determinando um estado de patologia: essas são situações definidas como problemas sociais.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 79. Cf. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**, 2007.

³¹⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 79.

³¹⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 79.

³²⁰ “El concepto de defensa social tiene subyacente una *ideología* cuya función es justificar y racionalizar el sistema de control social en general y el represivo en particular.” PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**, 1983, p. 49.

³²¹ “Se os indivíduos são constituídos biologicamente, eles não se relacionam socialmente ao nível das determinações biológicas de sua natureza orgânica, mas, ao contrário, ao nível concreto das formas ideológicas da formação social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 83.

³²² “O caráter conservador da perspectiva consiste em considerar problemas políticos (definição e repressão do comportamento criminoso) como questões biológicas, sem relação com o modo de produção da formação social histórica.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 82-83.

³²³ “Não há alternativa fora de uma visão totalitária e monolítica, difundida como consenso natural, que, por definição, rotula o dissidente como antinatural, e, portanto, como patológico.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 86.

b) O crime como produto da desorganização social

O conceito de desorganização social pressupõe, evidentemente, o parâmetro referencial da organização social, contudo, se assenta em fundamentos práticos diversos.

Se na analogia biológica se definia a sociedade como conjunto integrado de funções coordenadas, agora, ao contrário, as relações das partes com o todo estão desorganizadas e verificáveis por indicadores negativos, tais como: a) o aumento das formas de existência e de comportamento desviante (o crime, a doença mental, o alcoolismo, o uso de drogas, a delinquência juvenil, etc.); b) as condições precárias de trabalho e o paradoxo da tecnologia como fator que produz miséria social e desemprego³²⁴.

Assim, a crítica do modelo biológico, a partir da verificação empírica de que a competição individual não produz um estado de cooperação e equilíbrio do sistema, dirige a preocupação teórica para a definição de regras sociais adequadas³²⁵.

De tal modo, se afirmará a unidade do sistema social não pela uniformidade cultural - a qual é negada por subculturas distintas e até contraditórias - mas pelo sistema normativo que disciplina a vida social³²⁶.

A partir disto, enunciam-se duas noções: a) a ação social é definível em regras e b) os sujeitos participantes se motivam pelas regras constitutivas³²⁷.

Contudo, podem sobrevir situações de anomia que constituem situações objetivas de desorganização social, em razão do conflito entre os interesses e valores individuais e sociais, porque a) não existem regras relevantes; b) as regras existentes são vagas ou

³²⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 86. No mesmo sentido: “Entre los efectos más marcados de este proceso de alta movilidad social y de concentración urbana está el nivel preocupante de *desorganización social* de la metrópoli que conoce inevitablemente un crecimiento progresivo de los índices de miseria, de criminalidad organizada, de prostitución, de locura.” PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**, 1983, p. 68.

³²⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 87.

³²⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 87.

³²⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 89.

obscuras e c) não há concordância dos participantes sobre quais regras são relevantes e como devem ser interpretadas³²⁸.

c) A perspectiva do comportamento desviante

A perspectiva do comportamento desviante representa o redirecionamento da investigação para o comportamento individual em relação à estrutura³²⁹ e com os processos de interação social, a partir da fusão da a) tradição clássica da sociologia (desde Durkheim³³⁰, Weber³³¹ e Pareto), desenvolvida no sistema teórico geral do funcionalismo estrutural de Parsons³³², e aplicada ao comportamento desviante pela

³²⁸ “A violação das regras é expressão de desorganização social, explicada por falhas normativas do sistema social, consistentes em (a) ausência de normas: não existem regras ou leis capazes de disciplinar os fenômenos sociais originários das mudanças; (b) conflito cultural: existem dois ou mais conjuntos opostos de regras de ação, de forma que a obediência a um implica a quebra de outro, como é típico das áreas subculturais; ou (c) quebra ou bloqueio das regras existentes: ou a sua aplicação não produz as recompensas esperadas ou o dinamismo social gera comportamentos contrários às regras institucionalizadas para obtenção daquelas recompensas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 90.

³²⁹ “A explicação do comportamento anti-social pela sua relação com a estrutura da sociedade, concretamente circunscrita pelos constrangimentos econômicos de desigualdades materiais produzidas por uma contextura de classe e simultaneamente difusão de uma ideologia igualitária em uma sociedade realmente desigual, que acentua o sucesso monetário como meta social geral, mas restringe os procedimentos convencionais ou institucionalizados para sua conquista aos que se encontram em posição de vantagem material, com a implícita estigmatização dos despossuídos, obrigados ao desesperado trabalho manual socialmente discriminado (que não possibilita o acesso às metas inculcadas pela ideologia igualitária, senão por meios ilegítimos), constitui a primeira expressão crítica da sociologia convencional do comportamento desviante, que marca um distanciamento dos modelos biológicos dessa tradição. Nesse quadro, não é possível evitar um sentimento de simpatia pelos trabalhos de Merton: representam, talvez, o limite extremo de questionamento dentro do esquema consensualista do funcionalismo estrutural.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 104-105.

³³⁰ “O caráter conservador e positivista do pensamento durkheimiano manifesta-se nas explicações dos fenômenos sociais pelas ‘representações coletivas’, e no objetivo de preservar a ordem existente, negando a transformação revolucionária da sociedade.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 29. E ainda: “O enfoque racional presente nas *Regras do método sociológico* ainda traz uma perspectiva organicista ao utilizar o conceito de função como marca do positivismo, no sentido de entender a vida social como um corpo.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 66.

³³¹ “Em *Economia e Sociedade*, Weber define a sociologia como ‘ciência da compreensão da atividade social’, em que a atividade representa comportamentos humanos com significados subjetivos expressos em ações, omissões ou tolerâncias, e o termo social designa a relação com comportamentos de outros.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 33.

³³² “O biólogo americano Talcott Parsons traduziu e divulgou os trabalhos de Weber, assimilou as categorias fundamentais da teoria weberiana e, integrando-as ao conceito da biologia e da psicologia, construiu uma ‘teoria social da ação’ (1952), talvez a mais requintada e influente elaboração sociológica do pensamento conservador americano, nos anos 50.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 34.

teoria da anomia de Robert Merton³³³, e da b) linha ecológica de Park, Burgess e outros orientados pela geografia das taxas de desvio e finalmente desenvolvida por Edwin Sutherland³³⁴ com a teoria geral da aprendizagem do desvio por associação diferencial³³⁵.

(i) A teoria da anomia em Robert Merton

A teoria da anomia compreende a definição de a) metas culturais (MC), como apologia do sucesso no capitalismo americano da metade do século XX que produziu a redução dos meios institucionalizados para atingir a acumulação de riqueza e bens materiais; e de b) meios institucionais (MI), como normas instituídas para regular os modos aceitáveis ou legítimos para atingir as metas³³⁶, cuja relação resume um quadro de anomia, em categorias ditadas conforme o tipo de adaptação concreta³³⁷.

(ii) A teoria da associação diferencial em Edwin Sutherland

A teoria de Sutherland possui uma exigência metodológica que considera a) as sequências temporais entre os fatores causais e b) a forma específica pela qual esses fatores se combinam³³⁸.

³³³ “Robert Merton, em *Anomia e Estrutura Social*, admite o crime como parte natural da sociedade (à maneira de Durkheim), mas nega a teoria durkheimiana do crime como patologia individual ligada às ambições individuais inatas, e constrói tipologias do desvio, como adaptações às condições existenciais, que representam uma aproximação em direção às teorias modernas e críticas do crime e do controle social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 36.

³³⁴ “A sua teoria geral do comportamento criminoso é uma conjugação de organização e de associação diferencial de normas culturais em situações de pluralismo normativo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 38.

³³⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 95.

³³⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 100.

³³⁷ Essas categorias compreendem (a) o conformismo MC+/MI+; (b) o escapismo MC-/MI-; (c) a inovação MC+/MI-; (d) o ritualismo MC-/MI+ e (e) a rebelião MC±/MI±. CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 101-102. E também: “Merton trabalha o desvio além do conceito elaborado por Durkheim, associado à idéia de consenso, entendendo a sociedade como totalidade integradora. O desvio aparece como produto da estrutura social. Ele é o condutor de uma relação entre os fins e os meios numa sociedade. Quando o desvio supera certos limites, deixa de ser funcional, e provoca uma crise na estrutura social que conduz à anomia.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 68.

³³⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 107.

Para ilustrar, apresenta o caso em que dois jovens são descobertos e perseguidos logo após a prática de um furto: o primeiro, de pernas compridas, foge e se torna padre; o segundo, de pernas curtas, é preso e se torna criminoso³³⁹.

Uma vez refutada a hipótese da determinação causal pelo comprimento das pernas, Sutherland desenvolve o conceito geral da teoria da associação diferencial, por meio de processos sociais de aprendizagem³⁴⁰ que dependem da oportunidade do sujeito em razão de suas inclinações e de suas habilidades³⁴¹.

1.4. A criminologia crítica individual

O paradigma do *labeling approach* é originário da criminologia fenomenológica americana do século XX e define a teoria da rotulação ou do etiquetamento pelo estudo da criminalidade como fenômeno social produzido por normas e valores com a direção do estudo - não mais como um objeto explicável por etiologias causais - para o processo

³³⁹ “Concluindo que o tamanho da perna não pode ser considerado causa do comportamento criminoso do segundo: a sua relevância é limitada à determinação das experiências e associações posteriores.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 107. Neste sentido: “O comprimento das penas não determina a criminalidade e não tem qualquer relação necessária com a criminalidade. Na ilustração, a diferença no comprimento das pernas dos rapazes pode ser considerada significativa para a subsequente criminalidade ou não-criminalidade, apenas na medida em que determina as experiências e associações subsequentes dos dois rapazes. É nessas experiências e associações, então, que os mecanismos e processos que são importantes para a criminalidade ou não-criminalidade devem ser encontrados.” SUTHERLAND, Edwin H; CRESSEY, Donald R. **Principles of Criminology**, 1966, p. 79-80.

³⁴⁰ “Una sociedad que ya no es orgánica se encuentra así pulverizada en organizaciones sociales diferenciales, cada una con su propia jerarquía de valores, cada una con su propio código normativo, cada una en potencial conflicto con las otras. Y en cada una de estas áreas culturales diferenciadas, en este pluralismo ecológico, los individuos viven y aprenden, a través de la comunicación social, modelos y esquemas de comportamiento diferentes y en conflicto, como diferentes y en conflicto son las organizaciones sociales.” PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**, 1983, p. 120.

³⁴¹ “Essa teoria é construída por um conjunto de afirmações relativas aos processos que estão na origem do e explicam o comportamento criminoso, como (a) aprendido; (b) a aprendizagem ocorre em interação social; (c) a aprendizagem principal ocorre dentro de grupos; (d) a aprendizagem inclui: (1) técnicas de cometimento de crimes e (2) direções específicas de vontade, orientação, racionalização e atitudes; (e) a aprendizagem é o resultado de associação diferencial; (f) a associação diferencial de definições, ou aprendizagem dos padrões de comportamento criminoso por interação social, varia conforme: (1) a frequência; (2) a duração; (3) a prioridade e (4) a intensidade; (g) a aprendizagem do comportamento criminoso implica todos os mecanismos presentes no processo geral de aprendizagem do comportamento social, em geral; (h) finalmente, o comportamento criminoso não pode ser explicado por necessidades gerais ou valores.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia da repressão**, 1979, p. 108-109.

de construção social do crime e do criminoso³⁴² realizado por instituições oficiais de controle³⁴³.

Tal descoberta produz uma revolução paradigmática³⁴⁴ que permite deslocar o objeto de estudo: o crime não é um dado ontológico e pré-constituído, mas um ato qualificado como criminoso³⁴⁵.

Assim, a perspectiva interacionista permite não apenas uma pergunta relativa à natureza do sujeito e do objeto, na definição do comportamento desviante, isto é, o efeito da aplicação do rótulo ou etiqueta de “criminoso” ou de “doente mental” sobre alguém, mas também, sobre a construção social do desvio, a partir do problema da distribuição do poder de definição, para o estudo das agências de controle social³⁴⁶.

Contudo, segundo a lição de CIRINO DOS SANTOS:

“O labeling approach representa condição necessária, mas insuficiente, para formação da Criminologia crítica, como dizia BARATTA: condição necessária, porque mostra o comportamento criminoso como consequência da aplicação de regras e sanções pelo sistema penal - e não como qualidade da ação, segundo a etiologia positivista; mas condição insuficiente, porque incapaz de indicar os mecanismos de distribuição social da criminalidade, identificáveis pela inserção do processo de criminalização no contexto das

³⁴² “O sujeito ao qual se aplica com sucesso o rótulo de criminoso.” BECKER, Howard. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**, 1963, p. 8.

³⁴³ BARATTA, Alessandro. *Che cosa è la criminologia critica?* Em: **Dei Delitti e delle Pene**, 1985, n. 3, p. 54. No mesmo sentido: “Esta direção de pesquisa parte da consideração de que não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema do sistema penal, que a define e reage contra ela, começando pelas normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (...) e que, por isso, o *status* social de delinqüente pressupõe, necessariamente, o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinqüência, enquanto não adquire esse *status*, aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação daquelas instâncias. Portanto, este não é considerado pela sociedade como ‘delinqüente’.” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 86.

³⁴⁴ “O novo paradigma criminológico, o *labeling approach*, simultaneamente à ontologização do delito, à patologização do delinqüente proposta pelo positivismo criminológico e à idealização da pena veiculada pelas teorias legitimantes preventivistas, será conhecido como o enfoque da reação social.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 75.

³⁴⁵ “Os criminólogos tradicionais examinam problemas do tipo ‘quem é criminoso’, ‘como se torna desviante?’, ‘em que condições um condenado se torna reincidente?’, ‘com que meios se pode exercer controle sobre o criminoso?’”. Ao contrário, os interacionistas, como em geral os autores que se inspiram no labeling approach, se perguntam: ‘quem é definido como desviante?’, ‘que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo’, ‘em que condições este indivíduo pode se tornar objeto de uma definição?’ e, enfim, ‘quem define quem?’” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 88.

³⁴⁶ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 89. Neste ponto, destaca-se o papel das meta-regras, dos estereótipos e das idiossincrasias pessoais no processo de criminalização: “A contribuição germânica ao *labeling approach* teria acentuado o papel das meta-regras na interpretação das regras jurídicas: leis e mecanismos psíquicos atuantes na pessoa do intérprete ou aplicador do direito, aparecem como a ‘questão científica decisiva’ no processo de filtragem da população criminosa e responsável, em última instância, pela distorção na distribuição social da criminalidade.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Anatomia de uma Criminologia Crítica*, **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 12.

instituições fundamentais das sociedades modernas - a relação capital/trabalho assalariado -, suscetível de mostrar que o poder de definir crimes e de atribuir a qualidade de criminoso corresponde às desigualdades sociais em propriedade e poder das sociedades contemporâneas. A integração dos processos subjetivos de construção social da criminalidade, estudados pelo *labeling approach*, com os processos objetivos estruturais e ideológicos das relações sociais de produção da vida material, definidos pela teoria marxista - especialmente nas interpretações modernas de GRAMSCI e de HABERMAS, por exemplo, lançou as bases de formação da Criminologia crítica na Europa e, depois, na América Latina.”³⁴⁷

1.5. A criminologia crítica sócio-estrutural

A Criminologia crítica com raízes na fenomenologia interacionista do labeling approach e nas categorias do materialismo histórico-dialético³⁴⁸ se caracteriza pela mudança do objeto³⁴⁹ e do método³⁵⁰ de estudo do objeto, em face da Criminologia etiológica que possuía como objeto de estudo o criminoso e a criminalidade, baseada em defeitos pessoais³⁵¹, como realidades ontológicas preexistentes ao sistema de justiça

³⁴⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Criminologia crítica e reforma da legislação penal**. Disponível em: www.cirino.com.br. No mesmo sentido: ALBRECHT, Peter-Alexis. **Kriminologie**. Beck, 1999, p. 44-45; BARATTA, Alessandro. *Che cosa è la criminologia critica?*, in **Dei Delitti e delle Pene**, 1991, n. 1, p. 55; CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Teoria da pena**, 2005, p. 2 e ss.

³⁴⁸ “Um duplo método adaptado à natureza de objetos sociais: o método interacionista de construção social do crime e da criminalidade, responsável pela mudança de foco do indivíduo para o sistema de justiça criminal, e o método dialético que insere a construção social do crime e da criminalidade no contexto da contradição capital/trabalho assalariado, que define as instituições básicas das sociedades capitalistas.” Em: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia crítica e a reforma da legislação penal**, 2005, p. 1-2. E também, CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 69; ALBRECHT, Peter-Alexis. **Kriminologie**, 1999, p. 44-45.

³⁴⁹ “O objeto de estudo é deslocado do *criminoso* e da *criminalidade*, como dados ontológicos preexistentes, para o *processo de criminalização* de sujeitos e de fatos, como realidades construídas pelo sistema de justiça de controle social, capaz de mostrar o crime como qualidade *atribuída* a comportamentos ou pessoas pelo sistema de justiça criminal, que constitui a criminalidade por processos seletivos fundados em estereótipos, preconceitos, idiossincracias e outros mecanismos ideológicos dos agentes de controle social, desencadeados por indicadores sociais negativos de marginalização, desemprego, pobreza, moradia em favelas etc.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 696.

³⁵⁰ “A *abordagem* do objeto descarta o método *etiológico* das determinações causais de *objetos naturais* empregado pela *Criminologia tradicional*, substituído por um método adaptado à natureza de *objetos sociais* - como são os fenômenos criminais, por exemplo -, assim constituído: a) ao nível do caso concreto, o método *interacionista* de construção social do crime e da criminalidade, responsável pela mudança de foco do indivíduo para o sistema de justiça criminal; b) ao nível do sistema sócio-político, o método *dialético* que insere a construção social do crime e da criminalidade no contexto da contradição *capital/trabalho assalariado*, que define as instituições básicas das sociedades capitalistas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 696.

³⁵¹ Neste sentido, consultar: HASSEMER, Winfried. **Einführung in die Grundlagen des Strafrechts**, 1990, p. 60 s.

criminal e explicados pelo método positivista de causas biológicas, psicológicas, ecológicas e sociais³⁵².

A passagem do estudo do crime e da criminalidade para o processo de criminalização³⁵³ permite abordar o Direito Penal³⁵⁴ e o sistema de justiça criminal³⁵⁵ como objeto de crítica da Criminologia³⁵⁶, a ser entendida em seu viés crítico como sociologia do Direito Penal³⁵⁷.

³⁵² “A ciência positiva do crime é o mito de uma ciência: a construção mutilada do seu objeto reifica o comportamento, a pretensa neutralidade do método compromete a teoria, e a fixação no dado aparente produz uma aparência de ciência: nas sociedades de classes, ciência criminológica é teoria do controle nos quadros da ordem, definida pelos esquemas de poder material e política que hegemonizam a formação social história.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A Criminologia da Repressão**, 1979, p.115. E no mesmo sentido: “A Criminologia etiológica é a ciência oficial de explicação do crime e do comportamento criminoso, cujos programas de política criminal consistem em indicações técnicas de mudanças da legislação penal para corrigir disfunções identificadas por critérios de eficiência ou de efetividade do controle do crime e da criminalidade - com os desastrosos resultados práticos conhecidos.” Em CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 695.

³⁵³ BARATTA, Alessandro. *Che cosa è la criminologia critica*, **Dei delitti e delle pene**, 1, 1991, p. 53.

³⁵⁴ “El gran hallazgo de la Nueva Criminología consiste en haber demostrado la contradicción existente entre un Derecho Penal presuntamente igualitario y una sociedad profundamente desigual. El Estado de Derecho sobre estas bases sólo puede producir un Derecho de Estado en el que se reflejan y manifiestan necesariamente los intereses de la clase dominante.” MUÑOZ CONDE, Francisco. **Derecho Penal y Control Social**, 1984, p. 38.

³⁵⁵ “O sistema de justiça criminal, operacionalizado nos limites das matrizes legais do Direito Penal, realiza a *função declarada* de garantir uma ordem social *justa*, protegendo bens jurídicos gerais, e assim, promovendo o *bem comum*. Essa *função declarada* é legitimada pelo discurso oficial da *teoria jurídica do crime*, como critério de racionalidade construído com base na lei penal vigente, e pelo discurso oficial da *teoria jurídica da pena*, fundado nas funções de *retribuição*, de *prevenção especial* e de *prevenção geral* atribuídas à pena criminal.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 9.

³⁵⁶ “Aprender a hablar el lenguaje de las clases populares tiene, además de la ya expuesta, también una importancia fundamental en la organización y producción de un saber abstracto al servicio del proyecto de liberación (...) En primer lugar, negando el mito de la neutralidad de la ciencia, el científico social crítico adopta, respecto a la producción del saber, el punto de vista de los intereses de las clases subalternas. Naturalmente, la adopción de este punto de vista no tiene nada que ver con una menor objetividad o rigor respecto de los métodos de investigación empírica y la argumentación teórica.” BARATTA, Alessandro. **Notas para una teoría de la liberación**, p. 117. Para mais, consultar BARATTA, Alessandro. **Viejas y nuevas estrategias en la legitimación del derecho penal**, 1986, p. 77-92.

³⁵⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito penal**, 2002, p. 23 e ss.

Por tal razão é que faz sentido se produzir dogmática crítica³⁵⁸ em Direito Penal, conforme ensina CIRINO DOS SANTOS:

“Se o processo de criminalização é o mais poderoso mecanismo de reprodução das relações de desigualdade no capitalismo, a luta por uma sociedade democrática e igualitária seria inseparável da luta pela superação do sistema penal - mas, paradoxalmente, também seria inseparável da defesa do direito penal: contra os ataques às garantias legais e processuais; contra o próprio direito penal, para conter e reduzir a área de penalização e os efeitos de marginalização e divisão social, e através do direito penal, ainda uma resposta legítima para solução de determinados problemas.”³⁵⁹

A partir de tal premissa, anuncia-se no horizonte latino-americano a sociologia do controle penal, como novo modelo integrado de ciência penal³⁶⁰, pela interdisciplinaridade construtiva entre a dogmática, a filosofia, a sociologia, a política

³⁵⁸ “Uma política de transformação desta realidade, uma estratégia alternativa baseada na afirmação de valores e de garantias constitucionais, um projeto político alternativo e autônomo dos setores populares, não pode, todavia, considerar o direito penal como uma frente avançada, como um instrumento propulsor. Pelo contrário, o direito penal fica, em um tríplice sentido, reduzido a uma atitude de defesa. Defesa, antes de tudo, do direito penal em face dos ataques realizados em nossos dias contra as garantias liberais asseguradas nas constituições dos Estados de direito. Defesa, em segundo lugar, em face do próprio direito penal, no que signifique a contenção e redução de seu campo de intervenção tradicional e, sobretudo, de seus efeitos negativos e dos custos sociais que pesam, particularmente, sobre as camadas mais débeis e marginalizadas do proletariado, e que contribuem, desta forma, para dividi-lo e para debilitá-lo material e politicamente. Defesa, finalmente, através do direito penal, na medida em que, no momento, pode ser ainda considerado como uma proposta legítima ante a falta de alternativas para resolver os problemas sociais, no marco de um modelo integrado”. BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 221-222. No mesmo sentido: “Não basta, porém, uma dogmática qualquer, logo transformada ideologicamente a serviço do poder, pela banal razão de que se tende a tentar discursivamente descrever as regras jurídicas postas sem assunção de qualquer posição, de todo impossível. Esse lugar ‘neutro’ não é humano (...) e quem ali se encontra está, sempre, a serviço de alguma ideologia. A dogmática então, precisa ser crítica (do grego kritiké, na mesma linha de kriterion e krisis), para não se aceitar a regra, transformada em objeto, como uma realidade. Isso só é possível, por evidente, porque se tem presente que o real é impossível quando em jogo sua apreensão e, com muito custo, à parcialidade que se chega depende, no seu grau (embora difícil mensurar o *quantum*), de muitos saberes que não aquele jurídico”. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. **Dogmática Crítica e Limites Lingüísticos da Lei: Ainda!**, 2006, p. 60.

³⁵⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Anatomia de uma Criminologia crítica*. Em: BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**, 2002, p. 18.

³⁶⁰ “Em que a relação entre ciência social e discurso dos juristas não é mais a relação entre duas ciências, mas uma relação entre ciência e técnica. (...) O caminho é longo, a meta é distante, os pressupostos implicam, entre outros, uma radical revisão dos métodos de formação do jurista, da qual, para sermos otimistas, se vislumbra só o princípio.” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**, 2002, p. 156.

criminal³⁶¹ e a criminologia, com a superação do positivismo jurídico e do sentido comum teórico dos juristas³⁶².

A proposta se justifica pela da denúncia já traduzida por outros autores em face o isolamento³⁶³ das disciplinas dogmáticas jurídicas de outros saberes, a fim de se produzir reflexos na formação dos juristas, de acordo com a lição de LYRA FILHO, como o *Direito que se ensina errado* que:

“Pode entender-se, é claro, em pelo menos dois sentidos: como o ensino do direito em forma errada e como errada concepção do direito que se ensina. Se o primeiro aspecto se refere a um vício de metodologia; o segundo à visão incorreta dos conteúdos que se pretende ministrar, ambos permanecem vinculados, uma vez que não se pode ensinar bem o direito errado; e o direito, que se entende mal, determina, com essa distinção, os defeitos da pedagogia.”³⁶⁴

³⁶¹ A tal respeito, deve-se atentar para o fato de que “es evidente que, si se entiende el término política criminal en el sentido de política penal, es decir, de política que no recurre más que a sanciones penales, es imposible hablar de un poder de intervención de los organismos locales en este sector. Por el contrario, si por política criminal se entiende ante todo una política social, el campo de intervención de los organismos locales podría extenderse considerablemente.” BRICOLA, Franco. **Política criminal y Derecho penal**, 1978, p. 107.

³⁶² “Os juristas de profissão sempre se encontram ‘condicionados’, em suas práticas cotidianas, por um conjunto de representações, imagens, noções baseadas em costumes, metáforas e preconceitos valorativos e teóricos, que governam seus atos, suas decisões e suas atividades. A esse conjunto dou o nome de ‘sentido comum teórico dos juristas’, lembrando que ele funciona como um arsenal ideológico para a prática cotidiana do direito. Em outras palavras, trata-se de um complexo de saberes éticos vividos como diretrizes – ou seja, como pautas que disciplinam o trabalho profissional dos juristas, regulando sua atividade advocatícia, judicial e teórica”. WARAT, Luiz Alberto. **O senso comum teórico dos juristas**, 1993, p. 31. E, no mesmo sentido” “O resultado desse conhecimento alienante é conhecido: a formação de uma conjunto de idéias gerais, proposições falsamente científicas, juízos éticos e pontos de vista hegemônicos, todos contribuindo para a consolidação de um discurso aparentemente objetivo e técnico, ideologicamente depurado e capaz de provocar efeitos de realidade e coerência, de projetar uma dimensão harmoniosa das relações sociais e de justificar a imposição de um padrão específico de dominação com base na ‘natureza das coisas’.” FARIA, José Eduardo. **A Noção de Paradigma na Ciência do Direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico**, 1988, p. 26.

³⁶³ Por exemplo, Michel Mialle afirma que o direito não pode ser conhecido senão “em relação a tudo o que permitiu a sua existência e o seu futuro possível. Este tipo de análise desbloqueia o estudo do Direito do seu isolamento, projeta-o no mundo real onde encontra o seu lugar e a sua razão de ser, e, ligando-o a todos os outros fenômenos da sociedade, torna-o solidário da mesma história social.” MIALLE, Michel. **Introdução crítica ao Direito**, 1979, p. 19. Na mesma linha, Boaventura de Sousa Santos afirma que “nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional e é, pois, necessário dialogar com outras formas de conhecimento, deixando-se penetrar por elas.” SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**, 1987, p. 9. Por fim: “As contradições de classes na formação social vinculam o controle do crime às relações de produção na estrutura econômica, determinando a ligação da criminologia com a economia, e de ambas com a política, evitando a distorção positivista que separa a estrutura econômica das superestruturas jurídicas e políticas do Estado, mistificando o conjunto das relações sociais.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 125.

³⁶⁴ E ainda, “É importante a destacar outra coisa: parece-me que existe um equívoco generalizado e estrutural na própria concepção do direito que se ensina. Daí é que partem os problemas, e desta maneira o esforço deste ou daquela não chega a remediar a situação globalmente falsa. É preciso chegar à fonte, e não às consequências (...) temos de repensar o ensino jurídico, a partir de sua base: o que é Direito, para que se possa ensiná-lo? Noutras palavras, não é a reforma de currículos e programas que resolveria a questão. As alterações que se limitam aos corolários programáticos ou curriculares deixam intocado o núcleo e pressuposto errôneo.” LYRA FILHO, Roberto. **O Direito que se ensina errado**, 1980, p. 6.

Com efeito, a metodologia dogmática se desviou até perder de vista o fato de que um saber, ainda que relacionado ao poder, por mais que se refira ao *dever ser*, como todo programa, deve incorporar dados do *ser*, sob pena de construir *um saber do dever ser separado de qualquer dado do ser*³⁶⁵, de modo que:

“O resultado foi que toda vez que se invocava um dado da realidade, para refutar outro inventado, objetivava-se que essa invocação era espúria, razão pela qual o saber jurídico-penal se arvorava em juiz da criação e em criador do mundo. (...) A partir deste falso dado, construiu-se uma elaboração precária a serviço da seletividade, em lugar de voltada contra ela para rebaixar seus níveis. Um saber penal que pretende programar o poder dos juizes sem incorporar os dados que lhe permitam dispor de um conhecimento corretor a respeito do concreto exercício deste poder, nem de sua meta ou de seu objetivo político, tende a redundar em um ente sem sentido.”³⁶⁶

Destarte, a criminologia crítica distingue em sua modalidade radical a) os objetivos declarados do discurso jurídico oficial e os b) objetivos reais do discurso jurídico crítico.

O objetivo declarado do Direito Penal nas sociedades capitalistas contemporâneas é a proteção de bens jurídicos³⁶⁷ selecionados por critérios político-criminais fundados na Constituição, sob a ameaça de pena, em *ultima ratio*, a partir de uma natureza subsidiária - que supõe a atuação principal de meios de proteção mais efetivos do instrumental jurídico-político do Estado - e fragmentária - porque não protege todos os

³⁶⁵ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Direito Penal Brasileiro I**, 2003, p. 64. Neste sentido: “A teoria criminológica produzida na América Latina, com exceção dos chamados criminólogos críticos e, especialmente, dos radicais, e alguns penalistas de formação democrática, não ultrapassa o nível do conhecimento vulgar, generalizando lugares comuns e preconceitos populares, limitados ao âmbito da criminalidade individual violenta.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 72.

³⁶⁶ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Direito Penal Brasileiro I**, 2003, p. 64-65.

³⁶⁷ Entendemos que o bem jurídico é ainda um conceito necessário: “O conceito de bem jurídico continua essencial para o Estado Democrático de Direito das formações sociais fundadas na relação capital/trabalho assalariado do capitalismo neoliberal, como critério de criminalização e como objeto de proteção do Direito.” E continua: “Em suma: a tese do bem jurídico como critério de criminalização e como objeto de proteção penal - ainda que a concreta lesão do bem jurídico indique a ineficácia da proteção - explica o Direito Penal como garantia jurídico-política das formações sociais capitalistas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 15-16: Em sentido contrário, a posição de respeitáveis penalistas latino-americanos, dentre os quais se destaca: “Los propios discursos legitimantes que reconocen como función al derecho penal la protección de bienes jurídicos deben admitir que no se trata de los bienes jurídicos de las víctimas, para lo cual se sostienen argumentos complejos, como que la pena tiene efecto represivo respecto del pasado y preventivo respecto del futuro, que no se ocupa de la víctima concreta sino que, mediante la estabilización de la norma, se ocupa de las futuras víctimas potenciales, que en el homicidio no se afectaría la vida de un hombre sino la idea moral de que la vida es valiosa.” ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Derecho Penal**, 2002, p. 54. Para mais, consultar: NIÑO, Luis Fernando. **El bien jurídico como referencia garantista**, 2008, p. 53 e ss.

bens jurídicos e protege apenas parcialmente os bens jurídicos selecionados para proteção penal³⁶⁸.

Os objetivos reais são definidos na perspectiva da luta de classes que determina o desenvolvimento da vida social - pela troca da lógica formal pela lógica dialética³⁶⁹ - a qual permite pensar o crime e o controle social pelo estudo das fontes materiais enraizadas no modo de produção da vida material e revelar o significado político do Direito Penal como instituição da garantia e da reprodução da estrutura de classes sociais, da desigualdade, da exploração e da opressão das classes subalternas nas sociedades capitalistas³⁷⁰.

O compromisso primário da Criminologia radical é a abolição das desigualdades sociais de riqueza e poder³⁷¹ e a afirmação de que o problema do crime depende da superação do modo de produção vigente pela revolução socialista³⁷², razão pela qual, a sua base social são as classes trabalhadoras, subalternas e marginalizadas da sociedade capitalista³⁷³.

³⁶⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 5; CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 128.

³⁶⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 8.

³⁷⁰ “A pena criminal é o mais rigoroso instrumento de reação oficial contra as violações da ordem social, econômica e política institucionalizada, garantindo todos os sistemas e instituições particulares, bem como a existência e continuidade do próprio sistema social, como um todo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 9. No mesmo sentido: “A política de desenvolvimento do capital monopolista e de suas condições de produção e de reprodução, determina as diretrizes gerais da política de controle social, como *sistema de defesa social* do capital monopolista. O sistema de defesa social desse capital existe como controle e repressão social das classes trabalhadoras, cujos métodos e técnicas são radicalizados com a ampliação das contradições sociais, e a frequência das ações lesivas à ‘ordem’, os chamados crimes comuns e políticos. A repressão dos crimes comuns, concentrada na população dominada (especialmente, o lumpenproletariado), e a dos crimes políticos, nas lideranças populares, intelectuais e políticos de oposição, é realizada sob a égide de estatutos criminais terroristas, tão violentos quanto imprecisos, privilegiando os interesses do capital predador sobre os do trabalho produtivo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 69.

³⁷¹ TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. **Criminologia crítica**, 1980, p. 55.

³⁷² “O compromisso é com a transformação da estrutural social e a construção do socialismo, mostrando a insuficiência das reformas penais (...) e afirmando a impossibilidade de resolver o problema do crime no capitalismo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 43.

³⁷³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 43-44.

Destarte, a perspectiva crítica em criminologia demonstra que a proteção penal é seletiva de bens jurídicos das classes e grupos sociais hegemônicos³⁷⁴, apesar de parecer que se tratam de tipos penais que protegem bens jurídicos comuns e gerais³⁷⁵.

Contudo, a tutela desses valores gerais é desigual³⁷⁶: assim pode-se dizer que “se a criminalização primária (ou abstrata) parece neutra, a criminalização secundária (ou concreta) é diferenciada pela posição social dos sujeitos respectivos.”³⁷⁷

³⁷⁴ Nesse sentido: “A função do direito de estruturar e garantir determinar ordem social econômica e social.” TAVARES, Juarez. **Teorias do delito**, 1980, p. 4. E ainda: “Não passa da predisposição de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, ou seja, para a busca da legitimação ou para assegurar o consenso; em sua falta, para a submissão forçada daqueles que não se integram à ideologia dominante.” ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia de la liberación**, 1987, p. 119. A fim de legitimar a pretensa neutralidade da criminalização primária surge o Direito Penal simbólico: “representado pelos crimes contra a ordem tributária, as relações de consumo, o mercado de capitais, o meio ambiente e outras formas de criminalidade das elites econômicas e políticas da formação social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 12. Neste sentido: “A função positiva de *estabilização social* normativa da prevenção geral surge em conjunto com o direito penal *simbólico*, representado pela criminalidade econômica, ecológica etc., em que o Estado não parece interessado em soluções sociais reais, mas em soluções penais *simbólicas*, que protegeriam *complexos funcionais* (a economia, a ecologia etc.) – e não bens jurídicos individuais –, nos quais o homem deixa de ser o centro de gravidade do direito para ser um simples portador de funções jurídico-penais, segundo a tese de BARATTA.” **Política criminal**: realidades e ilusões do discurso penal. Disponível em: www.cirino.com.br.

³⁷⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 11. Anote-se que: “A criminalidade é um ‘bem negativo’, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos.” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 161.

³⁷⁶ Enquanto os titulares de bens jurídicos que são originários das classes dirigentes são protegidos como seres humanos e os grupos sociais integrados aos processos de produção e circulação são tutelados como força de trabalho, os “contingentes de marginalizados do mercado de trabalho, sem função na reprodução do capital, não são protegidos nem como sujeitos, nem como objetos: são destruídos ou eliminados pela violência estrutural das relações de produção, ou pela violência institucional do sistema de controle social, sem consequência penais.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 12.

³⁷⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 12. Neste sentido: “A pesquisa histórica mostra que a aplicação das normas criminais depende da posição de classe do acusado, uma variável independente que minimiza ou cancela princípios de hermenêutica ou de dogmática jurídica, instituindo um autêntico direito penal do autor.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 45. Segundo Jakobs, “o direito penal do cidadão é o Direito de todos, o Direito penal do inimigo é daqueles que o constituem contra o inimigo: frente ao inimigo, é só coação física, até chegar à guerra.” JAKOBS, Günther. **Direito Penal do Inimigo**: noções e críticas, 2007, p. 30. E também, a respeito da neutralização da periculosidade do autor: “A reação do Direito a tal criminalidade (...) não se dirige, primariamente, para a compensação de um dano à validade da norma, mas para a eliminação de um perigo: a punibilidade é antecipada amplamente no âmbito da preparação, e a pena serve para segurança de fatos futuros, não para castigo de [fatos] realizados.” JAKOBS, Günter. **Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht**, 2004, p. 92: “Die Reaktion des Rechts auf solche Kriminalität (...) nicht primär um den Ausgleich eines Normgeltungsschadens geht, sondern um die Beseitigung einer Gefahr: Die Strafbarkeit wird weit in den Bereich der Vorbereitung vorverlagert, und die Strafe gilt der Sicherung vor zukünftigen Taten, nicht der Ahndung vollzogener.” Para mais, consultar também: JAKOBS, **Feindstrafrecht? – Eine Untersuchung zu den Bedingungen von Rechtlichkeit**. In: HRRS – August/September 2006, Caderno 8-9. Para as críticas ao direito penal do autor, em relação à teoria sistêmica da prevenção geral positiva, segundo a proposta de Jakobs, consultar: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O direito penal do inimigo ou o discurso do direito penal desigual**, 2009, p. 1-20. Disponível em: www.cirino.com.br; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**, 2007.

De tal sorte, a ordem social desigual é assegurada pela seletividade do sistema penal: (i) pela definição legal seletiva - de bens jurídicos próprios das relações de propriedade e de poder (lei penal); (ii) a estigmatização judicial seletiva - por intermédio de meta-regras ativadas por indicadores sociais negativos (justiça penal); (iii) a repressão penal seletiva - dos indivíduos sem utilidade no processo de produção de mais-valia (prisão)³⁷⁸.

Por fim, a proposta de abolição do sistema carcerário:

“Diferente de variantes críticas de esquerda - como o neo-realismo, que admite a neutralização e a retribuição justa, ou o idealismo, que repropõe a ressocialização para evitar a retribuição -, o discurso jurídico-penal fundado na Criminologia crítica considera indispensável a reintegração social do condenado, não *através* do cárcere - o que é impossível -, mas *apesar* do cárcere - e a mudança semântica de ressocialização para reintegração social, ao deslocar a atenção do condenado para a relação sujeito/comunidade, não é gratuita: significa reintegrar o condenado em sua classe e nas condições de luta de classes das sociedades contemporâneas.”³⁷⁹

2. A política penal na América Latina: da dominação à libertação

Na América Latina³⁸⁰, e de modo geral, nas sociedades capitalistas contemporâneas, especialmente nos países periféricos³⁸¹, a *política criminal* do Estado exclui políticas públicas e sociais de emprego, salário digno, saúde, educação, moradia, entre outras, como programas oficiais capazes de reduzir ou alterar as condições sociais de pobreza, fome, miséria e desespero da população marginalizada do mercado de trabalho³⁸², as quais constituem condições estruturais do crime e da criminalidade³⁸³.

³⁷⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 699.

³⁷⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 700. E também: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 132.

³⁸⁰ “O Instituto Interamericano de Direitos Humanos realizou uma pesquisa sobre os sistemas penais e direitos humanos na América Latina, cujo informe final, redigido pelo diretor de pesquisa, Zaffaroni, constitui o mais atual e completo documento crítico sobre a realidade de nossos sistemas penais. Seletividade, repressividade e estigmatização são algumas características centrais de sistemas penais como o brasileiro.” BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal**, 2005, p. 26. Ver: IIDH, **Sistemas penales y derechos humanos en América Latina**, 1986.

³⁸¹ “Na periferia do capitalismo, e no Brasil em particular, tudo isso vai se agregar ao genocídio colonizador, às marcas da escravidão, à república nunca consolidada, ao estado previdenciário já *malhado* antes de nascer, aos paradoxos da cidadania.” BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**, 2011, p. 29.

³⁸² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 419.

³⁸³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **As raízes do crime**, 1984, p. 86-96.

Assim, se a *política penal* constitui a única resposta do *programa oficial* do Estado para a questão criminal, cabe-nos investigar a legitimação do direito penal pela **teoria da pena**, estruturada nos discursos de *retribuição* do crime e de *prevenção geral e especial* da criminalidade atribuídas à pena criminal pela ideologia penal oficial³⁸⁴.

O Direito Penal é *técnica de controle social*³⁸⁵, instituído como setor do ordenamento jurídico para definir **crimes**, cominar **penas** e prever **medidas de segurança** aplicáveis aos autores, co-autores e partícipes de fatos puníveis previstos no Código Penal e nas leis penais especiais³⁸⁶.

O Direito Penal tem por objeto condutas humanas descritas em forma positiva de ações ou em forma negativa de omissões de ações mandadas³⁸⁷ de tipos legais de condutas proibidas.

O Código Penal é o centro do programa oficial de política penal do Estado para o controle da criminalidade, por meio de um sistema de medidas repressivas estruturado pelo critério dualista alternativo³⁸⁸.

De outro lado, o sistema de medidas de segurança compreende: a) internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico; b) tratamento ambulatorial (art. 96, I-II, CP)³⁸⁹.

O que se observa é que a pena privativa de liberdade é o centro de gravidade da política penal brasileira³⁹⁰ e que as penas restritivas de direitos representam a assimilação parcial de críticas à prisão, como a violência, a corrupção e a degradação física e moral do ser humano.

³⁸⁴ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**, 2002, p. 191. E também: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 419.

³⁸⁵ BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**, 2007, p. 21.

³⁸⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 4.

³⁸⁷ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 189-211. E também: TAVARES, Juarez. **As controvérsias em torno dos crimes omissivos**, 1996, e ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro II**, 2010, p. 343-375.

³⁸⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 471.

³⁸⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 605-621.

³⁹⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal** (a nova parte geral), 1985, p. 222-223.

2.1. As funções declaradas da pena

2.1.1. A pena como retribuição de culpabilidade.

A pena como retribuição do crime é uma teoria absoluta da pena que representa a imposição de um mal *justo* contra o mal *injusto* do crime³⁹¹, segundo a fórmula “*punitur, quia peccatum est*”, a fim de realizar a justiça ou restabelecer o Direito.

Segundo CIRINO DOS SANTOS³⁹², a sobrevivência histórica da pena retributiva - a mais antiga e popular função atribuída à pena criminal - pode ser atribuída às seguintes explicações:

(a) a *lei de talião*, como base antropológica da psicologia popular, regida pela lógica expressa no “*olho por olho, dente por dente*”, como atitude generalizada dos seres zoológicos e, dentre eles, o *zoon politikum*;

(b) a *tradição religiosa judaico-cristã ocidental*, constituída pela lógica da retribuição da justiça divina, com a *expição* dos pecados;

(c) a *filosofia idealista ocidental*, de matriz essencialmente retributiva: KANT³⁹³ define a justiça como *lei inviolável e imperativo categórico*, em que “*todo que mata deve morrer, para que cada um receba o valor de seu fato e a culpa do sangue não recaia sobre o povo que não puniu seus culpados*”; HEGEL³⁹⁴ define crime (vontade especial) como *negação do direito* e pena como *negação da negação* e, logo, *reafirmação do direito* (vontade geral);

³⁹¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 421.

³⁹² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 421-422.

³⁹³ “A pena judicial nunca pode ser considerada como um meio para promover um bem distinto, nem para o delinqüente nem para a sociedade civil, senão unicamente deve ser imposta pela sua própria infração. [tradução livre]”. E continua: “Mesmo se a comunidade de cidadãos, com a concordância de todos os membros, se dissolvesse, o último assassino encontrado na prisão deveria ser previamente executado, para que cada um receba o valor de seu fato e a culpa do sangue não pese sobre o povo que não insistiu na punição.” KANT, Immanuel. **Die Methaphysik der Sitten**, 1797, p. 331.

³⁹⁴ “A lesão desta vontade que como tal existe, consiste na anulação do delito, que do contrário reagiria, assim como o restabelecimento do Direito. [tradução livre]” e “A pena que se impõe ao delinqüente, não só é justa por si mesma, justa é, simultaneamente, à vontade em si mesma existente, a existência de sua liberdade, seu direito; de modo que a pena se considera contida em seu próprio direito, honrando-se com isto o delinqüente como ser racional. [tradução livre]”. HEGEL, Georg. **Rechtsphilosophie**, 1821, § 99 e § 100.

(d) a *lei penal*, a qual consagra o princípio retributivo no art. 59 do CP, em que o legislador determina ao juiz aplicar a pena “*conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime*”.

Assim, a *teoria da retribuição* não identifica a pena a partir da perspectiva *utilitarista*, pois determina a imposição de um ‘mal merecido’ que se retribui, equilibra e expia a culpabilidade pelo erro do ato praticado, sem quaisquer fins socialmente úteis.

A *crítica da teoria jurídica*³⁹⁵ atinge:

Primeiro, o *método retributivo* de expiar ou compensar um mal, com outro mal, por se constituir em ato de *crença* e *fé*, sem qualquer amparo científico.

Segundo, a missão do direito penal deve ser a *proteção de bens jurídicos*, de sorte que o Estado não é capaz nem está legitimado a realizar a idéia metafísica da justiça em nome de Deus.

Terceiro, a tese da culpabilidade para fundamentar por si só a pena se baseia num dado indemonstrável, qual seja, a *liberdade de vontade* ou *livre arbítrio*, pressuposta no juízo de culpabilidade, segundo a fórmula consagrada como *o poder agir de outro modo* de WELZEL³⁹⁶.

2.1.2. A pena como prevenção especial.

A função de prevenção especial, dominante no Direito Penal dos séculos XIX e XX, remonta às lições de Platão: “quem pensa em castigar de modo razoável, não o faz pelo injusto já cometido, senão com a vontade futura de que nem o autor mesmo volte a cometer o delito, nem tampouco os demais que vêem como aquele é castigado.”³⁹⁷ Ou ainda: “*nemo prudens punit, quia peccatum est, sed ne peccetur*”³⁹⁸.

A realização da **prevenção especial** é definida pela atribuição legal dos sujeitos da *aplicação penal*, pelo juiz na dosimetria da pena, por meio da sentença criminal, individualizada segundo o método trifásico (circunstâncias judiciais, legais e especiais)

³⁹⁵ ROXIN, Claus. *Strafrecht*, 1997, p. 43-44; CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal*, 2010, p. 423.

³⁹⁶ WELZEL, Hans. *Das Deutsche Strafrecht*, 1969, p. 138.

³⁹⁷ PLATÃO, *Protagoras*, p. 76. Ver ROXIN, Claus. *Strafrecht*, 1997, p. 51-52.

³⁹⁸ “Ningún hombre sensato castiga porque se ha pecado, sino para que no se peque...”. SENECA, *De ira*, liber I, XIX-7, em referência a PLATÃO, *Leis*, 934 a. Ver ROXIN, Claus. *Strafrecht*, 1997, p. 56 e ss.

conforme “*necessário e suficiente para a reprovação e **prevenção** do crime*” (art. 59, CP) e de *execução penal*, em que a definição da sentença criminal é executada pelos agentes penitenciários do Estado com o auxílio dos técnicos – os *ortopedistas da moral*³⁹⁹.

A *prevenção especial*, assim denominada de *teoria relativa* por se referir à prevenção de delitos, apresenta-se em duas dimensões:

2.1.2.1. A prevenção especial negativa

A função de **prevenção especial negativa** é a *neutralização* do criminoso, a partir da privação de liberdade do condenado.

A crítica da teoria jurídica à prevenção especial negativa demonstra a pena como *incapacitação seletiva* de indivíduos considerados perigosos cujo efeito prático representa impedir a prática de crimes contra a coletividade social durante a execução da pena, isto é, *fora dos limites da prisão*⁴⁰⁰, sob a ilusão de produzir segurança social e, deste modo, constitui uma das funções *declaradas* ou *manifestas* cumpridas pela pena criminal.

2.1.2.2. A prevenção especial positiva

A função de **prevenção especial positiva** consiste no programa de *ressocialização* ou *reeducação* do condenado a serem realizados com o suporte de assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e outros funcionários da *ortopedia da moral* do estabelecimento penitenciário, com a finalidade de promover a *harmônica integração social do condenado* (art. 1º, LEP).

A crítica da teoria jurídica à prevenção especial positiva argumenta que a pena criminal deve preservar todos os direitos não atingidos pela privação de liberdade, de forma a determinar, portanto, a autonomia do preso para decidir voluntariamente sobre a

³⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, 1977, p. 15.

⁴⁰⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 425.

adesão aos programas de auto-ajuda ao encarcerado, haja vista que com que direito deve deixar-se educar e tratar os cidadãos adultos pelo Estado⁴⁰¹?

Logo, em suas modalidades negativa e positiva, a prevenção especial visa atuar de três formas: a) assegurar a comunidade diante dos delinquentes, pela neutralização destes; b) intimidando o autor, por meio da pena, para que não comete futuros delitos; e c) preservando-o da reincidência por meio da sua correção.

Dentre as críticas situa-se:

Primeiro, a possibilidade de substituição da prisão, a qual compartilha as características das *instituições totais*⁴⁰², por medidas de segurança terapêuticas e a ausência de sentido com relação à reprovabilidade do delito em si.

Segundo, a própria teoria jurídica refuta a possibilidade de praticar alguma ação eficaz – a chamada *ressocialização* – nos ambientes das prisões que apresentam:

“los riesgos de homicidio y suicidio más de diez veces superiores que en la vida libre, en una violenta realidad de motines, violaciones, corrupción, carencias médicas, alimentarias e higienicas y difusión de infecciones, algunas mortales, con más de cincuenta por ciento de presos preventivos”⁴⁰³.

2.1.3. A pena como prevenção geral.

A função da pena como *prevenção geral* tem por objetivo *evitar* igualmente a prática de crimes futuros sob uma forma negativa antiga e uma forma positiva pós-moderna, quais sejam:

⁴⁰¹ Para HEGEL, com o acordo de KANT, a educação forçosa em qualquer caso constitui intervenção no núcleo da personalidade do indivíduo, a configurar violação da dignidade humana, típica dos meios de intimidação pela coação psicológica: “Com a fundamentação da pena desta maneira, é como quando se levanta um pedaço de madeira contra um cão, e ao homem não se concede o tratamento adequado segundo a sua honra e liberdade, senão como se fosse um cachorro”. [tradução livre] In: HEGEL, Georg. **Rechtsphilosophie**, 1821, § 99.

⁴⁰² “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (...) seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos”. GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos**, 2001, p. 11 e ss.

⁴⁰³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Derecho Penal**, 2002, p. 63.

2.1.3.1. A prevenção geral negativa

A **prevenção geral negativa** foi determinada pela primeira vez por FEUERBACH, sob a perspectiva tradicional da *intimidação penal*, a partir da *teoria da coação psicológica*⁴⁰⁴, de sorte a delinear o ápice da construção iluminista, com a ameaça de pena e a punição exemplar, isto é, “o Estado espera que a ameaça da pena desestimele pessoas de praticarem delitos.”⁴⁰⁵.

Nesta modalidade, a pena é aplicada não apenas especialmente sobre o condenado, senão também, e sobretudo, *de forma geral dirigida à comunidade*, a qual constitui uma teoria da imposição e de execução da pena, necessariamente dependente da eficácia de sua ameaça.

A crítica da teoria jurídica aponta a ineficácia inibidora de comportamentos anti-sociais com a ameaça de pena, como indica a história das formas e das práticas punitivas cruéis, tais como, por exemplo, *as penas corporais medievais*⁴⁰⁶ e *a privação de liberdade como pena no moderno Estado de Direito*⁴⁰⁷.

Ainda, a velha teoria já enunciada por BECCARIA⁴⁰⁸, assegura-nos, com a pretensão da sabedoria clássica, o argumento de que não seria a *gravidade*, a *infâmia* ou o *rigor* da pena, mas a *certeza*, *grau de risco* ou *probabilidade* da punição que desestimularia, em tese, o autor de praticar crimes.

E por fim, destacam-se algumas deficiências teóricas e práticas intransponíveis, quais sejam:

⁴⁰⁴ “Todas as infrações têm como fundamento psicológico de sua origem na sensualidade, até o ponto em que a faculdade do desejo do homem é incitada pelo prazer da ação de cometer o delito. Este impulso sensitivo pode ser suprimido ao saber, cada um que, com toda certeza, o delito cometido será seguido de um mal inevitável, que será maior do que o desagrado que surge do impulso não satisfeito pela comissão ou prática do delito.” [tradução livre]. FEUERBACH, Paul J Anselm R von. **Lehrbuch des gemeinen in Deutschland geltenden peinlichen Rechts**, 1966, p. 38.

⁴⁰⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 467.

⁴⁰⁶ Consultar FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, 1977.

⁴⁰⁷ Consultar ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**, 1993. No mesmo sentido: “Assim como, segundo Tocqueville, as repúblicas burguesas, ao contrário das monarquias, não violentam o corpo, mas vão directo à alma, assim também os castigos dessa espécie atacam a alma. Seus supliciados não morrem mais amarrados à roda após longos dias e noites, mas apodrecem espiritualmente, como um exemplo invisível e silencioso, dentro dos enormes prédios das prisões, que só o nome, na prática, separa dos manicômios.” HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**, 2006, p. 124.

⁴⁰⁸ Consultar BECCARIA, Cesare. **Dei delitti e delle pene**, 2000.

Primeiro, a ausência de *critério limitador* para a duração das penas, a qual faz pairar o perigo de converter-se em *terrorismo estatal*⁴⁰⁹.

Segundo, a imposição de pena com fins preventivos atenta contra a *dignidade humana*⁴¹⁰.

No mesmo sentido, conforme as lições de CIRINO DOS SANTOS, ao identificar o *terror estatal* com o exemplo da frustrada *lei de crimes hediondos*, demonstra a violação à *dignidade humana*:

“porque acusados reais são punidos de forma exemplar para influenciar a conduta de acusados potenciais, ou seja, aumenta-se injustamente o sofrimento de acusados reais para desestimular o comportamento criminoso de acusados potenciais”⁴¹¹.

E ainda, ZAFFARONI aduz que:

“(…) la lógica de disuasión intimidatoria propone una clara utilización de la persona como medio o instrumento empleado por el Estado para sus fines propios y la persona humana desaparece, reducida a un medio al servicio de los fines estatales.”⁴¹²

2.1.3.2. A prevenção geral positiva

A função de **prevenção geral positiva**, definida como *integração/prevenção*, deriva de *construção pós-moderna* que se divide em duas correntes principais na literatura penal contemporânea.

Para ROXIN⁴¹³, a função de prevenção geral positiva assume um caráter *relativo* de conservação e reforço da confiança na firmeza e poder de execução do ordenamento jurídico, isto é, a *inviolabilidade do direito*, necessária para preservar a *confiança na ordem jurídica* e reforçar a *fidelidade jurídica* do povo a fim de realizar a *pacificação social*, como função *declarada* ou *manifesta* da pena criminal, cuja legitimação reside na **proteção de bens jurídicos** de forma *subsidiária* e *fragmentária*.

⁴⁰⁹ ROXIN, Claus. **Strafrecht**, 1997, p. 52-53.

⁴¹⁰ ROXIN, Claus. **Strafrecht**, 1997, p. 52-53.

⁴¹¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 427.

⁴¹² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Derecho Penal**, 2002, p. 63.

⁴¹³ ROXIN, Claus. **Strafrecht**, 1997, p. 50-51.

De outro lado, JAKOBS⁴¹⁴ assume posição que *absolutiza* a função de prevenção geral positiva - a partir de fundamentos expressos pela filosofia de KANT e HEGEL – para afirmar que, de forma *totalizadora* e *sistêmica*, a concentração das funções *declaradas* ou *manifestas* da pena criminal, com a função de *afirmar a validade da norma penal* violada, é necessária para *reafirmar as expectativas normativas* frustradas pela violação do novo *bem jurídico-penal* a ser objeto de proteção - *a norma penal* - a fim de resguardar a *confiança na norma*, a *fidelidade jurídica* e *reconhecimento à pena* e a aceitação das *normais sociais* - como *membro social* e como *infrator* - que remetem aos postulados contratualistas dos séculos XVII e XVIII.

2.1.4. As teorias unificadas: a pena como retribuição e prevenção.

Segundo CIRINO DOS SANTOS,

“as modernas teorias unificadas da pena criminal representam uma combinação de teorias isoladas, realizada com o objetivo de superar as deficiências individuais de cada teoria, mediante fusão das funções declaradas ou manifestas de retribuição, prevenção geral e prevenção especial da pena criminal.”⁴¹⁵

Assim, o legislador brasileiro adotou a teoria unificada das funções *declaradas* ou *manifestas* das penas criminais, no art. 59, do Código Penal, para determinar ao juiz a fixação da pena “conforme seja *necessário* e *suficiente* para **reprovação** e **prevenção** do crime”.

Ainda, cabe salientar que a *tríplice* função da pena, conforme as *teorias unificadas* corresponderiam aos três níveis de realização do Direito Penal⁴¹⁶: (i) a função de **prevenção geral negativa** corresponde à *cominação* da ameaça penal com a instituição do *tipo legal*; (ii) as funções de **retribuição** e de **prevenção geral positiva** correspondem à *aplicação judicial* da pena; (iii) a função de **prevenção especial positiva e negativa** corresponde à *execução penal*.

⁴¹⁴ “La pena debe garantizar la seguridad de las expectativas en los contatos sociales, posibilitando la existencia de la propia sociedad (...) pero si en el fondo está fuera de duda que el Derecho penal debe servir para el mantenimiento del orden social”. JAKOBS, Günther. **Derecho Penal**, 1997, p. 20 e 26-29.

⁴¹⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 428.

⁴¹⁶ “A crítica pode ser sintetizada em dois argumentos: primeiro, o feixe de funções conflitantes das teorias unificadas não permite superar as debilidades específicas de cada função declarada da pena criminal - ao contrário, as teorias unificadas significam a soma dos defeitos das teorias particulares; segundo, não existe nenhum fundamento filosófico ou científico capaz de unificar concepções penais fundadas em teorias contraditórias, com finalidades práticas reciprocamente excludentes.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 429-430.

2.2. A teoria criminológica da pena: as funções reais da pena.

O discurso crítico da teoria criminológica da pena é produzido por duas correntes principais na literatura contemporânea, com *propósitos comuns e métodos diferentes*, a saber, a teoria *agnóstica/negativa* e a teoria *materialista-dialética*.

2.2.1. A crítica agnóstica-negativa da pena.

a) Os modelos ideais de Estado de Direito e Estado de Polícia

Para a concepção *agnóstica/negativa*, cujos principais representantes são Eugênio Raúl ZAFFARONI⁴¹⁷, Nilo BATISTA, Alejandro ALAGIA e Alejandro SLOKAR, o poder estatal concede às instituições *funções manifestas*, porém, em geral, essa função manifesta não coincide por completo com o que a instituição realiza na sociedade⁴¹⁸.

A não-correspondência entre as *funções manifestas* e as *funções latentes* deve ser, portanto, objeto de crítica institucional, como único modo capaz de controlar a racionalidade do poder, sob pena de controle a partir da pura racionalidade do discurso⁴¹⁹.

Segundo ZAFFARONI,

“Não é possível precisar o conceito de pena sem examinar bem mais de perto a função política do direito penal, o que não é factível sem aprofundar a idéia de estado de polícia e de estado de direito.”⁴²⁰

Para o modelo de **Estado de Polícia**, a submissão à lei é sinônimo de *obediência ao governo*, sob o pressuposto de que a consciência do ‘bom’ pertence à classe dominante, numa concepção de *justiça substancialista*.

Tal modelo é *paternalista*, na medida em que considera que deve castigar e ensinar a seus súditos e tutelá-los, aplica um *direito transpersonalista*, isto é, meta-

⁴¹⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 87 e ss.

⁴¹⁸ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 88.

⁴¹⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 88.

⁴²⁰ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 93.

humano, em favor de divindade, classe, estado, mercado etc., numa perspectiva *autoritária e vertical*.

Para o modelo de **Estado de Direito**, a submissão significa acatamento a regras anteriormente estabelecidas, sob o pressuposto de que a consciência do ‘bom’ pertence a todo ser humano por igual, numa concepção de *justiça procedimentalista*.

Assim, com a aplicação de um *direito personalista*, com vistas às pessoas concretas, portanto, sob o dever de respeitar todos os seres humanos, de modo a articular os conflitos numa perspectiva *fraternalista e horizontal*.

De fato, tais modelos são ideais. Isto é, são ‘caricaturas’ que constituem *tipos ideais* de Estado, os quais não existem no mundo real como *tipos puros*.

Para ZAFFARONI *et al*,

“Em qualquer tipo de poder político institucionalizado em forma de estado, o estado de direito e o estado de polícia coexistem e lutam, como ingredientes que se combinam através de medidas diversas e de modo instável e dinâmico.”⁴²¹

Destarte, no *modelo policialesco*, o poder vertical buscará suprimir os conflitos por meio de disciplinas hierárquicas entre os seres humanos, a serem diferenciados a partir de critérios discriminatórios de classe, gênero, etnia, opção sexual, etc.

Por sua vez, no *modelo democrático*, o poder horizontal articulará os conflitos de modo a manter a paz social, com o intuito de dar uma solução que satisfaça às partes, a serem consideradas com igual dignidade e respeito.

Por fim, manifesta-se que o exercício do poder punitivo com a seleção das *vítimas* do *processo de criminalização* a partir do critério de **vulnerabilidade**, ao adotar um eixo *vertical e autoritário*, numa concepção de sociedade corporativa e disciplinar, se traduz e se identifica como ‘um capítulo do modelo de estado de polícia que sobrevive dentro do estado de direito’⁴²².

b) As funções declaradas

A respeito das denominadas *teorias positivas da pena*, as quais atribuem à pena determinada *função manifesta*, convém observar que:

Primeiro, constituem discursos legitimantes do *estado de polícia*.

⁴²¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 95.

⁴²² ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 96.

Segundo, não se sustentam do ponto de vista da *ciência social*, na medida em que não se comprovam *empiricamente*, isto é, em geral, derivam de generalizações arbitrárias de casos particulares, que não explicam ou descrevem a realidade concreta da totalidade dos casos ou, pelo menos, de um número significativos deles.

Terceiro, servem de véu que *oculta e encobre* a modo real de exercício do poder punitivo e com isso o legitima.

Quarto, só de forma *ocasional* ou *isoladamente* o poder punitivo cumpre qualquer uma das *funções manifestas* a ele atribuídas.

c) As funções latentes

Com a finalidade de construir um horizonte de delimitação do poder punitivo e do conceito de pena, que surja do fracasso de todas as teorias positivas, porém, sem apelar para suas funções manifestas, projeta-se a teoria *agnóstica* ou *negativa* da pena.

A *teoria negativa* ou *agnóstica da pena* considera que tal questão de procurar o conceito de pena delimitador do universo do direito penal por um caminho diverso de suas funções não pode ser obtida de forma viável por meio de suas *funções latentes*, sob o argumento de que tais funções são múltiplas e não cognoscíveis em sua totalidade⁴²³.

Segundo ZAFFARONI,

“Pretender isolar as funções reais da pena do poder punitivo é uma formalização jurídica artificial: o maior poder do sistema penal não reside na pena, mas sim no poder de vigiar, observar, controlar movimentos e ideias, obter dados da vida privada e pública, processá-los, arquivá-los, impor penas e privar de liberdade sem controle jurídico, controlar e suprimir dissidências, neutralizar as coalizões entre desfavorecidos etc.”⁴²⁴

Para a *teoria agnóstica/negativa*,

“a pena é uma coerção, que impõe uma privação de direitos ou uma dor, mas não repara nem restitui, nem tampouco detém as lesões em curso ou neutraliza perigos iminentes.”⁴²⁵

Assim, trata-se de um conceito de pena que é ***negativo***⁴²⁶ por duas razões: (i) porque não concede qualquer função positiva à pena; (ii) porque é obtido por exclusão.

⁴²³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 98.

⁴²⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 98.

⁴²⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 99.

⁴²⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 99.

Por fim, é *agnóstico*⁴²⁷ quando à sua *função*, pois confessa não conhecê-la.

2.2.2. A crítica materialista-dialética da pena.

a) *A pena como retribuição equivalente.*

Segundo CIRINO DOS SANTOS,

“A categoria geral explicativa do Direito, capaz de explicar as relações entre aparência e realidade de suas funções, é o conceito de modo de produção da vida material: a proteção da igualdade na esfera de circulação esconde a dominação política e a exploração econômica de classe na esfera de produção. O Direito, como relação social objetiva, realiza funções ideológicas aparentes de proteção da igualdade e da liberdade e funções reais ocultas de instituição e reprodução das relações sociais de produção: a desigualdade das relações de classes (exploração) e a coação das relações econômicas (dominação) é o conteúdo instituído e reproduzido pela forma livre e igual do Direito.”⁴²⁸

Assim, nas *formações sociais capitalistas*, estruturadas em *classes sociais* antagônicas diferenciadas pela posição nas relações de *produção* e de *circulação* da vida material, sob a relação fundamental como *proprietários do capital* ou como *possuidores de força de trabalho*, o conceito de **modo de produção** – formado pela articulação de *forças produtivas* em determinadas *relações de produção* - demonstra o condicionamento de todos os fenômenos sociais da base econômica e das superestruturas jurídico-políticas do Estado, na perspectiva da *luta de classes*⁴²⁹.

A partir das lições de PASHUKANIS⁴³⁰, com fundamento no método materialista-dialético como fio condutor aplicado à produção do conhecimento em Direito, se utiliza do princípio metodológico desenvolvido por Karl Marx na Economia Política: ‘o que vai do

⁴²⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 99.

⁴²⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia radical**, 2006, p. 129.

⁴²⁹ Cf. MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da Economia Política**, 1973.

⁴³⁰ **Evgeny Bronislanovich Pashukanis** (1891-1937), jurista soviético e membro do Partido Bolchevique, é considerado hoje um dos maiores teóricos marxistas do direito, notadamente pela obra “*Teoria geral do direito e o marxismo*”. Foi Vice-Comissário do Povo para a Justiça da URSS, Diretor do Instituto Jurídico de Moscou e Vice-Presidente da Academia Comunista. Entre outras obras, escreveu: *Um exame da literatura sobre a teoria geral do direito e do Estado*, de 1925; *A teoria marxista do direito e a construção do socialismo*, de 1927; *O aparato de Estado soviético na luta contra o burocratismo*, de 1929; *Estado e regulação jurídica*, de 1929; além de elaborar em conjunto com Nicolai Krylenko o projeto de *novo Código Penal da União Soviética*. Em 1937, sofreu a perseguição política e ideológica da ditadura stalinista, especialmente pelo Procurador Geral do regime, Andrei Vyshinski. Em 20 de janeiro de 1937 foi preso. Em 4 de setembro de 1937 foi declarado como ‘inimigo do povo’ e morto por fuzilamento. *In memoriam*, aos 8 de agosto de 1956 foi decretada a sua reabilitação, oportunidade em que todas as acusações dirigidas contra o jurista foram reconhecidas como falsas. Cf. PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989.

abstrato ao concreto, e o que vai do simples ao complexo.⁴³¹

Destarte, tal qual Karl Marx no estudo científico dos conceitos de *mercadoria*, *valor* e *preço* na Economia Política⁴³², Pashukanis introduz a análise materialista a partir das categorias básicas do Direito, a saber, *sujeito de direito*, *pessoa*, *contrato*, etc.

Nas palavras de PASHUKANIS,

“o direito, considerado como forma, não existe somente no pensamento e nas teorias dos juristas eruditos; ele tem uma história real, paralela, que tem seu desenvolvimento, não como um sistema conceitual, mas como um particular sistema de relações.”⁴³³

Ao romper com o idealismo jurídico⁴³⁴, especialmente dos filósofos da escola *neokantiana* que situam as categorias jurídicas fundamentais como uma realidade situada acima da experiência e que torna possível a própria experiência⁴³⁵, Pashukanis apresenta a *forma jurídica* como um

⁴³¹ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**, 2008, p. 41.

⁴³² “O que Marx diz das categorias econômicas é, também, totalmente aplicável às categorias jurídicas. Em sua universalidade aparente elas exprimem um aspecto determinado da existência de um sujeito histórico determinado: a produção mercantil da sociedade burguesa”. In: PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 37-38. E ainda: “Neste sentido, podemos dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido ou, pelo contrário, relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que existam já historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido que encontra a sua expressão numa categoria mais concreta. Nesta medida, a evolução do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao mais complexo, corresponderia ao processo histórico real”. MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, 1977, p. 220.

⁴³³ PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 7-8.

⁴³⁴ “In its most general formulation, the problem economics and law, or, more broadly, economics and socialregulatory influences-represents and represented an arena for the struggle for the materialist understanding of history. It is along these lines that Marxism must defend its position from attack from all possible varieties of philosophical idealism”. PASHUKANIS, Evgeny. **Economics and Social Regulation**, 1980, I, p. 239. [Tradução livre: ‘Na sua formulação mais geral, o problema da economia e do direito, ou, mais amplamente, da influência da economia e da regulação social representa e representou uma arena para a luta pela compreensão materialista da história. É nesse sentido que o marxismo deve defender a sua posição contra o ataque de todas as variedades de idealismo filosófico’].

⁴³⁵ PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 11-12. E ainda: “While Marxism strives to give a concrete historical meaning to law, the characteristic feature of bourgeois philosophers of law is, on the contrary, the conclusion that law in general is outside classes, outside any particular socio-economic formation. Instead of deriving a concept of law from the study of historical facts, bourgeois scholars are occupied with the concoction of theories and definitions from the empty concept or even the word ‘law’”. In: PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, V, p. 286. [Tradução livre: ‘Enquanto o marxismo se esforça para dar um significado histórico concreto da lei, a principal característica dos filósofos burgueses do direito é, ao contrário, a conclusão de que a lei em geral, está fora da luta de classes, nomeadamente fora de qualquer formação sócio-econômica. Em vez de um conceito de direito decorrente do estudo de fatos históricos, os estudiosos burgueses estão ocupados com a elaboração de teorias e definições a partir do conceito vazio ou até mesmo a palavra ‘lei’.’]

‘fato econômico objetivo’⁴³⁶, que não pode se dizer uma ‘idéia’ ou uma ‘forma da consciência’, cujo objetivo é garantir a reprodução das relações sociais de produção na sociedade mercantil a ser operada formalmente através de vários contratos jurídicos privados⁴³⁷.

Assim, Pashukanis não considera a forma jurídica como ‘um simples reflexo de uma pura ideologia’⁴³⁸.

O jurista soviético identifica a *forma jurídica* com a **relação de troca**⁴³⁹, isto é, a forma jurídica é produto derivado da forma mercantil, que traduz a relação econômica em relação jurídica⁴⁴⁰.

Em que pese afirmar de maneira axiomática:

“que as definições do direito não nos ensinam grande coisa acerca do que ele é realmente, e que, inversamente, o especialista nos faz conhecer tanto mais profundamente o direito como forma quanto menos se atém à sua definição.”⁴⁴¹

O jurista bolchevique defende que o *conceito de direito* é considerado exclusivamente do ponto de vista de seu *conteúdo* pelos juristas, de modo que a questão da *forma* é silente⁴⁴².

Como diz Marx, “as mercadorias não podem por si próprias irem ao mercado nem trocar-se entre si.”⁴⁴³

⁴³⁶ “Não se pode atingir este objetivo buscando unicamente o auxílio de formas de consciência, isto é, através de momentos puramente subjetivos: é necessário, então, recorrer a critérios precisos, a leis e a rigorosas interpretações de leis, a uma casuística, a tribunais e à execução coativa das decisões judiciais”. PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e o marxismo**, 1989, p. 8.

⁴³⁷ “É por este motivo que não podemos nos restringir, na análise da forma jurídica, à ‘pura ideologia’, desconsiderando mecanismo objetivamente existente”. PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 9.

⁴³⁸ “A teoria marxista (...) considera historicamente toda forma social. Ela, portanto, se propõe por tarefa explicar as condições materiais, historicamente determinadas, que tenham feito desta ou daquela categoria uma realidade.” PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 83.

⁴³⁹ “A forma jurídica, expressa por abstrações lógicas, é um produto da forma jurídica real ou concreta, um produto da mediação real das relações de produção (...) a gênese da forma jurídica se encontra na relação de troca”. PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 8 E ainda: “A forma jurídica é o ‘reflexo inevitável’ da relação dos proprietários de mercadorias entre si”. NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**, 2008, p. 53.

⁴⁴⁰ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**, 2008, p. 54.

⁴⁴¹ PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 19-20.

⁴⁴² PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 18.

⁴⁴³ MARX, Karl. **O Capital**, I, 1988, p. 79 e ss. E ainda: “Para colocar estas coisas em relação umas com as outras, a título de mercadoria, os seus guardiães devem, eles próprios, se colocarem em relação entre si a título de pessoas cuja vontade habita nestas mesmas coisas, de tal forma que a vontade de um é também a vontade do outro e que cada um se apropria da mercadoria estranha, abandonando a sua, através de um ato voluntário comum. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados”. MARX, Karl. **O Capital**, I, 1988, p. 95.

Logo, para mediar o vínculo entre dois agentes econômicos que se põe em contato no mercado, a *forma jurídica* estabelece a celebração do contrato entre os sujeitos proprietários de direito, a partir da instituição da *igualdade jurídica*⁴⁴⁴ em contrapartida lógica e necessária da *desigualdade econômica*, a fim de permitir e estimular a circulação de mercadorias.

Neste contexto, define-se em Pashukanis a relação entre **forma jurídica** e **forma de mercadoria** como uma *sobredeterminação*⁴⁴⁵, em que “a forma jurídica (...) é um produto da mediação real das relações de produção.”⁴⁴⁶

Em outras palavras, Pashukanis conclui que as formas superestruturais – a exemplo da forma jurídica – são incompreensíveis se excluídas do contexto das relações sociais a que devem a sua própria existência⁴⁴⁷, afinal:

“a relação jurídica é uma dimensão das relações de produção porque a influência ativa da organização de classe em classe dirigente transforma a relação de fato em uma relação legal, atribui-lhe uma nova qualidade, e deste modo a inclui na construção da superestrutura legal.”⁴⁴⁸

O jurista soviético afirma que os juristas burgueses definem o direito como um *conjunto de normas impostas pelo poder coercitivo do Estado*: uma definição que é característica do positivismo jurídico⁴⁴⁹.

Em contrapartida, Pashukanis define o direito como:

“a forma de regulação e consolidação das relações de produção e também de outras relações sociais da sociedade dividida em classes.”⁴⁵⁰

⁴⁴⁴ “O direito só pode consistir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; (...) no fundo é, portanto, como todo direito, o direito da desigualdade.” MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*, 1975, p. 214.

⁴⁴⁵ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**, 2008, p. 72.

⁴⁴⁶ PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**, 1989, p. 8.

⁴⁴⁷ “*The social is the ‘alter ego’ of the economic*”. PASHUKANIS, Evgeny. **Economics and Social Regulation**, 1980, p. 241. [Tradução livre: “O social é o *alter ego* da economia”]. E ainda: “*(...) in every antagonistic society, class relationships find continuation and concretization in the sphere of political struggle, the state structure and the legal order ... productive forces [are] decisive in the final analysis*”. PASHUKANIS, Evgeny. **Economics and Social Regulation**, 1980, p. 244. [Tradução livre: “Em todas as sociedades marcadas pelas relações antagônicas de classes estas encontram continuidade e concretização na esfera da luta política, da estrutura estatal e na ordem legal... as forças produtivas são decisivas, em última análise”].

⁴⁴⁸ [Tradução livre]. Texto original: “*(...) legal relationship is a form of production relationship because the active influence of the class organization of the ruling class transforms the factual relationship into a legal one, gives it a new quality, and thus includes it in the construction of the legal superstructure*”. PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 297.

⁴⁴⁹ PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 288.

⁴⁵⁰ [Tradução livre.] Texto original “*(...) the form of regulation and consolidation of production relationships and also of other social relationships of class society*”. PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 297.

Porém, em que pese reconhecer que a lei depende do *aparato de poder do Estado*⁴⁵¹ e que a lei reflete os *interesses da classe dominante*⁴⁵², aduz que tal definição é, no entanto, incompleta.

Conforme o Vice-Comissário do Povo para a Justiça da URSS:

“Em contrariedade a todas as teorias normativas – que são limitadas à visão externa e formal do direito (normas, estatutos, decisões judiciais etc.) – a teoria marxista-leninista considera o direito como uma unidade de forma e conteúdo. A superestrutura jurídica compreende não apenas o conjunto de normas e ações das agências, mas a unidade de sua dimensão formal e seu conteúdo, ou seja, das relações sociais que a lei reflete e ao mesmo tempo as sanções, que formaliza e modifica. O caráter de formalização não depende da ‘vontade do legislador’; isto se define pela economia, mas por outro lado, a superestrutura jurídica, uma vez tendo surgido, exerce um efeito reflexivo sobre a economia.”⁴⁵³

Deste modo, MARX demonstra que:

“imperava o mesmo princípio que no intercâmbio de mercadorias equivalentes: troca-se uma quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma diferente (...).”⁴⁵⁴

Assim, a função real da pena como *retribuição equivalente*⁴⁵⁵ constitui fenômeno sócio-estrutural que corresponde aos fundamentos materiais e ideológicos das sociedades capitalistas contemporâneas, conforme as lições de RUSCHE e KIRCHHEIMER:

⁴⁵¹ “(...) *law depends on the apparatus of state power of the ruling class*”. PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 287. [Tradução livre: ‘o direito depende do aparato de poder do Estado da classe dominante’].

⁴⁵² “*First is the class nature of law: every law is the law of the ruling class*”. PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 287. [Tradução livre: ‘Primeiro, a natureza de classe do direito: todo direito é o direito da classe dominante’].

⁴⁵³ “*In contradistinction to all normative theories which are limited to the external and formal side of law (norms, statutes, judicial positions etc.) MarxistLeninist theory considers a law as a unity of form and content. The legal superstructure comprises not only the totality of norms and actions of agencies, but the unity of this formal side and its content, i.e. of the social relationships which law reflects and at the same time sanctions, formalizes and modifies. The character of formalization does not depend on the "free will of the legislator"; it is defined by economics, but on the other hand the legal superstructure, once having arisen, exerts a reflexive effect upon the economy*”. PASHUKANIS, Evgeny. **The Marxist Theory of State and Law**, 1980, p. 287.

⁴⁵⁴ MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**, 1975, p. 214.

⁴⁵⁵ “A função de retribuição equivalente do crime - fundada no valor de troca medido pelo tempo (a) de trabalho social necessário na economia, e (b) de liberdade pessoal suprimida no Direito - legitima a pena segundo a lógica do capital, produtora de um Direito Penal desigual, como programa de criminalização seletiva de marginalizados sociais do mercado de trabalho, orientado por indicadores sociais negativos (pobreza, desemprego etc.) que ativam estereótipos, preconceitos, idiosincrasias pessoais e todo o sistema ideológico dos agentes de controle social, excluindo ou reduzindo a função de critério de racionalidade atribuída à dogmática penal.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 452-453.

“todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações produtivas.”⁴⁵⁶

E nesse sentido, MELOSSI e PAVARINI demonstram a relação *cárcere/fábrica* como matriz histórica do capitalismo, para explicar a relação de dependência entre a disciplina do sistema de justiça criminal e a ideologia das relações de trabalho na fábrica, a fim de manter e reproduzir as trocas equivalentes de mercadorias, e deste modo, ampliar e acumular o capital⁴⁵⁷.

Logo, o princípio da *retribuição equivalente* é demonstrável como *valor de troca* do crime nas sociedades capitalistas, vinculado ao *critério geral do valor da mercadoria*, o qual é determinado pela *quantidade de trabalho social necessário para sua produção*.

Assim, tal qual há *retribuição equivalente do trabalho pelo salário* na produção social de bens da vida social – excluída a *mais-valia* –, da *mercadoria* pelo *preço* na distribuição dos bens – excluído o *lucro* – as formas jurídicas se apropriam da *retribuição equivalente* sob a forma do *contrato*, da *indenização* etc.⁴⁵⁸, e da *pena proporcional à culpabilidade*, de sorte que o *quantum* de tempo determina o *valor do trabalho na Economia* e a *privação da liberdade no Direito penal*.

Conforme as lições do Vice-Comissário do Povo para a Justiça,

“Para que a idéia da possibilidade de reparar o delito através de um *quantum* de liberdade tenha podido nascer foi preciso que todas as formas concretas da riqueza social tivessem

⁴⁵⁶ “O sistema social existente [capitalista], com suas necessidades de racionalização, não apenas restringe a extensão de uma política penal repressiva, quanto também estabelece limites estreitos para a reforma do programa. O sistema penal de uma dada sociedade não é um fenômeno isolado sujeito apenas às leis especiais. É parte integrante de todo o sistema social, e compartilha suas aspirações e seus defeitos.” RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**, 1999, p. 5.

⁴⁵⁷ “O cárcere em sua dimensão de instrumento coercitivo - tem um objetivo muito preciso: a reafirmação da ordem social burguesa deve educar o criminoso (não-proprietário) a ser proletário socialmente não perigoso, isto é, ser não-proprietário sem ameaçar a propriedade”. MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**, 2002, p. 216. E assim: “uma economia política do corpo para produzir corpos dóceis e úteis como disciplina da força de trabalho”. FOUCAULT, *Vigiar e Punir*, 1977, p. 26-32, 125-132. E por fim: “A relação cárcere/fábrica evoluiu para a simbiose fábrica/cárcere, que fundiu essas instituições em uma unidade arquitetônica punitiva/produtiva, com a fábrica construída como cárcere, ou o cárcere erigido em forma de fábrica, a realização definitiva do ideal de exploração do trabalho pelo capital, na perspectiva da intuição de Pavarini: os detidos devem ser trabalhadores; os trabalhadores devem ser detidos.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Prefácio à edição brasileira*, In: MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**, 2002, p. 9.

⁴⁵⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 439.

sido reduzidas a mais abstrata e mais simples das formas, ao trabalho humano medido pelo tempo.”⁴⁵⁹

Diante disto, a *pena como retribuição equivalente* - que nada se aproxima da idéia de expiação e compensação da lógica de retribuição de culpabilidade - constitui o *valor de troca* que realiza o *princípio da igualdade do Direito*, posto que se trata do momento jurídico da *igualdade formal*, em que há a ocultação ideológica das condições reais de existência a que são submetidos os seres humanos de *carne e osso*.

Outrossim, o *valor de uso* da pena criminal consiste nas funções de prevenção especial e de prevenção geral, “no sentido de funções utilitárias manifestas ou declaradas atribuídas pela ideologia penal ao valor de troca da pena criminal, medido pelo tempo de liberdade suprimida ao condenado.”⁴⁶⁰

Por conseguinte, a pena como *retribuição equivalente* do crime representa a *forma de punição específica e característica* da sociedade capitalista⁴⁶¹.

b) A prevenção especial como garantia das relações sociais desiguais

De acordo com as teorizações de CIRINO DOS SANTOS⁴⁶², a função de prevenção geral negativa de *neutralização* do condenado com a privação da liberdade, isto é, a *incapacitação seletiva* dos indivíduos considerados perigosos, apresenta sérias contradições as quais são denunciadas pela moderna teoria criminológica crítica, nos seguintes fundamentos:

- (i) a prisão produz maior reincidência;

⁴⁵⁹ “A pena proporcionada à culpabilidade representa fundamentalmente a mesma forma que a reparação proporcionada ao dano. (...) Esta forma está inconscientemente, mas profundamente, ligada à representação do homem abstrato e do trabalho humano abstrato mensurável pelo tempo.” PASHUKANIS, Evgeny, **A teoria geral do direito e o marxismo**, 1989, p. 202. E também: “É sob a forma de justiça comutativa, que a justiça primeiro nos aparece, quando pretendemos fundar nela as penas. Assim como à mercadoria corresponde o preço, ao trabalho o salário, ao dano a indenização, assim, segundo o preceito dessa justiça, ao crime deve também corresponder a pena como retribuição.” RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**, 1961, p. 87.

⁴⁶⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, p. 440-441.

⁴⁶¹ “Enquanto a fórmula mercantil e a forma jurídica dela resultante continuarem a imprimir à sociedade a sua marca, a idéia de que a gravidade de cada delito pode ser calculada e expressa em meses ou anos de prisão (...) conservará, na prática judiciária, a sua força e a sua significação reais.” PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e o marxismo**, 1989, p. 207.

⁴⁶² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 483-485.

- (ii) a privação da liberdade produz o estigma como desclassificação social negativa e como formação subjetiva de auto-imagem de criminoso aos egressos do sistema penitenciário por intermédio dos antecedentes criminais;
- (iii) a execução da pena privativa de liberdade constitui a máxima desintegração social do condenado, submetido ao isolamento e a dissolução dos laços afetivos, sociais e profissionais;
- (iv) a subcultura da prisão produz deformações psíquicas e emocionais deletérias e indelévels no condenado, de forma a excluí-lo da vida em relação social e predispô-lo aparentemente à inevitáveis carreiras criminosas (*self fulfilling prophecy*);
- (v) as prognoses negativas fundadas em registros policiais, assim como, em indicadores sociais como pobreza, desemprego, escolarização precária, moradia em favelas etc., desencadeia a ativação de estereótipos no processo de criminalização;
- (vi) o grau de periculosidade criminal do condenado é proporcional à duração da pena privativa de liberdade cumprida no sistema penitenciário.

Ainda, a função de prevenção especial positiva da pena criminal, sob a perspectiva do *tratamento curativo*, demonstra o *fracasso histórico do projeto técnico-corretivo da prisão*⁴⁶³, caracterizada pela proposição reiterada do mesmo projeto fracassado nos últimos séculos - do ponto de vista de suas funções declaradas – chamado de *isomorfismo reformista* por FOUCAULT⁴⁶⁴.

Entretanto, ao fracasso notável dos fins a que se propõe o direito penal, por meio de suas funções declaradas, corresponde o sucesso das funções reais da pena, sob a perspectiva de *eficácia invertida* do sistema de justiça criminal.

A *criminologia crítica* nos ensina que o direito penal em uma *sociedade desigual*, tais quais as sociedades capitalistas contemporâneas, fundadas na relação *capital/trabalho assalariado*, é considerado, dentre as instituições de socialização, como instância decisiva para a manutenção do *status quo*⁴⁶⁵.

⁴⁶³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*, 2002, p. 205. E também, CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Direito Penal*, p. 443.

⁴⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, 1977, p. 239.

⁴⁶⁵ PAVARINI, Massimo. *Un arte abyecto*, 2006, p. 78.

Em outras palavras, as normas do direito penal não apenas são aplicadas de forma *seletiva*, refletindo as *relações de desigualdade social existentes*, por ocasião da *criminalização primária*, com a seleção dos **bens jurídicos** a serem protegidos, como também o sistema penal exerce uma função ativa de *produção e reprodução das relações sociais desiguais*⁴⁶⁶.

Deste modo, a aplicação *seletiva* de penas criminais, cuja forma específica no modo de produção capitalista se manifesta sob a *privação de liberdade*, como tempo de liberdade suprimida, por sua natureza estigmatizante, define o direito penal como manifestação superestrutural decisiva para a manutenção da *diferenciação* de classes sociais.

Assim, diante de uma ordem essencialmente desigual, compete a manutenção da ordem, isto é, por corolário, a *manutenção da ordem desigual*⁴⁶⁷.

A ordem desigual é fundada, do ponto de vista jurídico, pelo Direito Constitucional, com a figura idealista do *poder constituinte*, que em nome do povo, institui a relação fundamental do modo de produção capitalista com o binômio *capital/trabalho assalariado* como a ordem econômica constitucional⁴⁶⁸ e a proteção da propriedade privada como *direito fundamental*.

O Direito Civil, por sua vez, cria uma série de normas, conceitos e categorias para regular as relação de aquisição e transmissão da propriedade, a partir dos dispositivos constitucionais, e em que pese as lutas dos setores progressistas da sociedade civil imprimirem avanços tais como a *função social da propriedade*, o objetivo constitucional da *erradicação da pobreza e das desigualdades sociais*, entre outros, tais discursos se realizam apenas no plano das idéias, afinal, versam sobre contradições

⁴⁶⁶ PAVARINI, Massimo. **Um arte abyecto**, 2006, p. 78. CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 446.

⁴⁶⁷ “Essa concepção mostra o significado de conservação e de reprodução social realizado pelo programa desigual e seletivo do Direito Penal. (...) A função política de garantir e reproduzir a escala vertical, como função real da ideologia penal.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 451.

⁴⁶⁸ Ver a Lei n. 8.884, de 11 de junho de 1994: “Ela não é, meramente, uma nova lei antitruste, assim, seu fundamento constitucional não se encontra apenas, exclusivamente, no §4º do art. 173 da Constituição de 1988 - trata-se de lei voltada à preservação do modo de produção capitalista.” GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**, 2007, p. 211.

intrínsecas ao modo de produção⁴⁶⁹, não solúveis por meio da *ilusória* edição de normas jurídicas.

De outro lado, o Direito do Trabalho, sob uma perspectiva ambivalente, ao mesmo tempo em que reflete as lutas sociais dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, legitima a exploração da *mais-valia*, como mecanismo perverso que reproduz a realidade social, por meio da *acumulação* e *expansão* do capital.

Ao final, cabe ao Direito Penal, utilizar-se de processos de criminalização *desiguais* e *seletivos*, isto é, a *criminalização da pobreza*, em que a *posição de classe do autor é o critério determinante para o processo de criminalização secundária*, com a finalidade de assegurar a *produção* e *circulação* das mercadorias, com a *garantia da ordem desigual* instituída pelo capital, por meio do *‘poder de prender’*, a serviço daqueles que têm o *‘poder de comprar’*.

Por fim, com relação à crise da execução da pena, afirma-se que:

“A prisão introduz o condenado em duplo processo de transformação pessoal, de desculturação pelo aprendizado dos valores e normas de convivência social, e de aculturação pelo aprendizado de valores e normas de sobrevivência na prisão, a violência e a corrupção, ou seja, a prisão só ensina a viver na prisão.”⁴⁷⁰

Logo, a função *declarada* ou *manifesta* da *ressocialização* atribuída à pena criminal pela *ideologia do sistema punitivo*, constitui função real de *controle seletivo da criminalidade*, fundado em processos de criminalização determinados e/ou ativados por *indicadores sociais negativos* e de *garantia das relações sociais desiguais*, fundado na relação *capital/trabalho assalariado*⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ “Essa reversão nada tem, porém, em relação aos padrões do capitalismo, de subversiva. É revolucionária apenas enquanto voltada à modernização do próprio capitalismo. Dir-se-á que a Constituição, aí, nada mais postula, no seu caráter de Constituição dirigente, senão rompimento do processo de subdesenvolvimento no qual estamos imersos e, em cujo bojo, pobreza, marginalização e desigualdades, sociais e regionais, atuam em regime de causação circular acumulativa - são causas e efeitos de si próprias.” GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**, 2007, p. 218.

⁴⁷⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 445.

⁴⁷¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 451 e ss. No mesmo sentido: “Não só as normas do direito penal se formam e se aplicam seletivamente, refletindo as relações de desigualdade existentes, mas o direito penal exerce, também, uma função ativa, de reprodução e de produção, com respeito às relações de desigualdade.” BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 166.

c) A prevenção geral como afirmação da ideologia dominante.

A teoria criminológica admite a possibilidade de influência de eficácia preventiva em relação aos *crimes de reflexão* tais como crimes tributários, crimes financeiros etc., que caracterizam o chamado *direito penal simbólico*, porém, não teria qualquer efeito em *crimes impulsivos*, como, por exemplo, crimes contra a propriedade e a liberdade pessoal ou sexual, que são próprias da criminalidade comum estampada diariamente nos noticiários da imprensa marrom.

Assim, o direito penal realiza *funções instrumentais* de efetiva aplicação prática e *funções simbólicas* de projeção de signos na ideologia popular, tal qual na simbólica legitimação do poder político na *criminalização do risco*, por meio dos tipos de perigo concreto e, principalmente, abstrato, sem lesão de bens jurídicos⁴⁷².

Deste modo, com o lastimável apoio de partidos políticos, da direita à esquerda, reproduzem-se diariamente projetos de leis repressivas no Brasil, com a *finalidade retórica* de angariar votos⁴⁷³ com o discurso de *luta contra o crime*⁴⁷⁴ para a conservação/reprodução do poder político, isto é, da lei e da ordem.

A partir da legitimação do direito penal como solução de todos os problemas sociais – por consciente e deliberada omissão da classe que detém o poder do Estado em relação às políticas sociais destinadas à emancipação popular - produzem-se símbolos

⁴⁷² “Con eso, sólo será caracterizado como bien jurídico aquello que pueda ser concretamente lesionado o puesto en peligro, pero de tal modo que la afirmación de esa lesión o de ese peligro sea susceptible de un procedimiento de contestación.” TAVARES, Juarez. **Bien jurídico y función en Derecho Penal**, 2004, p. 76-77.

⁴⁷³ “Na América Latina, quase todos os candidatos a cargos eleitorais, nos últimos anos, têm como tema central o discurso sobre a segurança pública. Na maioria das vezes, sem o menor poder de proclamar, como solução definitiva para os problemas atuais, a volta do suplicio, abolido oficialmente há séculos.” ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem, p. 8. Disponível em: www.cirino.com.br.

⁴⁷⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 449.

divulgados ideologicamente ao imaginário popular por meio dos meios de comunicação em massa, a fim de configurar a chamada “opinião pública”⁴⁷⁵.

A pena *reafirma a ideologia dominante*⁴⁷⁶ (p. ex., artigo 14, II⁴⁷⁷, e artigo 59⁴⁷⁸ da Lei de Contravenções Penais) e a *moral liberal-burguesa*⁴⁷⁹ (p. ex., artigo 124, CP, e ss.).

A ideologia dominante se manifesta, no direito penal, nas seguintes formas:

Primeiro, sob o mascaramento dos objetivos do direito penal, para a proteção de bens jurídicos essenciais à produção, reprodução e desenvolvimento da vida e das potencialidades do ser humano. Em verdade, a *aparência* serve de encobrimento à *essência* constitutiva dos bens jurídicos protegidos de forma *seletiva* e *desigual*, isto é, desde a seleção dos valores a até a intensidade em que tais valores serão protegidos pelo sistema de justiça criminal.

As penas criminais imputáveis à classe trabalhadora ou aos miseráveis ausentes das fábricas pela prática dos crimes de furto, roubo e tráfico de entorpecentes, os quais correspondem ao mais eficaz mecanismo de controle social da maioria da população carcerária brasileira, são evidentemente desproporcionais em relação às penas criminais

⁴⁷⁵ “Um avanço da Criminologia crítica foi descobrir o significado da projeção de imagens ou símbolos na psicologia do povo pelos meios de comunicação de massa, segundo o célebre teorema de THOMAS, pelo qual situações definidas como reais, reproduzem efeitos reais, conforme costumava repetir BARATTA: Se imagens da realidade produzem efeitos reais, então é desnecessário agir sobre a realidade para obter resultados práticos; ao contrário, pesquisas mostram a suficiência de ações sobre a imagem da realidade para criar efeitos reais na opinião pública - por exemplo, efeitos de legitimação ou de desestabilização de governos, como ocorre na América Latina; igualmente, são suficientes ações sobre a imagem da realidade para criar efeitos reais de alarme social, necessário para campanhas de lei e ordem, desencadeadas para ampliar o poder político e legitimar a repressão penal em épocas de crise social.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A criminologia crítica e a reforma da legislação penal*, p. 3. Disponível em: www.cirino.com.br.

⁴⁷⁶ Por exemplo, pela criminalização dos rituais das religiões afro-brasileiras no terreiros de umbanda e de candomblé, por sere, marginalizadas pela ideologia dominante - a qual se caracteriza no campo religioso pelas raízes européias no catolicismo, no evangelismo, no kardecismo -, com a imputação dos tipos legais de charlatanismo (art. 283, CP) e curandeirismo (art. 284, CP) aos pais-de-santo e mães-de-santo.

⁴⁷⁷ “Art. 14. Presumem-se perigosos, além dos indivíduos a que se referem os ns. I e II do art. 78 do Código Penal: II – o condenado por mendicância.” Em: Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.

⁴⁷⁸ “Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.” Em: Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941.

⁴⁷⁹ Consultar BATISTA, Nilo. *Aborto: a retórica contra a razão*, In: *Revista de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1979, 27, p. 40-48; CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Aborto, a política do crime*, In: *Revista de Direito Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1979, n. 25, p. 14-24.

aplicáveis aos crimes praticáveis pela classe dominante, tais como os crimes tributários, os crimes contra o sistema financeiro nacional, os crimes de lavagem de dinheiro etc.

Segundo, por meio da edição de normas penais e processuais penais atreladas ao ranço autoritário da ditadura do Estado Novo no Código Penal de 1940 e no Código de Processo Penal de 1941, bem como as Contravenções Penais, que se revestem de uma ideologia de defesa social.

Terceiro, com a aplicação da lei penal e sua repercussão, por meio do policiamento ostensivo, os discursos políticos dos governos federal e estadual e os programas midiáticos de massa da chamada ‘imprensa marrom’, com as notícias sobre os crimes e tragédias diárias, reforça-se a ideologia repressiva da defesa social, para a garantia da ordem pública desigual *como se fosse possível* a instrumentalização do direito penal para a resolução de todos os problemas sociais.

Quarto, com a execução das penas criminais, a partir da realidade de *depósito de seres humanos* excluídos do processo produtivo do capital, e a impossibilidade do projeto técnico-corretivo disciplinar na instituição total da prisão, vislumbra-se que o cárcere satisfaz a função de demonstrar àqueles que estão ausentes do cárcere, as consequências aplicáveis a quem não se submete à **ideologia dominante**⁴⁸⁰, no sentido de submeter-se à penosa vida de sobreviver à custa da venda da sua força de trabalho pelo *salário miserável e injusto*.

Do ponto de vista **simbólico**, o *discurso da impunidade* promovido por setores conservadores e reacionários, identifica uma lógica destituída da *lei de causa e efeito*, isto é, o direito penal é ineficiente, visto que não consegue registrar, processar e punir a maioria dos delitos.

O fenômeno nos demonstra que, de fato, a *impunidade* é condição **fisiológica** do sistema penal, isto é, faz parte de sua *essência* e, portanto, o direito penal é *seletivo*, *desigual* e *simbólico*, porque a vontade do Poder define *o que será criminalizado, quem será criminalizado e com que intensidade será criminalizado*.

Assim, a *impunidade* não se constitui como uma condição **patológica** do sistema, conforme reivindicam os setores autoritários do *eficientismo* penal, os quais entendem que a agravação das penas, o aumento da repressão policial e a aceleração da velocidade

⁴⁸⁰ “A função ideológica de encobrir/imunizar comportamentos danosos da elites de poder econômico e político da sociedade, como função ilusória da ideologia penal.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 451.

dos processos criminais em detrimento das garantias fundamentais individuais – isto é, a crença no sistema de justiça criminal – realizaria as suas *funções declaradas* a partir de uma lógica da *eficiência*.

E por fim, com relação às funções *declaradas* ou *manifestas* da pena criminal como prevenção geral positiva, resta diferenciar as posições *liberais*, representadas por ROXIN, “porque define crime como lesão de bens jurídicos e atribui à pena o objetivo de proteção de bens jurídicos”⁴⁸¹, e as posições autoritárias, representadas por JAKOBS, “primeiro, porque define crime como violação da norma; (...) segundo, porque define pena como reação contra a violação da norma; (...) terceiro, [apresenta] a tarefa do Direito Penal para satisfazer os impulsos punitivos da população; (...) quarto, (...) concentra todas as funções da pena criminal”⁴⁸² numa visão *totalizadora*.

d) As teorias unificadas como integração das funções declaradas da pena.

É a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro que, em seu art. 59, *caput*, aduz que:

“O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, **conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime**”(grifou-se).

A crítica da teoria criminológica, acerca das *teorias unificadas* como integração das funções *declaradas* da pena pode ser resumida em duas razões principais:

Primeiro, a *fusão* das teorias unificadas não é capaz de encobrir e superar as deficiências e simbolismos de cada função *declarada* ou *manifesta* e, assim, significam a soma dos defeitos das teorias particulares.

Segundo, inexistente qualquer fundamento filosófico ou científico capaz de conciliar teorias contraditórias, distintas e reciprocamente excludentes por lógica

Logo, conforme as lições de CIRINO DOS SANTOS,

⁴⁸¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 447.

⁴⁸² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 447-448.

“A admissão de diferentes funções da pena criminal (...) significa adotar uma pluralidade de discursos legitimantes capazes de racionalizar qualquer punição pela escolha da teoria mais adequada ao caso concreto.”⁴⁸³

3. Estratégia: a abolição da pena

O abolicionismo é um movimento radical de substituição do sistema penal por outras instâncias de solução dos conflitos⁴⁸⁴ para a gestão alternativa das situações de negatividade social.

A partir daí, apresentamos um alerta: do mesmo modo que nos referimos às teorias criminológicas no plural, agora, há que se falar em abolicionismos⁴⁸⁵.

Com uma literatura considerável, seus mais notórios representantes são compostos por teóricos críticos do norte da Europa - principalmente escandinavos e holandeses - dentre os quais, destacamos:

3.1. O abolicionismo fenomenológico de Louk Hulsman

De acordo com HULSMAN, podem-se apontar as seguintes razões para abolir o sistema penal, quais sejam:

(i) a imposição de imagens maniqueístas induzidas pelo domínio da justiça penal e de meios de comunicação de massas para difundir a luta entre o bem e o mal;

(ii) a atuação mecânica e burocrática do sistema que ignora a perspectiva dos envolvidos no conflito para o deslinde da questão;

(iii) a irracionalidade e frieza do sistema que produz situações de vida degradantes para o preso;

(iv) o cárcere constitui uma forma de infligir sofrimento - corporal e físico - irracional e sem sentido, que produz a destruição da personalidade e a sociabilidade dos sujeitos a ele submetidos;

(v) não há uma natureza ontológica do delito, vez que o crime é construído por uma decisão humana;

⁴⁸³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, p. 430. E também: ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro**, v. 1, 2003, p. 114.

⁴⁸⁴ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**, 1991, p. 97.

⁴⁸⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**, 1991, p. 97.

(vi) o sistema penal fabrica culpados, estigmatiza-os e, por fim, exclui-os definitivamente da vida em sociedade, pela afirmação de sua culpabilidade⁴⁸⁶.

A sua proposta se dirige para a substituição direta e imediata do sistema penal⁴⁸⁷ por instâncias intermediárias de solução de conflitos que atendam às necessidades reais das pessoas envolvidas, com a participação das vítimas ou de seus parentes, conforme os ditames da justiça restaurativa⁴⁸⁸, pela mudança da linguagem sobre o fenômeno criminal e sua reação social e da lógica de tratamento desta realidade⁴⁸⁹.

Contudo, com efeito, não problematiza que a proposta de abolição do sistema penal também propõe um novo modelo de sociedade⁴⁹⁰.

⁴⁸⁶ “O sistema penal endurece o condenado, jogando-o contra a ‘ordem social’ na qual pretende reintroduzi-lo, fazendo dele *uma outra vítima*.” HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas**, 1993, p. 71.

⁴⁸⁷ Para Hulsman a reivindicação abolicionista deve ser a abolição do sistema penal em sua totalidade, não como utopia, mas como necessidade lógica, uma gestão realista e uma demanda de justiça: “No podrán contentarse con una simple orientación que tienda a reformar la prisión, ni tampoco con la sola abolicin, sin más, de la pena de prisión. (...) El sistema penal entero el que se trata de hacer caer.” HULSMAN, Louk. **Sistema penal y seguridad ciudadana**, 1984, p. 82.83.

⁴⁸⁸ Consultar HULSMAN, Louk; BERNAT DE CELIS, Jacqueline. **Penas perdidas**, 1993; HULSMAN, Louk. *Abolire il sistema penale?*, In: **Dei Delitti e Delle Pene**, 1, p. 71-89; HULSMAN, Louk. *Critical Criminology and the Concept of Crime*, In: **Contemporary Crises**, 10 (3-4), p. 63-80; HULSMAN, Louk. *The Abolitionist Case: Alternative Crime Policies*, In: **The Israel Law Review**, 25 (2-4), p. 681-709; HULSMAN, Louk. **Sistema penal y seguridad ciudadana**, 1984; HULSMAN, Louk. *Alternativas à justiça criminal*, In: PASSETI, Edson (org.) **Curso livre de abolicionismo penal**, 2004, p. 35-68.

⁴⁸⁹ Um exemplo prático: “Cinco estudiantes viven juntos. En un momento dado, uno de ellos se lanza sobre el televisor y lo rompe; también rompe algunos platos. ¿Cómo van a reaccionar sus compañeros?. Ninguno de ellos estará contento, esto se comprende por sí mismo. Pero cada uno, analizando el suceso a su manera, puede adoptar una actitud diferente. El estudiante número dos, furioso, declara que él no puede vivir más con el primero, y habla de echarlo a la calle. El estudiante número tres declara: ‘De lo que se trata es de comprar un nuevo aparato de televisión y otros platos, y que él pague’. El estudiante número cuatro, muy afectado por lo que acaba de ocurrir, sostiene con vehemencia: ‘Está seguramente enfermo, hay que ir en busca de un médico, hacer que lo vea un psiquiatra’, etc. El último arguye: ‘creíamos entendernos bien, pero algo no debe marchar bien en nuestra comunidad, para que tal acción haya sido posible...Hagamos juntos un examen de conciencia’.” HULSMAN, Louk. **Sistema penal y seguridad ciudadana**, 1984, p. 89.

⁴⁹⁰ Apesar de dominar a crítica exposta pela Criminologia marxista, Hulsman defende a substituição imediata do sistema penal com a adoção de outros mecanismos de solução de conflitos, numa proposta idealista que não leva em consideração as relações jurídico-políticas que garantem as relações de produção capitalistas, como se pode observar: “In a certain period, marxist criminology predominantly took the stand that ‘crime’ was a product of the capitalistic system, and that crime would disappear if a new society took birth.” [Tradução livre: “Em determinado período, a criminologia marxista predominantemente tomou a posição de que o crime é produto do sistema capitalista e que o crime desaparecerá se uma nova sociedade nascer.”] HULSMAN, Louk. *Critical Criminology and the Concept of Crime*, In: **Contemporary Crises**, 10 (3-4), p. 66.

3.2. O abolicionismo fenomenológico-historicista de Nils Christie

Com certa proximidade em relação ao modelo apresentado por HULSMAN, CHRISTIE apresenta argumentos baseados na experiência histórica para afirmar que o sistema penal possui as seguintes características:

(i) a destrutividade das relações comunitárias pelo caráter dissolvente das relações de horizontalidade e os perigos e danos conseqüentes da verticalização do poder punitivo;

(ii) a pena como a imposição de um mal como reflexo dos interesses do Estado e sua visão em relação a uma imagem de homem adequado ao sistema que o castiga⁴⁹¹;

(iii) a fixação sobre os aspectos biológicos ou da personalidade ao invés dos sistemas sociais.

A sua proposta se dirige a um modelo de tribunal de vizinhança orientado à vítima, com um caráter pessoal que evite ao máximo a presença de especialistas que despersonalizem o conflito e excluam as partes envolvidas de sua solução⁴⁹².

Sob tal aspecto, a proposta de CHRISTIE, neste ponto, se aproxima da tática a ser indicada pela política criminal alternativa, no sentido de apresentar o princípio do primado da vítima, que viabilizaria soluções restitutivas e indenizatórias em lugar da punição⁴⁹³.

⁴⁹¹ “Modern systems of crime control contain certain potentialities for developing into Gulags, Western type. With the cold war brought to an end, in a situation with deep economic recession, and where the most important industrial nations have no external enemies to mobilize against, it seems not improbable that the war against the inner enemies will receive top priority according to well-established historical precedents. Gulags, Western type will not exterminate, but they have the possibility of removing from ordinary social life a major segment of potential trouble-makers for most of those persons’ lives.” [Tradução livre: “Os sistemas modernos de controle do crime possuem certas potencialidades para o desenvolvimento em campos de concentração, de tipo ocidental. Com o fim da guerra fria, numa situação de profunda recessão econômica, em que as mais importantes nações industriais não têm inimigos externos contra quem se mobilizar, não parece improvável que a guerra contra os inimigos internos receberá prioridade máxima conforme estabelecidos precedentes históricos. Campos de concentração, de tipo ocidental, não irão exterminar, mas eles têm a possibilidade de remover da vida social comum um grande segmento de potenciais ‘problemáticos’ pela maior parte de suas vidas.”] CHRISTIE, Nils. **Crime control as industry**, 2000, p. 15.

⁴⁹² CHRISTIE, Nils. **Los límites del dolor**, 1981.

⁴⁹³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 702.

3.3. O abolicionismo marxista de Thomas Mathiesen

Thomas Mathiesen defende que o sistema penal se vincula com a estrutura produtiva capitalista para advogar a abolição de todas as estruturas repressivas da sociedade⁴⁹⁴, a partir de considerações táticas.

Em sua obra, não propõe apenas a abolição do cárcere, porém, dirige a luta contra a pena privativa de liberdade para demonstrar o caráter autoritário da sociedade capitalista, cujo modelo básico de produção remete a sistemas sociais repressivos específicos: a prisão⁴⁹⁵.

A estratégia de MATHIESEN se divide em:

(i) a estratégia do ‘inacabado’ como alternativa é definida como aquela que não se constrói sobre as premissas do antigo sistema, mas sobre bases próprias e contraditórias ao sistema anterior⁴⁹⁶, que permite desenvolver uma estratégia política que escape à absorção que faz o poder do que está ‘fora’, com a finalidade de colocá-lo ‘dentro’ e, assim, cooptar a transformação social para manter o *status quo*;

(ii) a estratégia da negação à eleição de uma alternativa ao sistema de modo prévio à abolição deste último, numa permanente relação de oposição e de competição com o sistema⁴⁹⁷.

⁴⁹⁴ Não trataremos especificamente o pensamento de FOUCAULT como autor abolicionista, em que pese termos em conta suas análises sobre o funcionamento do poder e sua análise estruturalista que oferece um marco teórico para o estudo do poder fundamento para a teoria e a prática abolicionista, no sentido de que seu legal consiste em questionar todas as formas de expressão do poder - do soberano até o microfísico - ao conceber que a resistência ao poder repressivo não é um elemento fora do poder, mas sim como parte de uma rede de relações de poder.

⁴⁹⁵ [Tradução livre: “No ha habido nunca una transformación social importante en la historia de la humanidad que no haya sido considerada poco realista, idiota, o utópica por la gran mayoría de los expertos incluso pocos años antes lo impensable se volvía realidad.”] SCHEERER, Sebastian. **Towards Abolitionism**, 1986, p. 6.

⁴⁹⁶ [Tradução livre: “Uma concepção que não competir com o sistema anterior, uma concepção que não está na ordem do dia para os membros do sistema anterior como substituição do mesmo, não é uma alternativa.”] MATHIESEN, Thomas. **The Politics of Abolition**, 1974, p. 168-169.

⁴⁹⁷ “A oposição requer uma considerável diferença de pontos de vista sobre as bases teóricas do sistema, e a competição requer uma ação política prática fora do próprio sistema.” ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**, 1991, p. 100.

QUARTA PARTE

A política criminal alternativa: a construção tática de um direito penal mínimo

1. Para uma política criminal alternativa

A proposta de direito penal mínimo do programa de política criminal alternativa tem por objetivo reduzir o Direito Penal e humanizar o sistema penal, como tarefa tática necessária dirigida ao objetivo estratégico final de abolição do sistema penal⁴⁹⁸, por meio da transformação social revolucionária.

A conjugação de objetivos como tática e estratégia diferencia o discurso crítico, inspirado na Criminologia Radical, de quaisquer outros projetos reformistas, a exemplo do discurso oficial, inspirado na Criminologia etiológica tradicional⁴⁹⁹ e das propostas precedentes do abolicionismo nórdico-escandinavo.

Conforme a lição de Alessandro Baratta, enunciam-se quatro indicações estratégicas para uma política criminal das classes subalternas:

a) A inserção do problema do desvio e da criminalidade na análise da estrutura geral da sociedade capitalista que impõe a distinção entre política penal, como resposta punitiva do Estado à violação da norma penal, e política criminal, como política de transformação social e institucional⁵⁰⁰;

⁴⁹⁸ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 693; BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2000, p. 208-209. Nesse sentido, sobre a abolição do cárcere: “A cadeia, em si mesma, é uma monstruosidade como método penal. Sou um dos pioneiros no Brasil da luta contra a prisão, sou partidário de se acabar com a prisão. (...) Cada dia mais me convenço de que a prisão é uma coisa ínfima e devastadora da personalidade humana.” LINS E SILVA, Evandro. **O salão dos passos perdidos**, 1997, p. 220.

⁴⁹⁹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 701.

⁵⁰⁰ “A melhor política criminal ainda é uma boa política social.” BATISTA, Nilo. *Prezada senhora Viégas: o anteprojeto de reforma no sistema de penas*, In: **Discursos sediciosos**, n. 9-10, p. 105. No mesmo sentido: “A Criminologia crítica também sabe que a única resposta para o problema da criminalidade é a democracia real, porque nenhuma política criminal substitui políticas públicas de emprego, de salário digno, de moradia, de saúde, e especialmente, de escolarização em massa - infelizmente, impossíveis no capitalismo.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **A criminologia crítica e a reforma da legislação penal**, p. 11. Disponível em: www.cirino.com.br. Sobre a impossibilidade de realização de tal política no capitalismo: “A dívida externa está destruindo tudo: a possibilidade de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, a produção interna, o nível de vidas das populações, o emprego. (...) São destruídos os sistemas de saúde e de educação, as cidades se deterioram e a miséria fere. Até a própria natureza entra neste processo progressivo de destruição. O pagamento da dívida não permite que se cuide de nada, nem da dívida humana nem das condições naturais.” HINKELAMMERT, Franz. **A dívida externa da América Latina**, 1989, p. 7.

b) A crítica do direito penal como direito desigual como obra radical de contração ao máximo do sistema punitivo, com a exclusão total ou parcial de inumeráveis setores que abarrotam os códigos penais⁵⁰¹ sob uma concepção autoritária e fascista de Estado e de despenalização com a substituição das sanções penais por formas de controle legal não-estigmatizantes⁵⁰²;

c) Uma análise realista e radical das funções efetivamente realizadas pelo cárcere⁵⁰³, que visa a sua abolição, porém, compreende táticas de ampliação do sistema de medidas alternativas, de suspensão condicional da pena e de liberdade

⁵⁰¹ “Si el objetivo del Derecho penal, pues, no es simplemente proteger bienes jurídicos, sino de trazar, nítidamente, los límites y contornos de las zonas de lo lícito y de lo ilícito, de lo que está prohibido y de lo que está permitido, en el sentido de justificar y legitimar la intervención de Estado sobre la libertad de la persona humana, en casos de extrema y demostrada necesidad, la primera condición de su implementación es la de descartar, desde luego, esa clasificación entre bienes individuales y colectivos y trabajar con la noción de bien jurídico, como bien jurídico personal. (...) La percepción de un bien jurídico pasa, por lo tanto, por dos fases secuenciales. La primera, de corresponder a un proceso de reducción individual. La segunda, de detallar sus características o propiedades, y de disponer acerca de los principios normativos de su delimitación.” Em: TAVARES, Juarez. **Bien jurídico y función en Derecho penal**, 2004, p. 71. Neste ponto, um indicativo de política criminal alternativa latinoamericana seria reduzir o sistema penal aos bens jurídicos pessoais que realizam o princípio ético-material de produção e desenvolvimento da vida, a exemplo do dever jurídico de garantia nos tipos de omissão de ação, conforme ensina a dogmática crítica: “Reducir a responsabilidade penal do garantir aos bens jurídicos individuais mais importantes, como a vida e o corpo do sujeito garantido.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 196. No mesmo sentido: “(...) Só seria admissível a sua punição, mas com pena atenuada, num restrito número de casos, onde não haja dúvidas de que o ato que descumpra a norma mandamental se identifique materialmente com o ato violador da norma proibitiva, em razão da especial conformação do injusto com vistas à direta proteção do bem jurídico. Tal evidentemente, afora os casos expressos, só se dá nos delitos contra a vida, a integridade corporal e a liberdade, cujos objetos jurídicos, pela sua natureza e consequências, necessitam de uma imediata e oportuna intervenção protetiva, que não pode ser postergada para não se tornar inócua.” TAVARES, Juarez. **As controvérsias em torno dos crimes omissivos**, 1996, p. 81-82.

⁵⁰² BARATTA, Alessandro. **A criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 202. Neste ponto, com o devido respeito, merece lugar a principal crítica à obra de Alessandro Baratta, no que diz respeito à proposta datada de ampliar e reforçar a tutela penal nas áreas simbólicas que dirigem o processo de criminalização para as lesões praticadas pelas classes dirigentes, a qual, segundo nosso entendimento, não merece prosperar, sob pena de relegitimação do sistema punitivo desigual, seletivo e simbólico, como o próprio autor italiano destaca em sua obra: “La pérdida del equilibrio entre funciones simbólicas e funciones instrumentales en el sistema de la justicia criminal (suponiendo que este equilibrio haya existido alguna vez) significa también que las funciones simbólicas perseguidas con la ley penal se vuelven cada vez más independientes de la naturaleza real de los conflictos y de los problemas en relación a los cuales los símbolos son producidos.” BARATTA, Alessandro. *Funciones instrumentales y simbólicas del derecho penal: una discusión en la perspectiva de la criminología crítica*, **Pena y Estado**, n. 1, 1991, p. 54. Para mais, consultar: CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 17-18.

⁵⁰³ “La pena, especialmente en sus manifestaciones más drásticas, que tienen por objeto la esfera de la libertad personal y de la incolumidad física de los individuos, es violencia institucional, esto es, limitación de derechos y represión de necesidades reales fundamentales de los individuos mediante la acción legal o ilegal de los funcionarios del poder legítimo o del poder de facto en una sociedad.” BARATTA, Alessandro. *Principios del derecho penal mínimo: para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal*, In: **Doctrina penal**, ano 10, n. 37-40, 1987, p. 624.

condicional, e que postula a abertura da prisão para a integração comunitária, como política de reinserção social⁵⁰⁴;

d) Promover uma batalha cultural e ideológica para o desenvolvimento de uma consciência alternativa no campo do desvio e da criminalidade, sob uma perspectiva contra-hegemônica em relação ao conceito de opinião pública e suas teorias do senso comum que produzem campanhas de lei e ordem⁵⁰⁵.

A partir dos níveis institucionais de definição legal (lei penal), de aplicação judicial (justiça penal) e de execução penal (prisão) do sistema de justiça criminal, pode-se definir as linhas de um programa alternativo de reforma da legislação penal⁵⁰⁶ e de melhoria das condições de vida no cárcere⁵⁰⁷, pelo intermédio de princípios de limitação formal, funcional e pessoal⁵⁰⁸, bem como de descriminalização e de construção alternativa de conflitos e problemas sociais⁵⁰⁹.

Logo, é fundamental compreender que o direito penal mínimo é a expressão da síntese dos princípios políticos do programa de política criminal alternativa da

⁵⁰⁴ BARATTA, Alessandro. **A criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 203.

⁵⁰⁵ BARATTA, Alessandro. **A criminologia crítica e crítica do direito penal**, 2002, p. 204-205.

⁵⁰⁶ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 701.

⁵⁰⁷ “Diferente de variantes críticas de esquerda - como o *neo-realismo*, que admite a neutralização e a retribuição justa, ou o *idealismo*, que repropõe a ressocialização para evitar a retribuição -, o discurso jurídico-penal fundado na *Criminologia crítica* considera indispensável a *reintegração social* do condenado, não *através* do cárcere - o que é impossível -, mas *apesar* do cárcere - e a mudança semântica de ressocialização para reintegração social, ao deslocar a atenção *do* condenado *para* a relação sujeito/comunidade, não é gratuita: significa reintegrar o condenado em sua classe e nas condições de luta de classes das sociedades contemporâneas.” E, no mesmo sentido, continua: “(...) Na base dessa proposta está a consciência de que cárceres melhores não existem - daí, a proposta de abolição do sistema carcerário -, mas também a consciência de outras coisas: que toda melhora das condições de vida do cárcere deve ser estimulada, que é necessário distinguir entre cárceres melhores e piores, que não é possível apostar na hipótese de quanto pior; melhor etc. Por tudo isso, o objetivo imediato é menos melhor cárcere e mais menos cárcere, com a maximização dos substitutivos penais, das hipóteses de regime aberto, dos mecanismos de diversão e de todas as indispensáveis mudanças humanistas do cárcere.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 702.

⁵⁰⁸ BARATTA, Alessandro. *Principios del derecho penal mínimo: para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal*, In: **Doctrina penal**, ano 10, n. 37-40, 1987, p. 627 e ss. Neste sentido: “El derecho penal mínimo es, al mismo tiempo, como se ha visto, ‘el derecho penal de la Constitución’.” BARATTA, Alessandro. *La política criminal y el derecho penal de la Constitución*, **Nueva Doctrina Penal**, 1999, p. 421.

⁵⁰⁹ “La articulación autónoma de la percepción y de la conciencia de los conflictos, de las necesidades reales y de los derechos humanos por parte de sus propios portadores, en una comunicación no condicionada por el poder, y la idea de la democracia y de la soberanía popular, son los principios-guía para la transformación del Estado, no sólo hacia un modelo formal de Estado de derecho, sino también hacia el modelo substancial del Estado de los derechos humanos.” *Principios del derecho penal mínimo: para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal*, In: **Doctrina penal**, ano 10, n. 37-40, 1987, p. 647.

Criminologia crítica nos limites e possibilidades definidos pelas condições materiais de existência das sociedades capitalistas contemporâneas⁵¹⁰.

2. Propostas de redução do sistema de justiça criminal⁵¹¹

a. Descriminalização

O programa de descriminalização pode ser expresso do seguinte modo⁵¹²:

Primerio, a descriminalização por violação do princípio da lesividade, insignificância⁵¹³, da subsidiariedade da intervenção penal⁵¹⁴, da idoneidade da pena⁵¹⁵ e do primado da vítima⁵¹⁶, nas hipóteses de:

⁵¹⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2007, p. 703; BARATTA, Alessandro. *Principi del diritto penal minimo: per una teoria dei diritti umani come oggetti e limiti della legge penale*, In: **Dei Delitti e delle Pene**, 1991, n. 1, p. 444-467.

⁵¹¹ “La noción de bien jurídico debería adecuarse a la realidad: cuando hablamos de bien jurídico, hablamos de la relación correcta entre Derecho y vida, de un puente firme hacia los ‘verdaderos’ bienes de las personas hoy en día; esto exige una integración inteligente en el sistema de bienes jurídicos de las condiciones de vida de la moderna socialización, esto es, sobre todo de intereses universales.” HASSEMER, Winfried. *¿Puede haber delitos que no afecten a un bien jurídico penal?* In: HEFENDEHL, Roland. **La teoría del bien jurídico**, 2007, p. 104. Reflita-se que: “o bem jurídico não se confunde, assim, nem com os interesses juridicamente protegidos, nem com o Estado social representativo de uma sociedade eticamente ideal, nem tampouco com uma mera relação sistêmica, e não pode ser identificado como uma função, integrada al fim de proteção de uma norma.” E continua: „Las diversas alteraciones que se producen en la noción de bien jurídico, a partir del positivismo hasta el funcionalismo, vienen a demostrar que su concepto depende del rumbo tomado por el poder punitivo, en relación con todas las modificaciones estructurales habidas en la sociedad y en Estado. De una sociedad liberal individualista hasta la sociedad de la comunicación postmoderna, lo que se observa es que la noción de bien jurídico va diluyendo gradualmente su sustancia material.” TAVARES, Juarez. **Bien jurídico y función**, 2004, p. 38.

⁵¹² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 701-702.

⁵¹³ “Lesões insignificantes de bens jurídicos protegidos, como a integridade física ou saúde corporal, a honra, a liberdade, a propriedade, a sexualidade etc., não constituem crime.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 26.

⁵¹⁴ “A proteção subsidiária supõe a atuação principal de meios de proteção mais efetivos do instrumental sociopolítico e jurídico do Estado.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 5. No mesmo sentido: “El principio de protección de bienes jurídicos puede falsear la amenaza penal y, de otro lado, el principio de *ultima ratio* obliga al legislador a ser precavido: de existir un medicamento fuera del ámbito jurídico penal que sea igual de eficaz, que sea menos gravoso para el sujeto al que se aplica, entonces el legislador habrá de quitar el dedo del Derecho penal.” HASSEMER, Winfried. **Por qué no debe suprimirse el Derecho penal**, 2003, p. 35.

⁵¹⁵ “Idoneidade da pena, que pressupõe demonstração empírica de efeitos sociais úteis, com exclusão da punição no caso de efeitos superiores ou iguais de normas jurídicas não penais.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 702.

⁵¹⁶ “Primado da vítima, que viabilizaria soluções restitutivas e indenizatórias em lugar da punição.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 702.

- (e) crimes punidos com detenção⁵¹⁷;
- (f) crimes de ação penal privada⁵¹⁸;
- (g) crimes de ação penal pública condicionada à representação⁵¹⁹;
- (h) crimes de perigo abstrato⁵²⁰.

Segundo, a descriminalização por violação do princípio da lesividade e da proporcionalidade concreta da pena⁵²¹, nos crimes sem vítima, como o auto-aborto (art. 124, CP), o aborto consentido (art. 125, CP), e a posse de drogas (art. 28, Lei n. 11.343/2006).

Terceiro, a descriminalização por violação do princípio da responsabilidade penal subjetiva, incompatível como a fórmula *versari in re illicita* do direito canônico como responsabilização penal objetiva, inexistente no Estado Democrático de Direito, nos casos de crimes qualificados pelo resultado⁵²².

E por fim, a descriminalização, nas hipóteses do direito penal simbólico⁵²³, em especial, nas áreas tributária, societária e ecológica, a serem substituídos por ilícitos

⁵¹⁷ Por exemplo, o tipo legal de infanticídio (art. 123, CP).

⁵¹⁸ Por exemplo, os crimes contra a honra (calúnia, injúria, difamação) localizados no art. 138 e ss do Código penal brasileiro, com a admissão de soluções alternativas de conflitos, circunscrita à esfera cível.

⁵¹⁹ Por exemplo, os tipos legais de lesão corporal leve e culposa (art. 129, caput, e §6º, ambos do CP, respectivamente).

⁵²⁰ Por exemplo, a posse e o porte ilegal de arma de fogo, localizados no art. 12 e ss da Lei n. 10.826/2003.

⁵²¹ “O princípio da proporcionalidade concreta dirige-se ao Juiz: permite equacionar os custos individuais e sociais da criminalização secundária, em relação à aplicação e execução da pena criminal. Assim, (...) A aplicação e a execução das penas criminais mostram a enorme desproporção da relação custo/benefício entre crime e pena, além dos imensos custos sociais específicos para o condenado, para a família do condenado e para a sociedade.” CIRINO DOS SANTOS, Juares. **Direito Penal**, 2010, p. 29.

⁵²² Confrontar com o exemplo do tipo legal de lesão corporal qualificada pelo resultado morte (art. 129, §3º, CP).

⁵²³ “Pero la exigencia de que todo delito ha de estar construido sobre un bien jurídico, no solo se refiere a estos casos analizados, que son más bien una derivación de la teoría del delito, sino que implica sobre todo una revisión exhaustiva y constante de la parte especial de los códigos. En ellos, sobre todo en los códigos iberoamericanos, y en especial en el caso de los delitos contra el Estado, la moralidad, los delitos sexuales, se encuentran sin bien jurídico. En todo ellos lo que en realidad se pena son ideas, pensamientos, estados de consciencia, ánimos, se anatemia desde determinados modos religiosos o filosóficos de ver el mundo.” BUSTOS RAMÍREZ, Juan. **Bases críticas de un nuevo derecho penal**, 1982, p. 85.

administrativos e civis, em razão de sua eficácia instrumental e social reconhecidamente superior⁵²⁴.

b. Despenalização

O programa de despenalização possui a seguinte indicação⁵²⁵:

Primeiro, a extinção do sistema de penas mínimas, por violação ao princípio da culpabilidade⁵²⁶.

Segundo, a redução da pena máxima⁵²⁷ de todos os tipos legais da legislação penal brasileira.

Terceiro, a ampliação máxima das hipóteses de substitutivos penais e de extinção da punibilidade tais como:

- (a) o perdão judicial;
- (b) a conciliação;
- (c) a transação penal;
- (d) a suspensão condicional da pena;
- (e) a prescrição penal;

⁵²⁴ “De fato, em razão do déficit de implementação nesse campo do Direito Penal, propaga-se aos poucos a suposição de que essa proteção de bens estaria mais bem garantia fora do Direito Penal.” HASSEMER, Winfried. *Linhas gerais de uma teoria pessoa do bem jurídico*, In: TÓRTIMA, Fernanda (org.) **O bem jurídico como limitação do poder de punir**, 2011, p. 24.

⁵²⁵ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 703-704.

⁵²⁶ “O princípio da culpabilidade, expresso na fórmula *nulla poena sine culpa*, é o segundo mais importante instrumento de proteção individual no moderno Estado Democrático de Direito porque proíbe punir pessoas sem os requisitos do juízo de reprovação, segundo o estágio atual da teoria da culpabilidade, a saber: a) pessoas incapazes de saber o que fazem (inimputáveis); b) pessoas imputáveis que, realmente, não sabem o que fazem porque estão em situação de erro de proibição inevitável; c) pessoas imputáveis, com conhecimento da proibição do fato, mas sem o poder de não fazer o que fazem porque realizam o tipo de injusto em contextos de anormalidade definíveis como situações de exculpação.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 24.

⁵²⁷ “A certeza de um castigo, mesmo moderado, causará sempre a impressão mais intensa que o temor de outro mais severo, aliado à esperança de impunidade.” BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**, 2000, p. 92.

(f) a extensão analógica *in bonam partem* da extinção da punibilidade pelo pagamento dos crimes tributários, nos crimes patrimoniais comuns não-violentos em que haja o ressarcimento do dano ou de restituição da coisa⁵²⁸.

E por fim, a despenalização parcial na hipótese dos crimes hediondos (Lei n. 9.072/90) por violação do princípio da resposta penal não-contingente e da proporcionalidade abstrata⁵²⁹, em razão da ilegal agravação dos limites penais mínimo e máximo do rol de delitos previstos nesta legislação.

3. Propostas de humanização do sistema prisional

a. Descarcerização

O programa de humanização do sistema prisional compreende programas radicais de descarcerização e de garantia dos direitos legais e constitucionais do condenado, do seguinte modo⁵³⁰:

Primeiro, pela ampliação das hipóteses de extinção, redução ou de desinstitucionalização da execução penal no:

⁵²⁸ “Deveria causar espanto à comunidade jurídica o fato de o legislador não abrir mão do direito penal para combater delitos menos relevantes – no que pertine a sua danosidade social – como o furto e apropriação indébita, e, nos casos de crimes mais graves como os crimes fiscais, agir de outro modo, oferecendo a possibilidade de o sonegador efetuar o ressarcimento do valor amealhado dos cofres públicos. No limite, poder-se-ia propor, na medida em que a fórmula adotada pela Lei 10.826 (pagamento do valor sonegado – portanto, de forma indireta, subtraída) se mostre eficaz para a proteção do bem jurídico, a extensão dessa fórmula aos demais crimes contra o patrimônio, desde que cometidos sem violência ou grave ameaça...! Ou seja, poder-se-ia também permitir que o ladrão e o estelionatário devolvessem a res furtivae – até em suaves prestações (espécie de REFIS da patuléia) – extinguindo-se, ipso facto, a punibilidade, nos mesmos termos dos crimes fiscais!” STRECK, Lenio Luiz. **Bem jurídico e constituição**: da proibição de excesso (übermassverbot) à proibição de proteção deficiente (untermassverbot) ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. Disponível em: <http://www.leniostreck.com.br>. Consultar também o julgado: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça, 5ª Câmara Criminal, Recurso em Sentido Estrito n. 70021561105, DJRS, 05.03.2008.

⁵²⁹ “O princípio da proporcionalidade abstrata dirige-se ao legislador: limita a criminalização primárias às hipóteses de graves violações de direitos humanos - ou seja, exclui lesões insignificantes de bens jurídicos - e delimita a cominação de penas criminais conforme a natureza e extensão do dano social produzido pelo crime. Nesse aspecto, a proposta de hierarquização das lesões de bens jurídicos é essencial para adequar as esclas penais ao princípio da proporcionalidade abstrata: por exemplo, penas por lesões contra a propriedade não podem ser superiores às penas por lesões contra a vida, como ocorre com a lei penal brasileira.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 28.

⁵³⁰ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 704-706.

(a) livramento condicional: reduzir o tempo de cumprimento de pena e extinguir os pressupostos gerais subjetivos de comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho, por sua natureza arbitrária⁵³¹;

(b) na remição penal: reduzir a equação legal de 3 dias/trabalho por 1 dia/pena para a relação 1:1 (1 dia/trabalho por 1 dia/pena) e admitir a equivalência entre trabalho produtivo e trabalho artesanal, no caso de ausência de equivalente na instituição penal⁵³²;

(c) no regime aberto: ampliar o limite da pena aplicada para concessão com as respectivas alterações nos regimes semi-aberto e fechado (art. 33, §2º, a,b, c, CP) para evitar os efeitos negativos da prisão⁵³³;

(d) na progressão de regime: redução do tempo mínimo exigido para a passagem do regime mais grave para o menos grave e extinguir o requisito subjetivo de bom desempenho no trabalho, por sua natureza arbitrária⁵³⁴.

Segundo, pela garantia do exercício dos direitos legais⁵³⁵ e constitucionais do condenado, dentre eles:

(a) a instrução geral e profissional;

(b) o trabalho interno e externo;

(c) serviços médicos, odontológicos e psicológicos especializados⁵³⁶.

⁵³¹ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 704.

⁵³² CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 705.

⁵³³ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 705.

⁵³⁴ CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2006, p. 705.

⁵³⁵ Ver Lei de Execução Penal n. 7.210/1984.

⁵³⁶ Como exigência de desenvolvimento da existência da vida: “A realidade da vida humana do sujeito ético-cerebral tem, em seus sistemas avaliativo-afetivos neuronais uma permanente vigilância de exigências, obrigações, um ‘dever-ser’ que incorpora internamente os motivos, e que se integra constitutivamente em todas as atividades de nível prático e teórico de toda conduta possível.” DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**, 2007, p. 107.

E por fim, pela revogação do regime disciplinar diferenciado, por violação do princípio da humanidade⁵³⁷ e da proporcionalidade no Direito Penal.

⁵³⁷ “A garantia da integridade física e moral do ser humano preso, implícita no princípio da dignidade da pessoa humana definido como fundamento do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, CR), é instituída por norma específica da Constituição da República (art. 5º, XLIX) e ratificada por disposições da lei penal (art. 38, CP) e da lei de execução penal (art. 40) - além de ser inferida da norma que assegura ao preso *todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei* (art. 3º, LEP) - ou seja, a lesão generalizada, intensa e contónia da dignidade humana e dos direitos humanos de homens e mulheres presos nas cadeiras públicas e penitenciárias do sistema penal brasileiro não ocorre por falta de princípios e de regras jurídicas.” CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal**, 2010, p. 31.

CONCLUSÕES

§1º A proteção libertária de bens jurídicos na vida concreta da América Latina.

Introdução

1. O mito da modernidade sob o paradigma eurocêntrico instaura a Europa como o centro da história universal e constitui a América Latina como periferia dependente, subdesenvolvida, colonizada, dominada e negada na totalidade do ‘sistema-mundo’.

2. A analética é o método que parte da exterioridade das vítimas concretas negadas como alteridade que irrompe com o oprimido, o marginalizado, o pobre, o inimigo, como momento positivo anterior à dialética negativa no contexto do paradigma filosófico da vida concreta.

O princípio ético-material e a vida concreta na América Latina

1. O ético é o aspecto material ou de conteúdo da ética como verdade prática que enuncia o critério material universal: a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana.

2. O válido é o momento formal por excelência como validação intersubjetiva da verdade prática.

3. O ‘bem’ é a unidade prática do ato ou práxis factivamente realizado, composto sempre por um conteúdo material e desde um procedimento formal que constitui a eticidade.

A crítica ética, a validade anti-hegemônica e a práxis de libertação em Enrique Dussel

1. O princípio ético-material da vida se relaciona especificamente com o momento de produção da vida e com a verdade que se oculta atrás das negações que obstaculizam a busca do devido e do necessário para a vida humana.

2. O princípio moral-formal de intersubjetividade possui relação direta com a reprodução da vida como instintos de autoconservação e com a validade que garante não incorrer na dor do erro que mata.

3. O princípio ético-crítico tem relação direta com o desenvolvimento da vida humana, em geral, e com a reprodução da vida das vítimas, como correção da repressão que pode conduzir ao suicídio para toda a comunidade e abrir a possibilidade factível a uma existência humana possível.

A criminologia crítica: a crítica ao positivismo criminológico

1. A criminologia crítica é a ciência dialética alternativa de explicação do crime e da criminalidade, fundada pelas raízes interacionistas e marxistas, que desloca o objeto de estudo do crime e do criminoso para os processos de criminalização nas sociedades capitalistas contemporâneas.

2. A política penal na América Latina se concentra na aplicação de penas criminais como projeto repressivo de resposta aos problemas sociais num contexto de violência estrutural das relações de produção capitalistas (como a fome, a miséria, o desemprego etc.) e de violência institucional como uso da força estatal (a polícia, o judiciário, a prisão etc.) para a garantia das relações sociais desiguais e afirmação da ideologia dominante.

3. De modo geral, as propostas de abolicionismo européias não problematizam a relação do sistema penal como superestrutura jurídico-política de garantia das relações econômicas de produção no capitalismo e constituem - em que pese louváveis contribuições - propostas idealistas de solução alternativa dos conflitos sociais nos limites do modo de produção vigente.

A política criminal alternativa: a construção tática de um direito penal mínimo

1. A política criminal alternativa é o programa da criminologia crítica para a construção tática de um direito penal mínimo dirigido ao abolicionismo como

objetivo estratégico final vinculado às lutas sociais de classes pela superação do modo de produção vigente e construção do socialismo.

2. As propostas de redução do sistema de justiça criminal compreende a descriminalização de ações e omissões que não se vinculem aos bens jurídicos pessoais que realizam o princípio ético-material como limite ao poder de punir nas sociedades capitalistas, quais sejam: a vida, a integridade física, a liberdade e a sexualidade e a despenalização com a ampliação máxima dos benefícios processuais e pré-processuais que impeçam o contato criminogênico com a prisão.

3. As propostas de humanização do sistema prisional compreendem a necessidade da abolição do cárcere como estratégica de uma política tática de sua utilização excepcional nos casos em que o direito penal ainda possui um papel a cumprir - menos cárcere -, porém, no sentido de que existam condições humanitárias e dignas para a execução penal - cárceres menos piores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Dialética negativa**. Madrid: Taurus, 1975.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: UNESP, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ALBRECHT, Peter-Alexis. **Kriminologie**. 4ª ed. München: C. H. Beck, 2010.

ANYIAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia de la liberación**. Maracaibo: Universidad de Zulia, 1987.

ARENDT, Hannah. **On Revolution**. New York: Penguin Books, 1990.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. **Do Estado social ao Estado penal**: invertendo o discurso da ordem. Disponível em: www.cirino.com.br.

BARATTA, Alessandro. Che cosa è la criminologia critica? **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 1, p.51-81, mar. 1991.

_____. Conflit social et criminalité: pour la critique de la theorie du conflit en criminologie. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 6, n. 1, p.1-22, mar. 1982.

_____. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia (ICC), 2002.

_____. Criminologia crítica e política alternativa. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 7-21, jul./dez. 1976.

_____. Criminologia e dogmática penal: passado e futuro do modelo integral da ciência penal. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 31, p.5-37, jan./jun. 1981.

_____. **Criminología y sistema penal**: compilación in memoriam. Buenos Aires: Editorial B de f, 2006.

_____. Defesa dos direitos humanos e política criminal. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.57-69, 1997.

_____. Direitos humanos: entre e a violência estrutural e a violência penal. **Fascículos de Ciências Penais**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.44-61, abr./jun. 1993.

_____. Droits de l'homme et politique criminelle. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 23, n. 3, p. 239-257, set. 1999.

_____. Ecologia, economia, democrazia e il patto sociale della modernità. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, 1/2, p.9-24, 2000.

_____. El paradigma del género: de la cuestión criminal a la cuestión humana. In: BIRGIN, Haydée. **Las trampas del poder punitivo**: el género del derecho penal. Buenos Aires: Biblos / Ceadel, 2000, p.39-83.

_____. Elementos de un nuevo derecho para la infancia y la adolescencia: a proposito del Estatuto del niño y del adolescente de Brasil. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 23, n. 1, p.1-18, jan./jun. 1995.

_____. Entre la política de seguridad y la política social en países con grandes conflictos sociales y políticos. **El Cotidiano. Revista de la realidad mexicana actual**. p.2-24.

_____. Funciones instrumentales y simbólicas del derecho penal: una discusión en la perspectiva de la criminología crítica. **Pena y Estado**, Barcelona, n. 1, p.37-54, 1991.

_____. Funções instrumentais e simbólicas do direito penal: lineamentos de uma teoria do bem jurídico. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p.5-24, jan./mar. 1994.

_____. Integración-prevención: una nueva fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. **Cuadernos de Política Criminal**, Madrid, n. 24, p.533-551, 1984.

_____. Integración-prevención: una nueva fundamentación de la pena dentro de la teoría sistémica. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 15, p.1-26, 1987.

_____. Il paradigma del genere dalla questione criminale alla questione umana. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, 1/2, p.69-116, 1999.

_____. Il progetto giuridico della differenza e il mito della'unità. In: DE GIORGI, Raffaele (Org.). **Il diritto e la differenza**: scritti in onore di Alessandro Baratta. Lecce: Pensa Multimedia, 2002. 2v.

_____. La política criminal y el derecho penal de la constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 8, n. 29, p.27-52, jan./mar. 2000.

_____. La política criminal y el derecho penal de la constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 26, n. 2, p.9-47, jul./dez. 1998.

_____. La política criminal y el derecho penal de la constitución: nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. **Nueva Doctrina Penal**, Buenos Aires, B, p.399-428, 1999.

_____. La politica criminale e il diritto penale della costituzione: nuove riflessioni sul modello integrato delle scienze penale. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 3, p.5-36, 1998.

_____. La questione militare e il futuro della democrazia in Argentina. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 5, n. 3, p.447-457, set./dez. 1987.

_____. La situación de la protección del niño en América Latina: líneas de una investigación-acción sobre los derechos de los niños. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, 18-19, p.159-175, 1990-1991.

_____. La vida y el laboratorio del derecho: a propósito de la imputación de responsabilidad en el proceso penal. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 16, p.69-92, 1988.

_____. La violenza e la forza: alcune riflessioni su mafia, corruzione e il concetto di politica. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 2, p. 115-122, nov. 1993.

_____. Les fonctions instrumentales et les fonctions symboliques du droit pénal: pour une théorie du bien juridique. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 15, n. 1, p.1-25, mar. 1991.

_____. L'esistenza e il laboratorio del diritto: a proposito dell'imputazione di responsabilità nel processo penale. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 5, n. 1, p.37-60, jan./abr. 1987.

_____. Marginalidade social e justiça. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, 21/22, p.5-25, jan./jun. 1976.

_____. Nomos e Tecne: materiali per una cultura post-moderna del diritto com presentazione di Michele Marchesiello. **Studi sulla Questione Criminale**, Roma, v. 1, n. 2, p.59-66, 2006.

_____. Non violenza: teoria e pratica. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 3, p.191-196, mai. 1993/1994.

_____. Notas para una teoría de la liberación. **Poder y control**: revista hispano-latinoamericana de disciplinas sobre el control social, Barcelona, n. 1, p.107-119, 1987.

_____. Os direitos da criança e o futuro da democracia. **Boletim da Faculdade de Direito**, Coimbra, v. 41, p.61-91, 1999.

_____. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p.19-80.

_____. Principi del diritto penale minimo: per una teoria dei diritti umani come oggetti e limiti della legge penale. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 3, n. 3, p.443-473, set./dez. 1985.

_____. Principios del derecho penal mínimo: para una teoría de los derechos humanos como objeto y límite de la ley penal. **Doctrina Penal**: Teoría y práctica en las ciencias penales, Buenos Aires, v. 10, 37/40, p.623- 650, 1987.

_____. Problemi sociali e percezione della criminalità. In: FERRACUTI, Franco (org.). **Criminologia e società**. Milano: Giuffrè, 1987. 279 p. (Trattato di criminologia, medicina criminologica e psichiatria forense). ISBN 88-14-01202-4. p.257-279.

_____. Problemi sociali e percezione della criminalità. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 1, n. 1, p.15-39, jan./abr. 1983.

_____. Reintegrazione sociale: ridefinizione del concetto ed elementi di operazionalizzazione. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 3, p.137-150, jan. 1994/1996.

_____. Remarques sur la fonction idéologique du pénitencier dans la reproduction de l'inégalité sociale. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 5, n. 2, p.113-131, jun. 1981.

_____. Requisitos minimos del respeto de los derechos humanos en la ley penal. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 13, p.79-99, 1985.

_____. Seguridad. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 29, n. 2, p.1-24, jun. 2001.

_____. Sistemas penales y criminología crítica en el marco del programa de acción de Erasmus de la Comunidad Europea para fomentar intercambio entre estudiantes universitarios. **Eguzkilore**: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología, San Sebastian, 3 ext, p.197-208, abr. 1990.

_____. Tiene futuro la criminología crítica: reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales y la interdisciplinariedad externa. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 23, n. 2, p.487-501, 1995.

_____. Une politique rationnelle des drogues?: dimensions sociologiques du prohibitionnisme actuel. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 14, n. 2, p.157-178, jun. 1990.

_____. Vecchie e nuove strategie nella legittimazione del diritto penale. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 3, n. 2, p.247-268, mai./ago. 1985.

_____. Viejas y nuevas estrategias de legitimación del sistema penal. **Capítulo Criminológico**: Revista de las Disciplinas del Control Social, Maracaibo, v. 14, p.167-183, 1986.

BARATTA, Alessandro; HOHMANN, Ralf. Débat: La vérité procédurale ou vérité substantielle. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 24, n. 1, p.91-93, mar. 2000.

BARATTA, Alessandro; PAVARINI, Massimo. La frontiera mobile della penalità nei sistemi di controllo sociale della metà del ventesimo secolo. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, n. 1, p.7-28, 1998.

BARATTA, Alessandro; SILBERNAGL, Michael. La legislación de emergencia y la cultura jurídica garantista en el proceso penal. **Cuadernos de Política Criminal**, Madrid, n. 28, p.157-191, 1986.

BARATTA, Alessandro; SILBERNAGL, Michael. La legislación de emergencia y el pensamiento jurídico garantista en el proceso penal. **Doctrina Penal**: Teoría y práctica en las ciencias penales, Buenos Aires, v. 8, 29/32, p.559-595, 1985.

BARATTA, Alessandro; SILBERNAGL, Michael. La legislazione dell'emergenza e la cultura giuridica garantista nel processo penale. **Dei Delitti e Delle Pene**: Rivista de Studi Sociali, Storici e Giuridici Sulla Questione Criminale, Bologna, v. 1, n. 3, p.543-580, set./dez. 1983.

BARATTA, Alessandro; WAGNER, H. Risque, sécurité et démocratie. **Déviance et Société**, Louvain-la-Neuve, v. 18, n. 3, p.331-332, set. 1994.

BATISTA, Nilo. *Aborto: a retórica contra a razão*, In: **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1979, 27, p. 40-48.

_____. **Introdução crítica ao direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. *Prezada senhora Viégas: o anteprojeto de reforma no sistema de penas*, In: **Discursos sediciosos**, n. 9-10, p. 105.

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Direito Penal Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Direito Penal Brasileiro II**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECCARIA, Cesare. **Dei delitti e delle pene**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECKER, Howard. **Outsiders**: Studies in the Sociology of Deviance. New York: The Free Press, 1963.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre a história**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLOCH, Ernst. **El principio esperanza**. Madrid: Trotta, 1977.

_____. **Geist der Utopie**. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.

_____. **Natural Law and Human Dignity**. Cambridge: MIT, 1988.

BONDY, Augusto Salazar. **¿Existe una filosofía de nuestra América?** México: Siglo XXI, 1968.

BRICOLA, Franco. *Política criminal y Derecho penal*, In: **Revue Internationale de Droit Pénal**. Madrid: AIDP, 1, 1978.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. **Bases críticas de un nuevo derecho penal**. Bogotá: Temis, 1982.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CARNELUTTI, Francesco. *Verità, dubbio, certezza*, **Rivista di Diritto Processuale**. Padova: Cedam, v. 200, 1965, p. 5.

CASTRO, Fidel. **Por todos los caminos de la Sierra**: La victoria estratégica. Cuba: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado de la República Socialista de Cuba, 2010.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CHRISTIE, Nils. **Crime control as industry**. London: Ruthledge, 2000.

_____. **Los límites del dolor**. México: FCE, 1981.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *Aborto, a política do crime*, In: **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1979, n. 25, p. 14-24.

_____. **A criminologia crítica e a reforma da legislação penal**, p. 3. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. **A criminologia radical**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.

_____. **A criminologia da repressão**: uma crítica ao positivismo em Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. **As raízes do crime**: Um estudo sobre as estruturas e as instituições da violência. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. **Direito Penal**: Parte Geral. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2006.

_____. **Direito Penal**: Parte Geral. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

_____. **O direito penal do inimigo ou o discurso do direito penal desigual**, 2009, p. 1-20. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. **Política criminal**: realidades e ilusões do discurso penal. Disponível em: www.cirino.com.br.

_____. **Teoria da pena**. Curitiba: ICPC; Lumen Juris, 2005.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del otro**: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores, 1994.

_____. **América Latina, dependencia y liberación**. Buenos Aires: Fernando García Cambeiro, 1973.

_____. **El último Marx y la liberación latinoamericana**. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, 1990.

_____. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. **Etica della comunicazione ed etica della liberazione**. Napoli: Editoriale Scientifica, 1999.

_____. **Eurocentrism and Modernity**: introduction to the Frankfurt Lectures. In: Postmodernism Debate in Latin America, Boundary 2, vol. 20, n°. 3, 1993, p. 65-76.

_____. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lãnder (comp.). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales,, 2000, p. 246.

_____. **Filosofia ética latinoamericana III**: de la erótica a la pedagógica. Distrito Federal: Editorial Edicol, 1977.

_____. **Filosofia ética latinoamericana IV**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1979.

_____. **Filosofia ética latinoamericana IV**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 1980.

_____. **Filosofia de la liberación**. 4ª ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1996.

_____. **Filosofia de la producción**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1984.

_____. **Hacia un Marx desconocido**. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, 1988.

_____. **Hipotesis para el estudio de latinoamerica en la historia universal**. Chaco, 1966.

_____. **Hacia una filosofía política de la liberación**: 20 tesis de política. In. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social, ano 12, n°36, janeiro-março. Maracaibo: Universidad del Zulia, 2007, p. 107-123.

- _____. **Historia de la filosofía y filosofía de la liberación.** Bogotá: Editorial Nueva América, 1994.
- _____. **Historia de la iglesia em América Latina:** medio milenio de coloniaje y liberación (1492-1992). 6ª ed. Madrid: Mundo Negro, 1992.
- _____. **Introducción a la filosofía de la liberación.** 5ª ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1995.
- _____. **Introducción a una filosofía de la liberación latinoamericana.** Distrito Federal: Editorial Edicol, 1977.
- _____. **La resistencia ética al neoliberalismo.** Conferência ditada na Facultad de Ciencias Sociales, junho de 1998, 7 p.
- _____. **La pedagógica latinoamericana.** Bogotá: Editorial Nueva America, 1980.
- _____. **La producción teórica de Marx.** 2ª ed. Distrito Federal: Siglo XXI Editores, 1991.
- _____. **Lecciones de introducción a la filosofía, de antropología filosófica.** Mendoza, 1968.
- _____. **Liberación latinoamericana y Emmanuel Lévinas.** Buenos Aires: Editorial Bonum, 1975.
- _____. **Método para una filosofía de la liberación:** superación analéctica de la dialéctica hegeliana. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974.
- _____. **Oito ensayos sobre cultura latino-americana e libertação.** São Paulo: Paulinas, 1997.
- _____. **Para una destrucción de la historia de la ética.** Mendoza: Editorial Ser y Tiempo, 1973.
- _____. **Para una ética de la liberación latinoamericana I.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.
- _____. **Para una ética de la liberación latinoamericana II.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.
- _____. **¿Puede legitimarse “una,, ética ante la “pluralidad,, histórica de las morales?** In: Utopía y praxis latinoamericana, ano 1, n°. 1. México: UANM, 1996, p. 43-53.
- _____. **Praxis latinoamericana y filosofía de la liberación.** Bogotá: Editorial Nueva América, 1983.
- _____. Un proyecto ético y político para América Latina. In: **Revista Anthropos.** Barcelona: Proyecto a ediciones, n°180, septiembre-octubre, 1998.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- FARIA, José Eduardo. *A Noção de Paradigma na Ciência do Direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico, In: A Crise do Direito numa Sociedade em Mudança.* Brasília: UnB, 1988.
- FEUERBACH, Paul J Anselm R von. **Lehrbuch des gemeinen in Deutschland geltenden peinlichen Rechts.** Frankfurt: Gießen, 1966.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- _____. **Cartas à Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **Concientização:** teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

- _____. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Educação e mudança**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. **Pedagogia da esperança**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **La voluntad de saber**. México: Siglo XXI, 1977.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977,
- FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Madrid: Nueva Madrid, 1968.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History?*, In: **National Interest**, Summer, 1989.
- GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Montevideo: Siglo XXI, 1994.
- GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2007.
- GUEVARA, Ernesto. **El libro verde olivo**. México: Editorial Diógenes, 1970.
- HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- _____. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **Comentários à ética do discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- _____. **Consciência moral e agir comunitivo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. **Conocimiento y interés**. Madrid: Taurus, 1982.
- _____. **Der philosophische Diskurs der Moderne**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.
- _____. **El discurso filosófico de la modernidad**. Madrid: Katz, 2010.
- _____. **Escritos sobre moralidad y eticidad**. Barcelona: Paidós, 1991.
- _____. **La teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 2010.
- _____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **Teoria y praxis**. Madrid: Tecnos, 1987.
- _____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HASSEMER, Winfried. **Einführung in die Grundlagen des Strafrechts**. München: Verlag Beck, 1990.
- HEGEL, Georg. **Filosofia de la historia universal**. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1946, t. I, p. 134.
- _____. HEGEL, Georg. *Rechtsphilosophie*, 1821.
- HINKELAMMERT, Franz. **As armas ideológicas da morte**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- _____. **A dívida externa na América Latina: o automatismo da dívida**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **Crítica a la razón utópica**. San José: DEI, 1988.
- _____. **Ideologías del desarrollo y dialéctica de la história**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialektik der Aufklärung**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1971.

_____. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Dialéctica de la Ilustración**. Madrid: Trotta, 1997.

_____. **Teoria crítica**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **Traditionelle und kritische Theorie**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1970.

HULSMAN, Louk. *Abolire il sistema penale?*, In: **Dei Delitti e Delle Pene**, 1, p. 71-89.

_____. *Critical Criminology and the Concept of Crime*, In: **Contemporary Crises**, 10 (3-4), p. 63-80.

_____. **Sistema penal y seguridad ciudadana**: hacia una alternativa. Barcelona: Ariel, 1984.

_____. *The Abolitionist Case: Alternative Crime Policies*, In: **The Israel Law Review**, 25 (2-4), p. 681-709.

HULSMAN, Louk. CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas**. Niterói: Luam, 1993.

JAKOBS, Günther. **Bürgerstrafrecht und Feindstrafrecht**, In: HRRS, Caderno 8-9, 2004.

_____. **Direito Penal do Inimigo**: noções e críticas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. **Feindstrafrecht? – Eine Untersuchung zu den Bedingungen von Rechtlichkeit**. In: HRRS , Caderno 8-9, 2006.

_____. **Derecho Penal**. Madrid: Marcial Pons, 1997.

JAY, Martin. **The Dialectical Imagination**: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research. Canadá: Little Brown and Company, 1973.

KANT, Immanuel. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, In: **Textos Seletos**. Petrópolis, Vozes, 1974, A 481.

_____. KANT, Immanuel. **Die Methaphysik der Sitten**, 1797.

LAS CASAS, Bartolomé. **De único modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión**. México: FCE, 1975.

LÊNIN, Vladimir. **Obras escogidas**. 3v. Madrid: Akal Editor, 1961.

_____. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1975.

LINS E SILVA, Evandro. **O salão dos passos perdidos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LOMBROSO, Cesare. **L'uomo delinquente**. Milan: Hoepli, 1876.

LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos. 3v. São Paulo: UNESP, 2011.

LUDWIG, Celso. *Da Ética à Filosofia Política Crítica na Transmodernidade: reflexões desde a Filosofia de Enrique Dussel*. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Repensando a Teoria Geral do Estado**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

_____. **Para uma Filosofia Jurídica da Libertação**: Paradigmas da Filosofia da Libertação e Direito Alternativo. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

LYRA FILHO, Roberto. **O Direito que se ensina errado**. Brasília: Centro Acadêmico da UnB, 1980.

MARCUSE, Herbert. **Eros y civilización**. Barcelona: Ariel, 1981.

- _____. **Ética de la Revolución**. Madrid: Taurus, 1970.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____. **Obras fundamentales**. México: FCE, 1982.
- _____. **Textos**. 3v. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, Karl. **A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. **El capital**. México: Siglo XXI, 1975-1981.
- _____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- _____. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MATHIESEN, Thomas. **The Politics of Abolition**. London: Martin Robertson, 1974.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MENCHÚ, Rigoberta. **Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia**. México: Siglo XXI, 1985.
- MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao Direito**. Lisboa: Moraes, 1979.
- MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson de. *Dogmática Crítica e Limites Lingüísticos da Lei: Ainda!, In: Diálogos Constitucionais: Direito, Neoliberalismo e Desenvolvimento em Países Periféricos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- MUÑOZ CONDE, Francisco. **Derecho Penal y Control Social**. Jerez: Tirant to Blanch, 1984.
- NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- NIÑO, Luis Fernando. **El bien jurídico como referencia garantista**. Buenos Aires: Del Puerto, 2008.
- PASSETI, Edson (org.) **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- PASHUKANIS, Evgeny. **A teoria geral do direito e marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.
- _____. **Selected Writings on Marxism and Law**: London e New York, 1980.
- PAVARINI, Massimo. **Control y dominación**. México: Siglo XXI, 1983.
- _____. **Un arte abyecto**. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006.
- QUINNEY, Richard. **Critique of Legal Order: crime control in capitalist society**. Boston: Little Brown and Company, 1974.
- RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Coimbra: A. Amado, 1961.
- ROXIN, Claus. **Strafrecht**. München: Beck, 1997.
- RUBIO, David Sanchez. **Filosofia, derecho y liberación en América Latina**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 1999.

- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- SEPÚLVEDA, Ginés de. **De la causa justa de la guerra contra los indios**. México: FCE, 1987.
- SCHELSKHORN, Hans. **Ethik der Befreiung**: Einführung in die Philosophie Enrique Dussels. Viena (Austria): Herder & Co, 1992.
- STRECK, Lenio Luiz. **Bem jurídico e constituição**: da proibição de excesso (übermassverbot) à proibição de proteção deficiente (untermassverbot) ou de como não há blindagem contra normas penais inconstitucionais. Disponível em: <http://www.leniostreck.com.br>.
- SUTHERLAND, Edwin H; CRESSEY, Donald R. **Principles of Criminology**. Philadelphia: J. B. Lippincott Company, 1966.
- TAVARES, Juarez. **As controvérsias em torno dos crimes omissivos**. Rio de Janeiro: Instituto Latino-Americano de Cooperação Penal, 1996.
- _____. **Bien jurídico y función en Derecho Penal**. Buenos Aires: Hammurabi, 2004.
- _____. **Teoria do crime culposos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- _____. **Teorias do delito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. **Teoria do injusto penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. **Criminologia crítica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- TÓRTIMA, Fernanda (org.) **O bem jurídico como limitação do poder de punir**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- WARAT, Luiz Alberto. *O senso comum teórico dos juristas*, In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). **Introdução Crítica ao Direito**: Série 'O Direito Achado na Rua'. Brasília: UnB, 1993.
- WEBER, Max. **Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus**. Hamburgo, 2005.
- _____. WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: FCE, 1984.
- WELZEL, Hans. **Das Deutsche Strafrecht**. Berlim: Walter de Gruyter, 1969.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Derecho Penal**. Buenos Aires: Ediar, 2002.
- _____. **Em busca das penas perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.